



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DNIT

Departamento Nacional de
Infra-Estrutura de Transportes
Ministério dos Transportes



**ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DAS OBRAS DE
DUPLICAÇÃO DA RODOVIA BR-386/RS, TRECHO:
ENTR BR-158(A) (DIV SC/RS) – ENTR BR-116(B)/290
(PORTO ALEGRE), SUBTRECHO: ENTR BR-453/RS-
130 (P/ LAJEADO) – ENTR BR-287(A) (TABAÍ),
SEGMENTO: KM 350,8 – KM 386,0, COM 35,2 KM DE
EXTENSÃO.**

**ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL
APÊNDICE III
ESTUDO SOCIOAMBIENTAL
DO GRUPO INDÍGENA KAINGANG**



Brasília – DF

Abril/2009





APRESENTAÇÃO

MRS Estudos Ambientais Ltda.
apresenta ao DEPARTAMENTO NACIONAL
DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
DNIT
o documento intitulado:

**ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
REFERENTE ÀS OBRAS DE DUPLICAÇÃO
DA RODOVIA BR-386/RS, TRECHO: ENTR.
BR-158(A) (DIV. SC/RS) – ENTR. BR-
116(B)/290 (PORTO ALEGRE),
SUBTRECHO: ENTR. BR-453/RS-130 (P/
LAJEADO) – ENTR. BR-287(A)-TABAÍ,
SEGMENTO: KM 350,8 – KM 386,0, COM
35,2 KM DE EXTENSÃO.**

**APÊNDICE III
Estudo socioeconômico do grupo indígena
Kaingang**

Abril de 2009

Alexandre Nunes da Rosa
MRS Estudos Ambientais Ltda

ÍNDICE

1	APRESENTAÇÃO	1
2	INTRODUÇÃO	2
3	METODOLOGIA DE CAMPO	4
3.1	PLANO DE TRABALHO	5
4	CARACTERIZAÇÃO FISIOTÓXICA DAS TERRAS INDÍGENAS	7
4.1	ANÁLISE CARTOGRÁFICA DA REGIÃO KAINGANG	7
4.1.1	Clima	7
4.1.2	Hidrografia	8
4.1.3	Geomorfologia	8
4.1.4	Vegetação	8
4.2	CARACTERIZAÇÃO E MAPEAMENTO DAS ÁREAS DEGRADADAS E DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE	14
5	CARACTERIZAÇÃO DO MODO DE VIDA DO GRUPO KAINGANG	18
5.1	AMBIENTE OCUPADO PELA ETNIA: UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA	18
5.2	MODELO TRADICIONAL DA SOCIEDADE KAINGANG	22
5.3	MODELO ATUAL DA SOCIEDADE KAINGANG: ALDEIAS E TERRAS INDÍGENAS	25
5.4	CARACTERIZAÇÃO DO MODO DE VIDA DO GRUPO KAINGANG NA TI ESTRELA	29
6	RELAÇÃO SOCIOPOLÍTICA, ECONÔMICA E CULTURAL DOS KAINGANG DA TI ESTRELA COM OUTROS GRUPOS INDÍGENAS	37
6.1	REDES DE PARENTESCO	37
6.1.1	Parentesco: relações intra e inter-aldeã	40
6.2	RELAÇÕES SOCIOECONÔMICO-CULTURAIS COM TI'S DA REGIÃO	44
6.2.1	Relação entre a TI Estrela e a TI Lajeado	46
7	RELAÇÃO SOCIOPOLÍTICA, ECONÔMICA E CULTURAL DOS KAINGANG DA TI ESTRELA COM A SOCIEDADE ENVOLVENTE (NÃO ÍNDIOS)	47
7.1	ATUAÇÃO DAS LIDERANÇAS DA TI ESTRELA	50
8	PROGNÓSTICO AMBIENTAL	52
8.1	TRANSTORNOS COM A OBRA	53
8.2	REORIENTAÇÃO DO COMÉRCIO LOCAL	53
8.3	DIMINUIÇÃO DA ÁREA DE FLORESTA	54
8.4	REORGANIZAÇÃO DA RODOVIA, COM IMPLANTAÇÃO DE PASSAGEM DE PEDESTRES E REFÚGIO PARA AUTOMÓVEIS	54
9	MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS	55
9.1	MEDIDAS MITIGADORAS DURANTE A EXECUÇÃO	57



9.2	IMPACTOS A FAUNA E FLORA	57
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59
	APÊNDICES	62
	APÊNDICE 1 – LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DA ALDEIA	63
	APÊNDICE 2 – CROQUI DA ALDEIA TI ESTRELA	66
	APÊNDICE 3 – ATA DE REUNIÃO	68
	APÊNDICE 4 – RELATO DA VISITA À TI LAGEADO	73
	ANEXOS	76
	ANEXO 1 – PROGRAMA REVITALIZANDO CULTURAS/GRUPEP. ENTREVISTA ETNOGRÁFICA COM MARIA ANTONIA SOARES, CACIQUE KAINGANG ET ALI. PALHOÇA: ACERVO UNISUL, 17 DE AGOSTO 2008	77
	ANEXO 2 – PROGRAMA REVITALIZANDO CULTURAS/GRUPEP. ENTREVISTA ETNOGRÁFICA COM MEMBRO DA ALDEIA SR. PEDRO SOARES PALHOÇA: ACERVO UNISUL, 1 DE SETEMBRO DE 2008	81
	ANEXO 3 – FERNANDO KRANZ, MAGNUS. E. E. INDÍGENA E. F. MANOEL SOARES – HISTÓRICO. ESTRELA (RS): PRO-MANUSCRITO, 2008	85
	ANEXO 4 – E. E. INDÍGENA E. F. MANOEL SOARES. REGIMENTO ESCOLAR – ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS. ESTRELA (RS): SD	88
	ANEXO 5 – E. E. INDÍGENA E. F. MANOEL SOARES. PLANO DE AÇÃO. ESTRELA (RS): SETEMBRO DE 2006.	100
	ANEXO 6 – E. E. INDÍGENA E. F. MANOEL SOARES. RELAÇÃO DE ALUNOS MATRICULADOS. ESTRELA (RS): JUNHO DE 2008	105
	ANEXO 7 – FREITAS, JÚLIA; CRUZ JÚLIO (ORIENT.). PROJETO ESCOLA KAINGANG BILÍNGUE. PORTO ALEGRE (RS): ARQUITETURA UFRGS, SD	107

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 – MAPA DO CLIMA DO RIO GRANDE DO SUL (IBGE, 1977).....	7
FIGURA 2 – MAPA DE VEGETAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL (IBGE, 2008).....	11
FIGURA 3 – MATÉRIA PRIMA DE ARTESANATO (CIPÓ-DE-SÃO-JOÃO)	12
FIGURA 4 – DIVERSIDADE VEGETAL DA ÁREA DA ALDEIA KAINGANG DE LINHA GLÓRIA.....	13
FIGURA 5 – KAINGANG MOSTRANDO A FAIXA DE MATA DA TI ESTRELA	13
FIGURA 6 – LOCALIZAÇÃO DA ALDEIA KAINGANG E DA ESCOLA INDÍGENA	15
FIGURA 7 – LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE.....	16
FIGURA 8 – TERRAS INDÍGENAS KAINGANG	19
FIGURA 9 – CAIXA D’ÁGUA DA TI ESTRELA, PRÓXIMA DA ÁREA DE MATA	30
FIGURA 10 – PONTO DE VENDA DE ARTESANATO ÀS MARGENS DA BR-386	31
FIGURA 11 – PONTO DE VENDA DE ARTESANATO ÀS MARGENS DA BR-386	31
FIGURA 12 – VISÃO GERAL DA ESCOLA	33
FIGURA 13 – VISTA PARCIAL DO ACAMPAMENTO.....	33
FIGURA 14 – VISTA PARCIAL DO ACAMPAMENTO.....	34
FIGURA 15 – HABITAÇÃO CONSTRUÍDA PELA FUNAI,	34
FIGURA 16 – LIXO É UM PROBLEMA AMBIENTAL QUE ATINGE A ALDEIA	34
FIGURA 17 – PATENTE NA ALDEIA TI ESTRELA.....	35
FIGURA 18 – LATÕES PARA COLETA DE LIXO NA BEIRA DA BR-386	35
FIGURA 19 – DETALHE DA ESCOLA.....	47
FIGURA 20 – SALA DE AULA MULTISSERIADA COM EXCESSO DE ALUNOS	48
FIGURA 21 – FAIXA DE VEGETAÇÃO DE ONDE É RETIRADA A MATÉRIA-PRIMA PARA A CONFECÇÃO DE ARTESANATO	49



ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 – AVALIAÇÃO DO IMPACTO CAUSADO PELOS TRANSTORNOS COM A OBRA	53
QUADRO 2 – AVALIAÇÃO DO IMPACTO CAUSADO PELA REORIENTAÇÃO DO COMÉRCIO LOCAL.....	53
QUADRO 3 – AVALIAÇÃO DO IMPACTO CAUSADO PELA DIMINUIÇÃO DA ÁREA DE FLORESTA	54
QUADRO 4 – AVALIAÇÃO DO IMPACTO CAUSADO PELA DIMINUIÇÃO DA ÁREA DE FLORESTA	54

1 APRESENTAÇÃO

O desafio maior deste estudo é compreender a situação da comunidade Kaingang no município de Estrela, refletindo sobre o significado do território tradicional Kaingang e os impactos causados pela obra de duplicação da rodovia. Buscou-se discutir com a comunidade Kaingang esse projeto, procurando entender as relações e debater as realidades expostas no passado e no presente do grupo, além de buscar perspectivas para o futuro. Nas reuniões feitas com as lideranças buscou-se esclarecer as dúvidas, discutiu-se cada posicionamento do grupo, aprofundou-se e compreendeu-se as expectativas dos envolvidos.

Toda a situação da aldeia reflete um *ethos* Kaingang que se perpetua há 3.000 anos. A obra de duplicação poderá contribuir para a melhoria da qualidade de vida desse grande grupo, que ocupou o Brasil Meridional em épocas pré-coloniais. Sabemos que essa realidade é múltipla e complexa, não representando a totalidade, sendo, portanto, parcial e fragmentada.

O trabalho foi realizado em conjunto com a comunidade Kaingang da TI Estrela, onde foram realizadas reuniões, encontros e conversas.

O diálogo foi aprimorado com a pesquisa bibliográfica e com a análise de documentos e demais dados que incitaram a equipe a discutir constantemente a situação passada e presente do grupo.

Buscou-se, ainda, o apoio dos órgãos oficiais, como o CEPI e a FUNAI, da qual foi solicitada autorização para acesso à aldeia, onde foi realizada uma pesquisa mais aprofundada.

Assim, ao produzir esse relatório buscou-se elucidar os fatos da TI Estrela, traçando um panorama atualizado, que subsidiará novas interpretações e atitudes. Por isso, ele contém de fotos, mapas, transcrições etnográficas da fala do grupo, documentos, apêndices e anexos, com objetivo de contribuir para o entendimento de uma realidade dinâmica, em permanente movimento e transformação. Buscou-se retratar de forma mais clara e fiel possível a vida, a cultura, a sociedade e suas relações políticas e econômicas, o ambiente vivido e transformado, os sentimentos, os conhecimentos, as memórias, os projetos e as respostas que o tempo produz para a dinâmica da história do povo Kaingang.

2 INTRODUÇÃO

O segmento da BR-386 objeto do projeto de duplicação atravessa cinco municípios no estado do Rio Grande do Sul. São eles: Tabaí, Taquari, Fazenda Vilanova, Bom Retiro do Sul e Estrela. No município de Estrela foi identificado um local com ocupação Kaingang, com 20 famílias.

Dentre as 30 terras indígenas Kaingang existentes, 2 estão em São Paulo, 12 estão no Paraná, 6, em Santa Catarina e 12, no Rio Grande do Sul. A situação atual das terras Kaingang é diversificada, com áreas regularizadas, outras não regularizadas, e outras, ainda, estão sendo contestadas.

Este relatório foi estruturado a partir do Termo de Referência expedido pela FUNAI, e está dividido da seguinte maneira:

O **item 3** aborda a metodologia de campo e faz uma breve retrospectiva teórica a fim de se entender as concepções que nortearam o trabalho.

O **item 4** caracteriza as terras indígenas física e biologicamente. Nesse item é discutido, a partir de dados arqueológicos e antropológicos, a expansão do território Kaingang desde a pré-história até o contato, e as escolhas do grupo em assentar-se nesse ambiente. Além disso, realizou-se um breve diagnóstico ambiental da área, destacando geologia, geomorfologia, hidrografia, clima e vegetação, dados esses importantes para compreender as escolhas culturais e econômicas desse grupo desde tempos remotos. Esse item responde ao item a do TR.

O **item 5** apresenta a caracterização do modo de vida do grupo Kaingang, tanto tradicional quanto atual. Caracteriza-se, também, a aldeia, o número de pessoas que a habitam, como se relacionam, social, política, cultural e economicamente, os problemas ambientais, a influência externa, as atividades desenvolvidas e a utilização dos recursos naturais existentes na área da aldeia. Esse item responde ao item b do TR.

O **item 6** trata das relação sócio-política, econômica e cultural dos Kaingang da TI Estrela com outros grupos indígenas. Nele traçamos as redes de parentesco com outros grupos indígenas da região e identificamos as relações socioeconômicas e culturais entre eles. *Esse item responde ao item c do TR.*

O **item 7** discute a relação sócio-política, econômica e cultural dos Kaingang da TI Estrela com a sociedade envolvente (não índios). Busca dentro e fora da aldeia elos que integrem o grupo Kaingang aos não índios, como a relação com os órgãos públicos (FUNAI, IBAMA, MP), sociedade civil (ONGs e cidadãos comuns) e universidades e estabelece um prognóstico a partir da análise dos resultados e dos anseios da população indígena. Esse item responde ao item d do TR.



O **item 8** apresenta o prognóstico ambiental da duplicação da BR-386 associado ao acampamento indígena.

O **item 9** apresenta as medidas mitigadoras e compensatórias, e atende ao item e do TR. As proposições apresentadas buscam integrar a população indígena ao projeto, criando uma interlocução entre os agentes e garantindo os direitos inalienáveis dessas populações.

Após, estão as bibliografias, apêndices e anexos. Estes últimos são as transcrições integrais das entrevistas produzidas na TI Estrela, o projeto da escola indígena e demais documentos, importantes para entender o processo dessa terra indígena.

3 METODOLOGIA DE CAMPO

Este estudo foi desenvolvido, inicialmente, com base em uma pesquisa bibliográfica sobre o povo indígena Kaingang, inclusive documentos da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Manoel Soares, que contém registros sobre o histórico da comunidade indígena Kaingang Linha Glória. Utilizou-se fotos aéreas para a identificação da área de assentamento. Além disso, foram realizadas etnografias da comunidade indígena e entrevistas com o diretor da escola indígena, Magnus Fernandes Kranz, e a presidente do Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI), Sonia Lopes dos Santos. Realizou-se, ainda, pesquisa de campo, com objetivo de coletar de informações referentes aos meios físico e biótico da área do acampamento e às condições de vida da comunidade, permitindo, desse modo a visualização dos possíveis impactos, principalmente aqueles de ordem sociocultural.

As primeiras atividades de campo foram realizadas de durante o período de 31 de julho a 1º de setembro de 2008. Observou-se, nos vários retornos ao Acampamento a crescente abertura por parte da comunidade, em especial da cacique Maria Antonia e seu filho Pedro Soares, talvez por verem movimentos em torno da retomada de esforços pela consolidação da TI. Esta é a percepção que a equipe também teve do professor diretor da escola Magnus Fernando Kranz inclusive pela oferta de documentos e comunicação *online*.

A interação (mais que intervenção, devido à anuência da comunidade) foi produzida a partir da utilização do método etnográfico unido à etnologia, amplamente utilizado pela comunidade científica neste tipo de abordagem.

Atualmente, a etnografia é utilizada nas obras de antropologia, como referência aos estudos descritivos das sociedades humanas. Certamente esses estudos sempre produzem certa generalização dos grupos pesquisados e, uma vez que a estrutura teórica empregada na Antropologia Social foi grandemente desenvolvida na primeira metade do século XX, muito do que se tem recentemente escrito no campo da etnografia é de cunho teórico (Evans e Pritchard, 1951). De outro lado há uma carência de volta à etnografia para um serviço mais adequado às populações, sobretudo dos povos originários. Esta é uma reclamação da roda científica apontada como grande necessidade por Ladeira (2001) à roda de arqueólogos, historiadores, antropólogos e cientistas sociais reunidos em Florianópolis em 2001, fortalecendo esta postura de ida a campo. Ladeira é doutora cultura de povos originários.

“Eu acho que o que está faltando são pesquisas etnográficas mesmo. Porque não adianta as pessoas fazerem o mesmo tipo de trabalho que os outros já fizeram. A gente tem que avançar, retomar coisas que já foram feitas, para crescer e acrescentar. Estão faltando pesquisas etnográficas para compor algumas questões que são apontadas em trabalhos que discutem a questão de terra, da territorialidade, para que se tenha realmente um avanço. Senão a gente fica fazendo somente um diálogo entre autores que já contribuíram, que já colocaram vários caminhos, em vez de, através

das experiências de campo, oferecer novas luzes para se interpretar os trabalhos. Então, eu acho que tem muito trabalho a ser feito, para contribuir, enriquecer e inovar. (LADEIRA, 2001, p. 31-32).”

Já a etnologia, que inicialmente foi considerada como um tipo de história (a história das nações), se contrapunha ao modelo descritivo da etnografia. Tylor (1871) definiu a tarefa da etnografia como a investigação das causas que produziram os fenômenos culturais e suas leis e ainda, avalia a cultura como ramo da pesquisa etnológica.

Com o passar do tempo, os paradigmas mudam e os interesses antropológicos alteram-se, passam de uma simples preocupação com a origem para a análise funcional das sociedades existentes como sistemas integrados.

No Brasil, a etnologia, seguindo a escola francesa, vê a etnologia como o principal instrumento de estudo das sociedades indígenas.

O conceito de cultura nesta pesquisa tem a conotação clássica descrita por Tylor já em 1871 como “o conjunto complexo, a totalidade de conhecimentos, crenças, artes, leis, moral, costumes e qualquer capacidade e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade” e referendada no censo feito por Klukhohon-Kroeber entre cerca de 300 definições no qual reconhecem que “a cultura entendida como ‘totalidade compreensiva’ de toda a vida do grupo social, é algo que ‘atualmente é aceita com universalidade’” (Klukhohon e Kroeber, 1972).

Utilizou-se os seguintes procedimentos para a execução do projeto:

- visita à aldeia TI Estrela e identificação da liderança Kaingang;
- reunião com os líderes da aldeia, cacique, professor da escola e demais pessoas;
- reconhecimento da área de implantação da aldeia;
- identificação de áreas de uso comum e uso individual: moradias, áreas de reza, hortas, roça, pomar, mata nativa preservada.

A partir dessa interação, pôde-se traçar um panorama histórico e sócio-político desse grupo.

Durante a etapa de campo todas as atividades foram detalhadamente registradas por meio de fotos produzidas na máquina digital Sony 7.2 *Megapixels*, gravador digital *Power Pec* (para registro de falas), diários de campo, desenhos e croquis.

3.1 PLANO DE TRABALHO

- Objetivo geral: Aprofundar todos os aspectos antropológico-culturais da comunidade Kaingang na TI Estrela (RS).
- Objetivos específicos:
 - caracterização físico-biótica das terras indígenas e da TI Estrela;

- caracterização do modo de vida do grupo Kaingang na TI Estrela;
 - caracterização da relação sócio-política, econômica e cultural dos Kaingang da TI Estrela com outros grupos indígenas.
 - caracterização da relação sócio-política, econômica e cultural dos Kaingang da TI Estrela com a sociedade envolvente (não índios).
 - caracterização contexto sócio-histórico;
 - caracterização das relações intra e inter-aldeã de parentesco;
 - elaboração de prognóstico;
 - elaboração de medidas mitigadoras e compensatórias.
- 3.1.3 Cronograma
 - Março de 2008: adequações legais do Empreendedor – ajuste de conduta quanto a permissões de ingresso em Terras Indígenas pela Funai¹;
 - julho a setembro de 2008: ida a campo para etnografias científicas;
 - outubro a dezembro de 2008: trabalho bibliográfico;
 - janeiro a março de 2009: adequação ao novo Termo de Referência da Funai;
 - Março de 2009: última ida a campo para confronto final de dados, apresentação para a comunidade Kaingang e autorizações devidas para uso de imagens, depoimentos e informações.

¹ Conferir nos anexos, nossos pedidos de autorização junto à FUNAI de Passo Fundo (RS) por contato telefônico e e-mail.

4 CARACTERIZAÇÃO FISIOTRÓFICA DAS TERRAS INDÍGENAS

4.1 ANÁLISE CARTOGRÁFICA DA REGIÃO KAINGANG

4.1.1 CLIMA

O Sul do Brasil no quesito clima é considerado um dos mais uniformes e de maior grau de unidade climática. Isso se deve pelo grande predomínio de clima mesotérmico brando superúmido sem estação seca e, sua unidade, pelo ritmo climático característico de regiões temperadas (IBGE, 1977).

O clima na região onde será a duplicação da BR-386 é caracterizado como Mesotérmico Brando (Figura 1). A ocorrência desse clima nessa região se deve exclusivamente ao seu posicionamento em latitude subtropical, constantemente sujeita à invasão de massas frias de origem polar, enquanto em outros estados como o Paraná esse clima é encontrado em locais de grande altitude; em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul seu aparecimento se verifica ao nível do mar (IBGE, 1977).

O inverno não é brando e possui pelo menos um mês com temperatura média inferior a 15°C. Não são comuns as grandes quedas do termômetro; consequentemente, o índice médio de ocorrência de geada gira em torno de 15 dias ao ano, no máximo. O inverno é pouco intenso, enquanto o verão é considerado quente, uma vez que nessa estação, embora as máximas diárias e médias mensais sejam inferiores às do clima subquente, a média mensal de janeiro (seu mês mais quente) mantém-se acima de 22°C (IBGE, 1977).

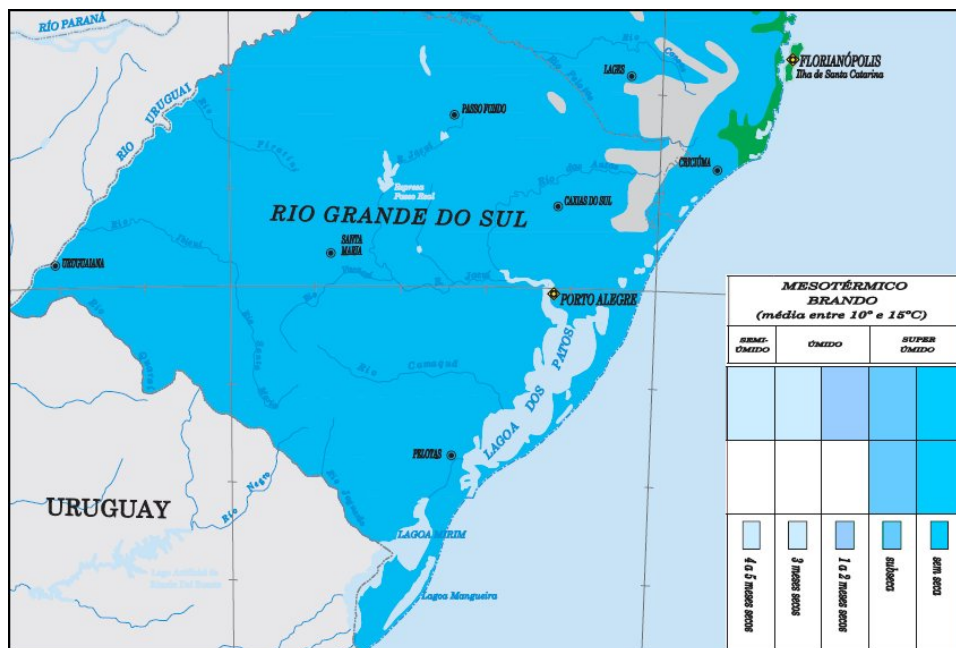


Figura 1 – Mapa do clima do Rio Grande do Sul (IBGE, 1977)

4.1.2 HIDROGRAFIA

A área do projeto está situada dentro dos limites das bacias hidrográficas dos rios Jacuí e Taquari/Antas, sendo as mesmas localizadas a noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. A bacia abrange as províncias geomorfológicas do Planalto Meridional. Com precipitação média anual de 1.522,9 mm e evapotranspiração média anual de 788,8 mm, sua descarga específica média da bacia é de 12 l/s/km² (SEMA, 2008).

De acordo com o Sistema Estadual de Recursos Hídricos, a bacia do Rio Jacuí está subdividida em baixo e alto Jacuí, incluída na Região Hidrográfica do Guaíba, situada no planalto gaúcho. A bacia do Rio Jacuí abrange as seguintes áreas: Alto Jacuí (G50), 13.037,20 km² e Baixo Jacuí (G70), 17.370,48 km²; já a do rio Taquari/Antas percorre uma área de 26.323,76 km² (SEMA, 2007).

No acampamento indígena em questão, há um córrego que divide a aldeia, localizado no único trecho vegetativo da área e separando o local das casas do local da escola.

4.1.3 GEOMORFOLOGIA

O Rio Grande do Sul apresenta distintas formações geológicas, representadas por quatro províncias geomorfológicas (Planalto Meridional, Depressão Central, Escudo Sul-rio-grandense e Planície Costeira). A área de pesquisa compreende a Depressão Central, que abrange o curso inferior e médio do rio Jacuí e de seus afluentes. Está limitada ao sul pelas serras graníticas, ao norte pela Serra Geral, ao oeste pelo divisor Jacuí-Ibicuí e ao leste pela Planície Costeira. Assim, a Depressão central participa com todas as regiões naturais do estado, o que resulta numa paisagem mista (Rambo, 1994 apud Diehl; Albuquerque, 2007).

4.1.4 VEGETAÇÃO

Reitz e Klein (1966 apud IBGE, 2008) afirmam que a distribuição dos pinheirais no Rio Grande do Sul é essencialmente uma função de acidentação do terreno. Os pinhais mais densos e expressivos, principalmente nos vales, na aba superior de todos os canhões profundos dos rios, bem como nos terrenos acidentados dos campos, sobretudo do planalto central e oriental.

Segundo Rambo (1956 apud IBGE, 2008), o pinheiro ocorre em toda a borda superior livre do planalto, a começar do norte de Santa Maria até o extremo nordeste; nos vales superiores e nas cabeceiras dos Rios Caí, Taquari, das Antas, Jacuí e Pelotas; em grupos isolados ou densos sociedades, nos capões disseminados por todo o planalto; em indivíduos solitários em pleno campo como se observa a leste de Cruz Alta; em mistura com a floresta virgem do Alto Uruguai, ao norte de Passo Fundo e Lagoa Vermelha. (IBGE, 2008)

O mesmo autor afirma que o pinheiro é exclusivo do planalto, ocorrendo em altitudes entre 500 m a Oeste e 1000 m ao Leste. Nunca desce, a não ser em manchas ocasionais. Diferenciam-se três núcleos principais do pinheiral: na aba do setor meridional da escarpa, entre os Rios Taquari e o Rio dos Sinos; na borda dos Aparados entre o Rio Maquiné e o Rio das Antas; e em pleno planalto central, no curso superior do Rio Jacuí ao sul de Passo Fundo.

A estrutura dos pinheirais, próximo dos Aparados da Serra, não levando em conta a vegetação baixa, consta de dois andares: o inferior, de árvores de meia altura e umas mais altas; e o andar superior é constituído pelas Araucárias. O andar inferior de árvores baixas ou arbustos arborescentes, pertencente em grande parte às mirtáceas, sendo comum também o *Schinus spinosus* (Aroeira) - atualmente classificado como *Schinus polygamus*, *Drimys brasiliensis* (casca-d'anta), *Berberis laurina* (japicanga ou salsaparrilha), e uma série de epífitas, orquídeas, musgos e líquens. O andar superior é dominado pela *Araucaria angustifolia* (pinheiro-brasileiro), que dá a paisagem uma fisionomia própria (Rambo, 1956 *apud* IBGE, 2008).

Na beira meridional do planalto, desde o vale do Taquari até as nascentes do rio dos Sinos, o aspecto dos pinheirais sofre algumas mudanças. É que a rica flora da Falda da Serra forma o primeiro andar da floresta, muito mais alto e viçoso do que na Borda dos Aparados. As araucárias surgem com mesma altura (Rambo, 1956 *apud* IBGE, 2008).

Na bacia superior do Jacuí, ao sul de Carazinho e Passo Fundo, além do caráter típico semelhante aos Aparados, é comum capão e mata de anteparo, coroado de pinheiro, no meio de grandes proporções de campo sujo. Ao oeste na direção de Cruz Alta, os últimos exemplares geralmente pouco desenvolvidos se perdem no campo e, ao norte, há grandes núcleos de araucárias misturadas com a floresta uruguaia (Rambo, 1956 *apud* IBGE, 2008).

Segundo Leite e Klein (1990 *apud* IBGE, 2008) a concepção de Floresta Ombrófila Mista procede da ocorrência da mistura de floras de diferentes origens, definindo padrões fitofisionômicos típicos em zona climática pluvial. A área onde a coexistência de representantes da flora tropical (afro-brasileira) e temperada (austro-brasileira) com marcada relevância fisionômica de elementos Coniferales e Laurales é denominado Planalto Meridional Brasileiro, área de dispersão natural do pinheiro-brasileiro ou do pinheiro-do-paraná, a *Araucaria angustifolia* ou "curiirama" dos indígenas, espécie gregária de alto valor econômico e paisagístico. (IBGE, 2008)

Estudos fitossociológicos efetuados anteriormente à avassaladora eliminação das florestas do Sul do País revelaram que a flora de origem australásica (Composta de *Araucaria*, *Podocarpus*, *Drimys*, etc.) encontrava, no clima atual, condições favoráveis ao seu desenvolvimento nas altitudes superiores a 500 / 600 m, em todas as situações não diretamente afetadas pela influência marítima. (IBGE, 2008)

A denominada tropicalização do clima (mudança de mais frio / seco para mais quente / úmido) demonstra processar-se das baixas para as elevadas latitudes e altitudes e da costa para o interior do continente, dinamizando os processos naturais de substituição da flora de origem australásica pela origem tropical (afro-brasileira). A substituição demonstra vir ocorrendo, basicamente, em função da lei natural de seleção expressa na concorrência pela ocupação do espaço, em conjugação com o fenômeno da heliofilia. As condições mais quentes/úmidas dos vales e baixadas ou das áreas planálticas, sob ponderável influência marítima, devem ter favorecido a expansão e desenvolvimento de elevado contingente florístico tropical que, dominando as formações dos ambientes outrora tipicamente temperados, lhes densificaram a cobertura, restringindo-lhes principalmente, a incidência luminosa, sufocando-lhes o natural ímpeto multiplicativo perpetuador das espécies, numa marcante superioridade de adaptações às condições ambientais atuais (Leite e Klein, 1990 *apud* IBGE, 2008).

Deve-se observar que a lei natural que rege os fenômenos da sociedade vegetal e, conseqüentemente, da substituição das floras, ao longo do tempo, em dado ambiente, resulta da atuação concomitante de fatores que lhe são intrínsecas. Em razão disto, os encraves e as disjunções de comunidades de origem temperada estão geralmente associadas a ambientes com alguma deficiência litopedológica. É isto que se tem observado no contato de regiões fitogeográficas. Na faixa de contato com as regiões florestais a diagnose do fenômeno "substituição florística" é determinada principalmente pela quebra do ciclo normal de desenvolvimento de pinheiro-do-paraná e das espécies andinas. Nela resta apenas a araucária e em estado senil (faltando indivíduos jovens e adultos), numa categórica e já avançada fase de substituição pela flora de origem tropical (Leite e Klein, 1990 *apud* IBGE, 2008).

Segundo os mesmos autores, quando se efetuam estudos florísticos mais profundos desta região visando sua compartimentação, defronta-se novamente com o referido fenômeno da substituição florística. Nas altitudes, em geral inferiores a 800 m (extensas superfícies), retrata-se um estágio de substituição intensa, onde, em geral, a araucária não mantém intacto o seu ciclo natural de desenvolvimento, e constitui o único representante da flora de origem temperada. Todo o contingente florístico companheiro compõe-se de espécies características das regiões vizinhas (Florestas Estacionais e Ombrófila Densa).

Do ponto de vista florístico, poder-se-ia identificar, no Rio Grande do Sul, nas superfícies abaixo dos 800 m dois grupos de comunidades com araucária: o primeiro compreende os terrenos periféricos da região da Floresta Estacional Decidual, onde a araucária estava consorciada ao angico-vermelho (*Paraptadenia rigida*) e a grápia (*Apuleia leiocarpa*), ambas espécies constituindo cerca de 70 a 80% do estrato imediatamente inferior ao do pinheiro; o segundo abrange os terrenos circunvizinhos à região da Floresta Ombrófila Densa. Nele, a araucária ocorria em comum com a canela-sassafrás (*Ocotea pretiosa* - atualmente *Ocotea odorifera*), a canela-preta (*Ocotea catharinensis*), pau-óleo (*Copaifera trapezifolia*) e a peroba-vermelha

(*Aspidosperma olivaceum*), folhosas que compunham entre 60 e 70% do estrato superior da floresta (Leite e Klein, 1990 *apud* IBGE, 2008).

A araucária e outros elementos de origem temperada, em face as suas características heliófilas, encontram-se hoje desfavorecidos, não só pela intervenção destruidora do homem, mas pela incompatibilidade com o clima atual (Leite e Klein, 1990 *apud* IBGE, 2008).

Unidades de Vegetação Rio Grande do Sul - RADAM

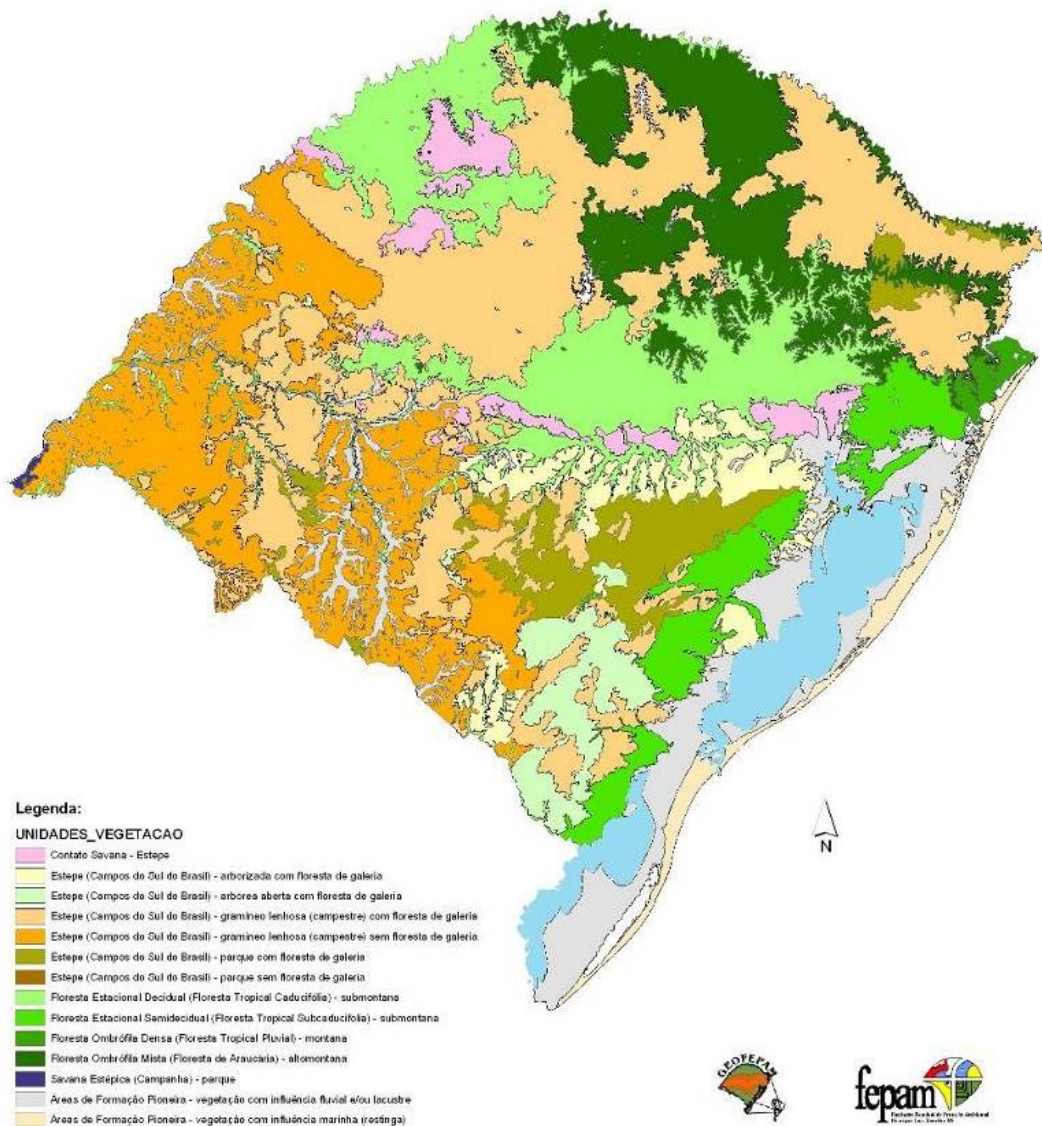


Figura 2 – Mapa de vegetação do Rio Grande do Sul (IBGE, 2008)

No acampamento indígena, a vegetação é composta por um único fragmento florestal em estágio médio de conservação e por áreas em estágio mínimo de conservação.

Essa vegetação em estágio médio de regeneração apresenta espécies nativas e exóticas, importantes para o grupo. Ocorrem Myrtaceae, Myrsinaceae, Rosáceas, Palmácea, Anacardiaceae, Aracaceae, Leguminosaea entre outras típicas de Floresta Ombrófila Densa Médio Montana, destacam-se as frutíferas, nativas e exóticas amoreira (*Rubus brasiliensis*), jerivá (*Syagrus romanzoffiana*), butiá (*Butia capitata*), nespera (*Eriobotrya japonica*), limoeiro (*Citrus limonia*), laranjeira (*Citrus sinensis*), bergamota (*Citrus nobilis*), banana (*Musa paradisiaca L.*); as ervas medicinais como pata de vaca (*Bauhinia variegata*), cipó mil-homens (*Aristolochia galeata*), unha-de-gato (*Uncaria tomentosa*), camomila (*Matricaria Chamomilla*), avenca (*Adiantum capillus ueneris L.*), e as artesanais: cipó de São João (*Pyrostegia Venusta*, Figura 3) e taquara (*Bambusa taquara*). A Figura 4 mostra um pouco da diversidade vegetal do acampamento indígena.



Figura 3 – Matéria prima de artesanato (cipó-de-São-João)



Figura 4 – Diversidade vegetal da área da aldeia Kaingang de Linha Glória

Em relação à fauna do local só pôde ser observada a presença de pássaros, insetos e animais domésticos em grande quantidade.



Figura 5 – Kaingang mostrando a faixa de mata da TI Estrela

4.2 CARACTERIZAÇÃO E MAPEAMENTO DAS ÁREAS DEGRADADAS E DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

O único trecho vegetativo existente na área é um fragmento de floresta em estágio médio de regeneração. Os demais setores do acampamento se encontram em estágios mínimos de regeneração, caracterizando-se touceiras de capim ou até mesmo chão batido.

Na faixa de domínio da BR-386, próximo ao acampamento, foram encontrados exemplares de espécies vegetais de árvores frutíferas e algumas espécies utilizadas na produção de artesanato e remédios caseiros. Pode-se citar a amoreira, bergamota, jerivá, butiá, uva-do-pará, limoeiro, laranjeira, banana, nespereira, pata-de-vaca, cipó-de-São-João, taquara, cipó mil-homem, unha-de-gato, camomila, avenca, além de outras.

A área de vegetação tem muita importância para o grupo. É dela que retiram remédios, matéria-prima para a confecção de artesanatos e usufruem das frutas.

Na Figura 6 e Figura 7 estão delimitadas a Aldeia, a escola indígena, a área de preservação permanente e o traçado da rodovia.

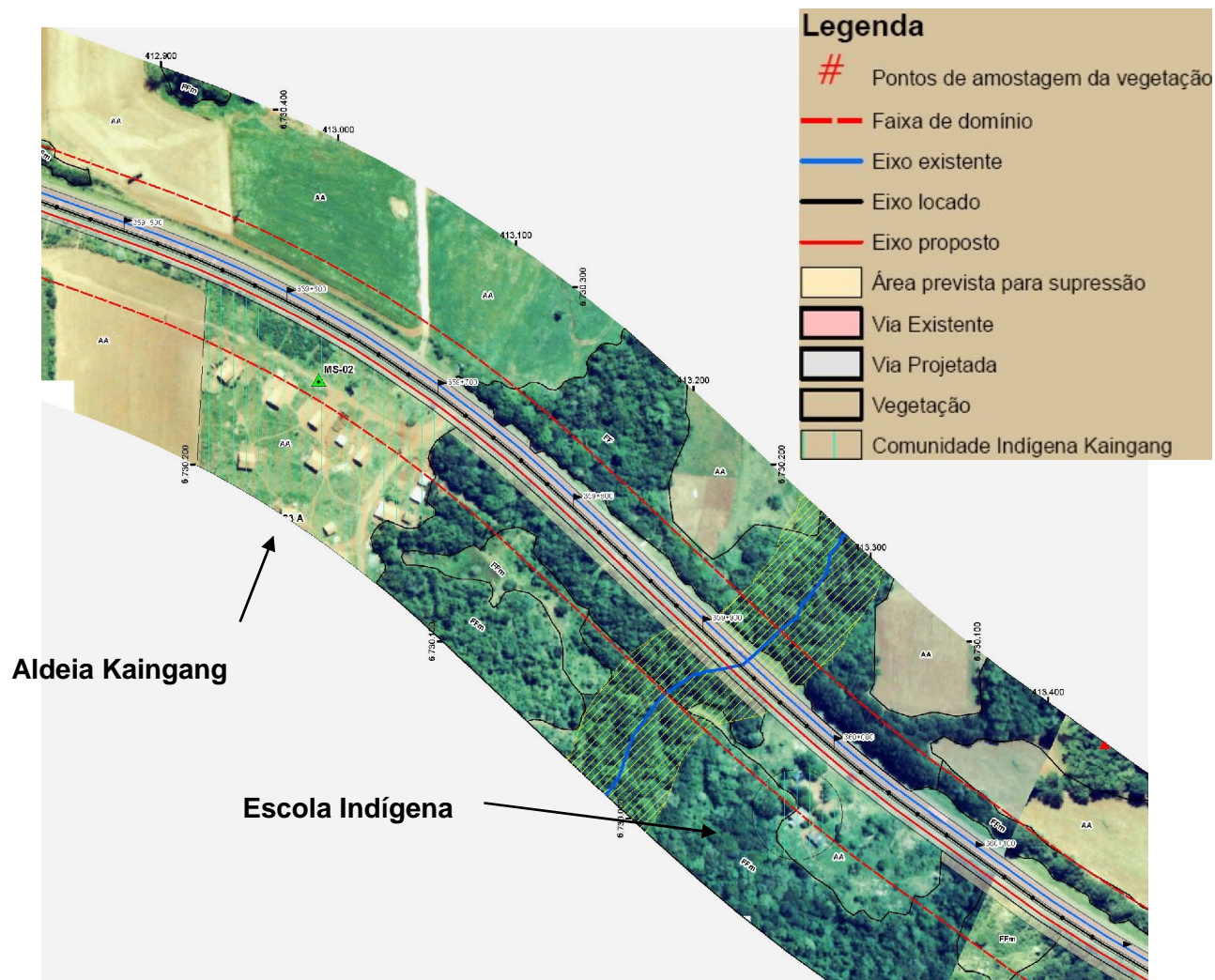
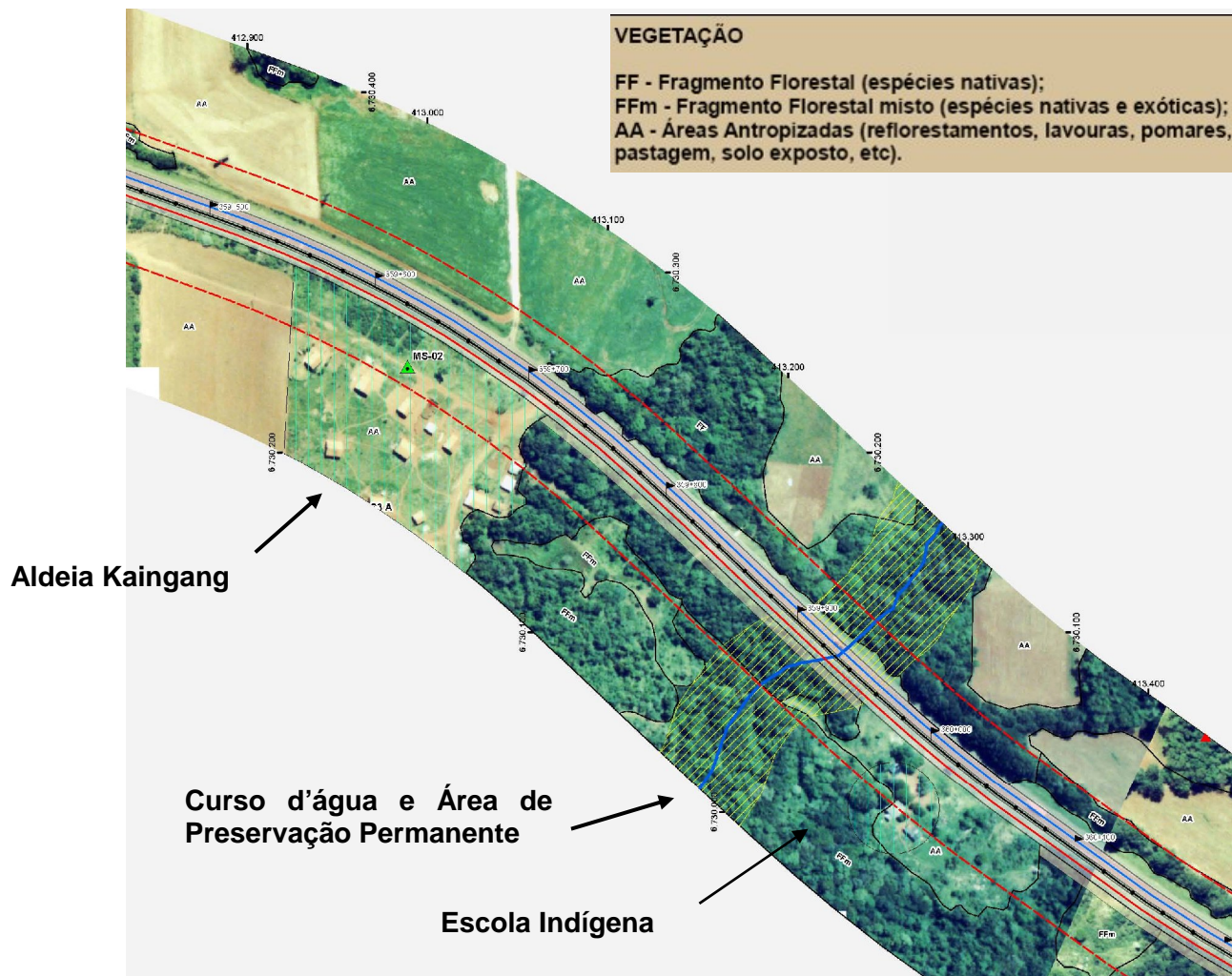


Figura 6 – Localização da aldeia Kaingang e da Escola Indígena



Os fragmentos florestais (FF) da região do acampamento correspondem aos remanescentes que sobraram (ou regeneraram) de uma matriz florestal contínua, profundamente modificada no período histórico.

Destaca-se, em primeira mão, a estrutura vigorosa destas florestas. Os diâmetros de tronco são muito variados, havendo espécimes com DAP em torno dos 70 cm. As lianas também se destacam, com diâmetros calibrosos e ancoradas nas copas mais altas da floresta.

Os fragmentos florestais mistos apresentam espécies exóticas, além das espécies típicas dos fragmentos florestais da região. A dispersão de espécies exóticas é favorecida pela implantação de rodovias.

As áreas antropizadas são representadas por lavouras, reflorestamentos, solo exposto ou pastagens.

5 CARACTERIZAÇÃO DO MODO DE VIDA DO GRUPO KAINGANG

5.1 AMBIENTE OCUPADO PELA ETNIA: UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA

O Kaingang é um povo pertencente à família linguística Jê, integrando, junto com os Xokleng, os povos Jê Meridionais que ocupavam na direção sudeste/sul a extensão territorial entre o Rio Tietê (SP) e o Rio Ijuí e Jacuí (RS); para oeste, o território se expande até San Pedro, na província argentina de Misiones. Atualmente os Kaingang ocupam cerca de 30 áreas reduzidas, distribuídas sobre seu antigo território, nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A comunidade do povo Kaingang focada nesta pesquisa tem sua ancestralidade proveniente das margens do Jacuí (RS).

Quanto à demografia, sua população aproximada atual é de 30 mil pessoas. Sozinhos, os Kaingang correspondem a quase 50% de toda população indígena de língua Jê, sendo um dos cinco povos indígenas mais populosos do Brasil (Portal Kaingang, 2008).

No Rio Grande do Sul vivem cerca de 8 a 10 mil indígenas Kaingang, distribuídos em acampamentos, principalmente no norte do Estado (Tenente Portela, Nonoai, Erechim, Irai, Planalto, Salto do Jacuí, São Leopoldo, Gravataí e Porto Alegre). Outros pequenos grupos são itinerantes e ficam em acampamentos temporários à beira das rodovias, com a finalidade de vender seu artesanato (acampamento de Lajeado, grupo oriundo de Nonoai).

Dentre as 30 terras indígenas Kaingang atualmente existentes, 2 estão em São Paulo, 12 estão no Paraná, 6 em Santa Catarina e 12 no Rio Grande do Sul. A situação dessas terras Kaingang é diversificada, com áreas regularizadas, outras não regularizadas, e outras, ainda, estão sendo contestadas. Na Figura 8 são mostradas as localizações dessas terras.

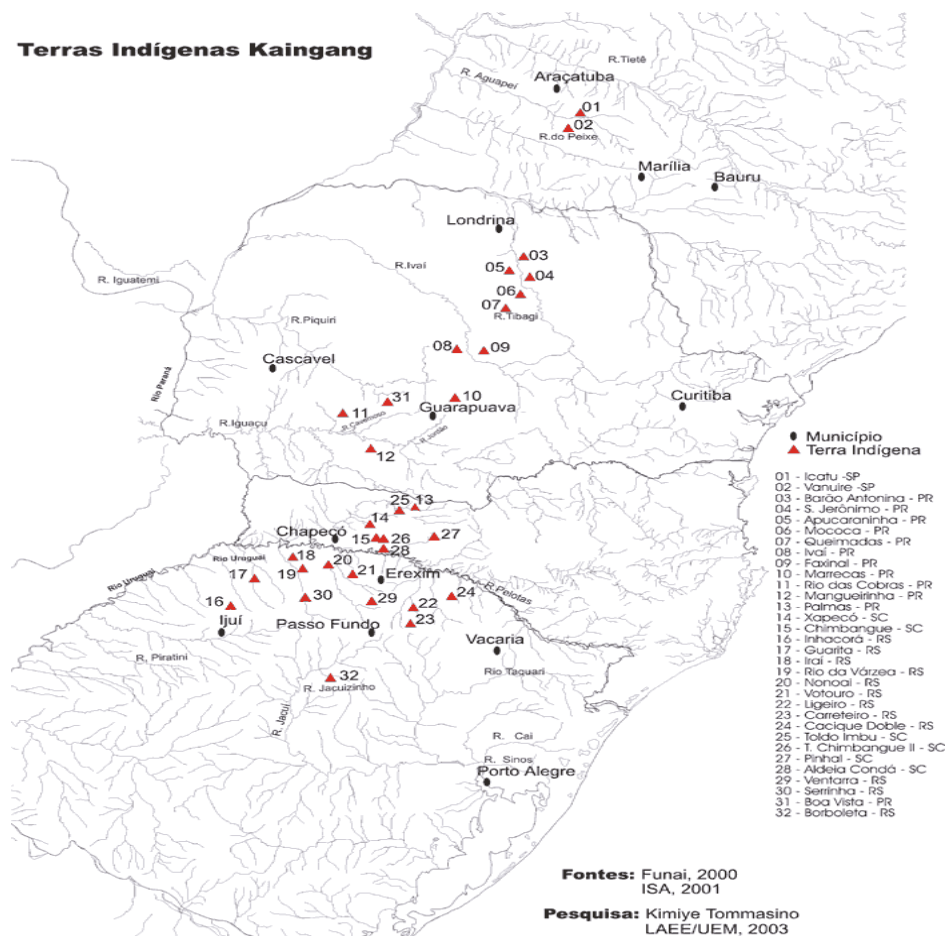


Figura 8 – Terras indígenas Kaingang
Fonte: FUNAI 2000/ISA 2001.

Apoiando-se em dados bibliográficos, verificou-se a presença marcante de grupos humanos integrados a paisagem do planalto meridional brasileiro. Os primeiros habitantes do Rio Grande do Sul, ocuparam todos os compartimentos geomorfológicos do Estado, viveram nos campos, nas florestas, no planalto e no litoral; construíram casas subterrâneas em regiões de clima ameno no planalto, aterros em áreas úmidas e no litoral, amontoavam conchas e restos de alimentação. Esses grupos pré-históricos dominaram todo o território do Estado desde pelo menos 11.000 anos atrás.

Em relação à etnia em questão, estudos arqueológicos demonstram que os Kaingang ocupam tanto o litoral quanto o planalto meridional brasileiro há pelo menos 2.000 anos (Noelli, 1999/2000). A partir de estudos realizados com vestígios encontrados no litoral e no planalto meridional (Beck, 1972; Chmyz, 1976; Neves, 1988; Silva *et al.*, 1993; Schmitz; Verardi, 1996 *apud* Schmitz *et al.*, 2002), foi possível criar o primeiro modelo de ocupação territorial dos grupos responsáveis por esses sítios, os Kaingang (Schmitz *et al.*, 2002).

Apesar de serem cultivadores incipientes, essas populações dependeriam fortemente de recursos naturalmente disponíveis, estacionalmente, no planalto, talvez também no litoral e os levaria a migrações anuais, com assentamentos adaptados aos vários ambientes e adequados às atividades a serem desenvolvidas. O

núcleo central de povoamento e referência parecia ser o planalto. Datações absolutas e relativas dos sítios de um e outro ambiente e sua associação às populações Kaingang complementaram o modelo utilizado até agora (Schmitz *et al.*, 2002).

Apesar dos pesquisadores citados terem demonstrado, em suas pesquisas, que ocorrem semelhanças entre a cultura material da Tradição Taquara/Itararé com a cultura material produzida pelo Kaingang, também há algumas diferenças que merecem ser descritas.

Dias (2005) separou as informações obtidas pela arqueologia em relação à Tradição Taquara e os Kaingang. Para o pesquisador, os registros da Tradição Taquara iniciam nos primeiros séculos depois de Cristo e se estendem até o século XIX. Para melhor análise dos Kaingang, utilizou os dados etnográficos do século XIX, pois foi durante este período que o engenheiro belga Alphonse Mabilde descreveu a respeito dos hábitos e costumes dos Kaingang antes de eles serem aldeados (Dias, 2005).

Dentre os dados obtidos pelas fontes arqueológicas e etnográficas, o autor chegou às seguintes características quanto ao território.

Tanto sítios arqueológicos que representam a Tradição Taquara como os espaços ocupacionais atribuídos aos Kaingang possuem a mesma divisão geográfica do Planalto Meridional. Todos os grupos possuem caciques principais e cada um possui um território bem delimitado que no interior deste se organizam na forma de subtribos, formando várias aldeias cada uma com espaço próprio e delimitado por um sistema de marcas que indicava qual subtribo dominava o local determinado. (Beber, 2005; Dias, 2005; Schmitz, 2002).

A história do contato entre os Kaingang e os colonizadores europeus teve início ainda no século XVI. Segundo alguns autores, como Antonio Ruiz de Montoya (1585-1652), padre jesuíta encarregado de encaminhar queixas ao rei de Portugal sobre as ações dos bandeirantes paulistas contra as populações indígenas, inclusive as reduzidas, fica evidente os danos causados a esses povos por diversas epidemias e guerras.

O etnógrafo Francisco Dias Tano registrou a tragédia dos bandeirantes sobre os povos originários quando escravizaram e mataram cerca de 300 mil índios entre 1636 e 1638, na região das 25 reduções e dos territórios Jê (Gonçalves, 1995). Registrou ainda a presença do cacique Kanha-fé, que nasceu nos campos de Kavarú-koyá, norte do atual Rio Grande do Sul e sudoeste de Santa Catarina.

Além de constatar a existência dos Kaingang, o etnógrafo deixa claro a opção desse povo em não aceitar as reduções, permanecendo nas regiões de campos e florestas do Sul do país. Eles reagiram contra as investidas de expedicionários bandeirantes paulistas e outros até o século XIX.

Desde o Tratado de Madrid, em 1750, e a expulsão dos jesuítas dos territórios portugueses, as populações indígenas ficaram mais vulneráveis. As expedições de conquista e ocupação do território Kaingang e Xokleng se intensificaram. Foram onze expedições organizadas entre 1768 e 1774 pelo tenente-coronel Afonso Botelho sobre os territórios pertencentes aos vários grupos indígenas – Kaingang, Guarani, Xokleng,

Xetá – provocando as primeiras tentativas oficiais de ocupação não-indígena nas terras do interior das províncias do Sul. Os armamentos incluíam peças de artilharia e todas as armas de guerra da época, além da estratégia costumeira de adquirir confiança dando-lhes presentes. As reações dos índios Jê, dentre eles os Kaingang, foram violentas e obrigaram as expedições a abandonarem os seus territórios.

Somente no século XIX elas começaram a ter mais sucesso, já que havia dezenas de unidades político-territoriais Kaingang, cada qual chefiada por um cacique principal (*põ'í-bang*) e vários caciques subordinados (*rekakê; põ'í*) dos grupos locais que formavam a unidade sociopolítica Kaingang. Alguns caciques foram se aldeando e se tornando aliados dos brancos, liberando parte dos seus territórios para os fazendeiros e colonos nacionais e estrangeiros. Nessa época, os territórios Kaingang no Rio Grande do Sul tinham como limite a Noroeste o rio Piratini, a Nordeste o rio Pelotas e ao Sul as bacias do Caí, Taquari e Jacuí.

A Estrada da Mata foi o eixo inicial da ocupação dos territórios indígenas do Sul, intensificada com o comércio de rebanhos muares e bovinos trazidos do Rio Grande do Sul para Sorocaba e passando pelos Campos Gerais, no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O Caminho dos Tropeiros consolida esse processo de ocupação e exploração nacional nas terras indígenas, com a implantação de sesmarias, não apenas em direção ao sul, mas também a oeste e ao norte. Todas essas estradas e caminhos atravessavam dezenas de territórios Kaingang.

Os índios atacavam os tropeiros, trabalhadores e colonos que iam se instalando nas paradas e locais de descanso, locais estes que aos poucos se tornavam vilas. Apesar de todas as guerras dos Kaingang para expulsar os brancos, os caciques foram vencidos um a um e aceitaram fixar-se nos aldeamentos definidos pelo governo, sob pena de serem exterminados, como de fato alguns o foram.

No final do século XIX, pode-se dizer que todos os grupos haviam sido conquistados, com algumas exceções em São Paulo, no Paraná e os Xokleng, em Santa Catarina. A estratégia que garantiu a eficácia da conquista indígena foi a de transformar os grupos aldeados em forças militares a serviço da conquista, dividindo-os para enfraquecê-los. O fato de um grupo aliar-se ao branco produzia a dissidência com todos os grupos resistentes, que eram perseguidos implacavelmente.

O contato dos Kaingang com a sociedade envolvente efetivou-se em meados do século XIX, quando os primeiros chefes políticos tradicionais (*Põ'í* ou *Rekakê*) aceitaram aliar-se aos conquistadores brancos (*Fóg*), transformando-se em capitães. Esses capitães foram fundamentais na “pacificação” de dezenas de grupos arredios que foram vencidos entre 1840 e 1930. Mesmo assim, parece que a teimosia Kaingang insistiu em sobreviver a partir de sua mística cosmovisão, sustentada pela arte de conviver e compor com o oposto e que se observa, ainda hoje, no acampamento indígena em questão.

5.2 MODELO TRADICIONAL DA SOCIEDADE KAINGANG

Os Kaingang, como outros grupos da família linguística macro-jê, são caracterizados como sociedades sociocêntricas que reconhecem princípios sociocosmológicos dualistas, ou seja, com visão sistêmica de metades. Entre os Kaingang, as metades originadoras da sociedade recebem os nomes de Kamé e Kairu. O sistema de metades, como um articulador da organização social Kaingang produziu formas muito mais complexas do que aquela identificada pelos primeiros colonizadores.

A expressão sociológica mais forte desta visão de mundo dualista é o princípio da exogamia entre as metades. Segundo a tradição Kaingang os casamentos devem ser realizados entre indivíduos de metades opostas; os Kamé devem casar-se com os Kairu e vice-versa. Os filhos desse casamento ideal recebem a filiação da metade paterna; quando se realiza uma cerimônia do Kiki, a criança acompanhará a metade do seu pai. Diversos registros etnológicos revelam a ocorrência da descendência patrilinear. No entanto, apesar deste padrão de descendência, a forma tradicional de residência entre os Kaingang é a uxorilocalidade - após o casamento o genro passa a morar na casa dos sogros. Este padrão de residência é comum a todos os grupos Jê. Esta força da uxorilocalidade compondo com a força patrilinear podem explicar a existência da cacique Maria Antonia Soares na liderança da aldeia Kaingang de Estrela.

Como visto, porém, o pertencimento a uma metade decorre da descendência paterna. A ratificação desta identidade ocorre com a escolha de um nome para o recém-nascido já dito acima na cerimônia do Kiki. A nomeação entre os Jê, e especificamente entre os Kaingang, tem sido descrita como um importante processo para o estabelecimento de identidades sociais. Os próprios heróis mitológicos Kamé e Kairu criaram e nomearam os seres da natureza. Os nomes pertencem às metades. As crianças, ao serem nomeadas, recebem sua identidade social, a qual, ao lado da descendência paterna, será sua marca distintiva. Ao contrário da descendência, que não pode ser alterada, os nomes podem ser manipulados a fim de proteger a criança contra doenças ou outros infortúnios.

Essa dualidade é apresentada por Nimuendaju (1993) e outros estudiosos clássicos dos Jê e Kaingang. Ele constata na sua etnografia:

“O que pertence ao clã Kañeru é malhado, o que pertence ao clã Kamé é riscado. O Kaingang reconhece essas pintas tanto no couro dos animais como nas penas dos passarinhos, como também na casca, nas folhas, ou na madeira das plantas. Das duas qualidades da onça pintada, o acanguçu é Kañeru, o jagareté é Kamé. A piava é Kañeru, e por isso ela vai também adiante na piracema. O dourado é Kamé. O pinheiro é Kañeru, o cedro é Kamé, etc.”

Apesar de eventualmente não classificarem algum animal em uma das metades (o que é a mesma coisa que classificá-lo nas categorias **rór** ou **téi**), a diferença entre seres compridos e achatados é tão importante entre os Kaingang, que sua língua possui

verbos distintos para o ato de carregar um objeto *ror* ou *téi*. E, de maneira geral objetos, plantas e animais tendem a ser classificados em *KAMÉ* ou *KAIRU*, o que corresponde às informações de Nimuendaju (1993). A importância dos conceitos Kaingang *ror* e *téi* é fundamental para fins comparativos com as pinturas rituais de outros Jê.

Os princípios sociocosmológicos dualistas tradicionais Kaingang operam sobre uma estrutura social baseada na articulação de unidades sociais territorialmente localizadas, formadas por famílias entrelaçadas que dividem responsabilidades cerimoniais, sociais, educacionais, econômicas e políticas.

A unidade social mínima Kaingang, identificada na TI Estrela é o grupo familiar formado por uma família nuclear (pais e filhos) que pertencem a unidades maiores formadas por um casal de velhos, seus filhos e filhas solteiras, suas filhas casadas, seus genros e netos. Esta unidade maior, chamada de grupo doméstico não ocupa, necessariamente, uma mesma habitação, mas um mesmo território e reúnem de vinte a cinquenta indivíduos. Esta unidade social estrutura a sociabilidade Kaingang, pois, devido à combinação das regras de residência uxorilocal (residência pós-casamento na casa do pai da esposa) e de descendência (paterna) no interior destas unidades convivem homens e mulheres de metades opostas, reproduzindo, de certa forma, os princípios sociocosmológicos do dualismo de metades.

No interior dos grupos domésticos, entretanto, há uma assimetria de status, entre sogro e genro. Muitos autores afirmam que é a dinâmica política estabelecida entre sogro e genro que está na base de toda a organização política das sociedades Jê e também dos Kaingang.

Ainda, segundo os relatos históricos, percebem-se a existência de duas outras unidades sociais maiores: os grupos locais e as unidades político-territoriais. Os grupos locais correspondem à articulação entre alguns grupos domésticos, os quais, através de laços de parentesco, mantêm uma relação de reciprocidade mútua. As unidades político-territoriais correspondem às esferas mais abrangentes da articulação entre grupos locais. A mesma assimetria de status postulada para o grupo doméstico (sogro-genro) ocorre na inter-relação de grupos locais e unidades político-territoriais.

Os grandes líderes Kaingang do século XIX foram, com efeito, os chefes das unidades político-territoriais (*põ'í bang*) e mantinham uma relação de dominação sobre os chefes dos grupos locais (*põ'í; rekakê*). Assim, os registros históricos, descrevem o poder de mando absoluto de caciques como Nonoai, Braga, Doble, Condá, Fongue e Nicafim sobre vastos territórios no Noroeste do Rio Grande do Sul e Oeste catarinense. A população estimada para estas unidades político-territoriais do século XIX era de trezentos a quinhentos indivíduos.

Os autores e as etnografias mostram que a cultura Kaingang organizou-se sobre uma economia baseada na caça, pesca, coleta e agricultura complementar. Atualmente a agricultura é o elemento básico da economia Kaingang. A agricultura Kaingang

constituía-se, tradicionalmente, do cultivo de milho, feijão, morangas (o mesmo é referido por Maybury e Lewis (1984) para a agricultura Xavante) e, segundo alguns autores, também do purungo ou cabaça. Segundo o testemunho dos principais autores e fontes primárias, a agricultura Kaingang não tinha originalmente senão um papel complementar na alimentação do grupo e sua participação estava restrita, também por razões climáticas, provavelmente aos meses de dezembro ou janeiro a março ou abril.

A coleta incluía abundantes recursos naturais, destacando-se, porém, o pinhão, abundante nas vastíssimas florestas de araucária presentes do Sul de Minas Gerais ao centro do Rio Grande do Sul (e também na região de Misiones, Argentina), que coletavam entre os meses de março e maio, e para o qual criaram formas de conservação, como a farinha do pinhão e o "pinhão d'água" ou *õkór* (os pinhões eram colocados num cesto com tampa e este amarrado a um cipó era colocado em um poço de rio). Também usavam o pinhão para produzir uma de suas bebidas fermentadas.

O palmito, do qual costumavam também fazer farinha. O mel das abelhas indígenas (como o guaraipe, mirim, irapuá, iratim, mandassaia etc.), consumido ao natural, mas também usado para produzir a bebida fermentada da cerimônia do Kiki. As frutas silvestres, como a jabuticaba, o guamirim, pitanga, butiá, ariticum, araçá, etc. As larvas de insetos, ou "corós", presentes na palmeira (os mais apreciados), na taquara, no pinheiro, na paineira e no jaracatiá. De tão apreciados e importantes na dieta Kaingang, essas larvas recebiam nomes sendo as larvas da ponta chamadas *ngródngródn* e as do cerne da palmeira *féniú*. Era costume antigo derrubar palmeiras para que, no pau podre, se produzissem as desejadas larvas que eram consumidas cruas, ou fritas na própria gordura, que eram comidas acompanhando outros alimentos. Verduras, como o fuá (erva moura), o kumi (folha da mandioca brava), o caruru, a cambuquira (folha da abóbora ou da moranga), *pyrfé* (folha do urtiga brava). A erva mate (*Ilex paraguayensis*), com a qual usam preparar o mate (*kógwuin* igual a chimarrão) e também utilizada para ritos de adivinhação.

Além dos recursos alimentares, a coleta incluía também: as plantas medicinais, em enorme quantidade e para os mais variados fins, como a erva-de-anta, fruta-de-pomba, jaguarandi, etc. A urtiga brava, de cujas fibras do caule produziam os seus fios de tecer, sobretudo para a confecção dos seus *kurus* (grandes cobertas) e de uma espécie de camisa.

A pesca representava a terceira mais importante contribuição à alimentação Kaingang, e era praticada em épocas certas, não coincidindo com as épocas de desova. A principal técnica de pescaria utilizada então pelos Kaingang era o paris (uma armadilha de taquara ou varas), e para a conservação da carne do peixe utilizavam o processo da defumação. Em rios menores utilizavam também as conhecidas técnicas indígenas de "envenamento" por cipós, como o uso do timbó e cascas de certas árvores (D'Angelis, 1984a).

A caça incluía os grandes e pequenos mamíferos das florestas subtropicais (anta, veado, cateto ou caititu, queixada, quati, etc.) e a grande variedade de aves aí existentes (jacu, uru, papagaio, nambu, macuco, etc.), havendo certamente animais cujo consumo era interdito e outros cujo consumo não era costume como, por exemplo, os tamanduás (mirim e bandeira), jaguatirica, lontra, ariranha, etc. Não parece ter sido costume dos Kaingang a caça com armadilhas (comum, por exemplo, entre os Guarani), exceto um laço para apanhar papagaios e baitacas e a técnica do émbitô para caçar um tipo de rato do mato (kaxin). Usavam mais freqüentemente caçar aves e animais com seus arcos e flechas, com diferentes tipos de pontas feitas de madeira ou ossos de animais.

5.3 MODELO ATUAL DA SOCIEDADE KAINGANG: ALDEIAS E TERRAS INDÍGENAS

Todos os parâmetros de organização social que destacados acima estão, de alguma forma, presentes na construção da sociabilidade dos Kaingang da atualidade. Pode-se perceber que há uma clara permanência de princípios, especialmente no que diz respeito às regras de descendência, residência, produção econômica e autoridade política.

A concepção de descendência mantém-se operante entre os Kaingang. O próprio critério de identidade étnica passa pelo conceito de descendência paterna. Ser Kaingang significa ser filho de pai Kaingang. Nas terras indígenas Kaingang há um número significativo de indivíduos classificados como mestiços (filhos de casamentos entre Kaingang e branco), misturados (filhos de pais de duas etnias indígenas, como de Kaingang com Guarani ou Kaingang com Xokleng), indianos (brancos casados com mulheres Kaingang que vivem incorporados como membros da comunidade da esposa), ou cruzados (estes, segundo os próprios Kaingang, são definidos como aqueles filhos de mãe índia e pai branco e que não falam a língua nativa).

Uma vez que a regra de residência pós-casamento é uxorilocal, pais e filhos homens teoricamente passam a morar em residências separadas com o casamento dos filhos. Este afastamento não impede que pais e filhos mantenham relações de solidariedade, especialmente visíveis na produção de suas roças. Com efeito, muitos Kaingang afirmam que os filhos herdam as roças de seus pais. Ademais, há inúmeros casos em que as roças de pais e filhos são contíguas. Percebe-se a mesma regra com respeito à organização política – sem dúvida há uma recorrência da permanência dos filhos nos cargos e posições ocupadas pelos pais. Segundo alguns registros históricos e de acordo com as próprias observações de campo, é comum que os filhos sucedam os pais na posição de cacique.

A regra da uxorilocalidade também permanece viva. É comum que em casas construídas próximas umas das outras habitem mulheres em relação de consanguinidade (irmãs, filhas e netas, por exemplo) e homens em relação de

afinidade (sogro, genro e cunhados). Obviamente nem todas as famílias estão organizadas segundo este padrão; porém, há registros históricos e etnográficos que comprovam que a uxori-localidade constitui um padrão de residência.

Há casos em que o padrão de residência não é uxori-local. Nestes casos a forma mais comum de residência é a neolocalidade – o casal constitui uma nova casa. Mesmo nestes casos, são as relações de parentesco que garantem a socialização da nova família na comunidade. Isto é, mesmo que o padrão de residência apresente alterações com relação ao modelo tradicional, os mecanismos de solidariedade construídos pelo parentesco permanecem operando como uma estratégia nativa de sociabilidade. Com efeito, para os Kaingang a pior punição que podem receber é o afastamento – a transferência, como dizem – da terra de suas famílias. Os transferidos não apenas se distanciam de seus umbigos e de seus mortos, mas, sobretudo, ficam afastados da parentagem e, por causa disto, sofrem inúmeras privações.

Mantendo-se a atenção ao comparar o modelo tradicional e o modelo atual de sociabilidade Kaingang, pode-se afirmar que os grupos familiares e domésticos do passado e do presente são estruturalmente idênticos. Isto é: os grupos domésticos englobam grupos familiares. Pode-se levar adiante esta comparação e afirmar que os grupos locais do passado correspondem aos grupos do ajutório do presente. Evidentemente, há diferenças entre estes dois grupos. No passado a pauta de um grupo local era formada por atividades como a caça, a coleta, as guerras com vizinhos, as alianças celebradas em eventos rituais.

No presente, os grupos do ajutório partilham crenças religiosas e práticas produtivas de outra ordem, entretanto, permanecem como um grupo com identidade social própria. Se aceita esta comparação, pode-se avançar na compreensão das estratégias de sociabilidade Kaingang afirmando que estes grupos do ajutório englobam as unidades sociais menores (grupos domésticos e grupos familiares) e, por sua vez, são englobados por unidades sociais maiores. No passado, convencionou-se chamar estas unidades sociais maiores de unidades político-territoriais; para o contexto atual, foram identificadas duas outras unidades sociais que são englobantes, a saber as aldeias e as Terras Indígenas.

Tal estrutura social é visível tanto na distribuição das casas, quanto na distribuição das famílias. Porém, é na organização política Kaingang que este modelo de sociabilidade se apresenta ao observador com maior clareza. Os Kaingang, como já foi apontado por inúmeros estudos, apresentam uma estrutura política altamente hierarquizada. A posição máxima desta hierarquia é ocupada pelo cacique, seguida do vice-cacique. O vice-cacique não é um mero coadjuvante das decisões tomadas pelo cacique. De fato, esta posição goza de prestígio e atribuições comparáveis àquelas do cacique. No modelo tradicional, segundo relatam os mais velhos, cacique e vice-cacique deveriam pertencer a metades opostas; esta regra ainda é seguida em algumas terras Kaingang – os próprios Kaingang justificam: apenas com indivíduos da metade oposta é possível planejar as ações políticas; as punições, por outro lado, só podem ser aplicadas por

indivíduos da mesma metade. Há, portanto, uma concepção de complementaridade entre estas posições.

As atribuições do cacique e do vice-cacique envolvem tanto a representação da coletividade junto às autoridades do mundo dos brancos, quanto às decisões sobre diversos aspectos da dinâmica interna. Para os Kaingang, de uma maneira geral, a autoridade política de seus caciques está diretamente relacionada à capacidade do cacique de bem representar sua coletividade. Para tanto, eles esperam que a autoridade de seus caciques ultrapasse os limites da Terra Indígena. Ou seja: é importante que a autoridade indígena seja também uma autoridade no 'mundo dos brancos'.

A participação do cacique e do vice-cacique na dinâmica interna da Terra Indígena está relacionada aos processos de tomada de decisões relacionadas a aspectos econômicos, políticos, jurídicos e éticos. Tais decisões envolvem a participação de outras autoridades Kaingang, aquelas que genericamente são chamadas de Liderança, uma espécie de conselho local. Além do cacique e do vice os demais membros da Liderança são indivíduos que cumprem as funções específicas, ora relacionadas ao controle social (chamados de 'soldados', 'cabos', 'sargentos'), ora relacionadas aos processos de tomada de decisão (chamados de capitães e conselheiros) - estes são termos utilizados pelos próprios índios. Em pesquisa realizada entre os anos de 2000 e 2003, analisando as estruturas políticas de dez terras indígenas Kaingang, Fernandes constatou que entre estes índios há, em média, uma autoridade política para cada seis famílias (ou trinta indivíduos). A escolha do cacique é realizada através de eleição, da qual participam os homens com idade superior a 15 anos.

Este é um processo comum às terras Kaingang: nas TIs (Terras Indígenas) Kaingang no Rio Grande do Sul, há eleições com partidos identificados como milho e feijão. Os eleitores depositam um grão correspondente ao seu candidato nas urnas. Teoricamente o cacique nomeia seus assessores políticos (vice-cacique e membros da Liderança). Apesar das eleições serem uma prática já consolidada na vida política Kaingang, as candidaturas à posição de cacique são articuladas entre as famílias de maior prestígio no interior das TIs.

Assim como se verifica uma estrutura hierárquica nas posições políticas, verifica-se também uma hierarquia nos processos decisórios. Os 'soldados', cabos e sargentos são responsáveis pelas resoluções de pequenos problemas, tais como: brigas internas, 'bebedeira', acusações de pequenos roubos e desrespeito à autoridade. As decisões são tomadas em encontros, geralmente na frente da casa do capitão da aldeia. As punições aplicadas aos infratores considerados culpados variam. A mais conhecida punição era o 'tronco' no qual o infrator ficava com os pés amarrados. Com o estabelecimento dos Postos Indígenas do SPI (Serviço de Proteção ao Índio) no interior das TIs Kaingang, na década de quarenta, os 'troncos' foram em grande parte substituídos por prisões. Ainda hoje, porém, existem 'troncos' em algumas terras

indígenas. Há casos em que os infratores acusados de delitos graves são ou amarrados em uma árvore (geralmente o tempo suficiente para ‘curar a bebedeira’), ou ficam presos sem direito a banho e alimentação – recebem apenas água – ou ainda, nos casos mais graves, são transferidos para outra Terra Indígena. As punições, em média, não ultrapassam os três dias. Nos casos de menos importância, os infratores são convocados a prestar serviços para a comunidade (como limpar os caminhos e acessos à escola ou ao posto de saúde).

As transferências são casos extremos, que ocorrem de tempos em tempos, e é atribuição do cacique. Em tese, as transferências são aplicadas após a terceira vez que um indivíduo comete uma infração grave. É de conhecimento público, no entanto, que a transferência é imposta, em muitos casos, a indivíduos que fazem oposição e críticas constantes à política local. Há inúmeros casos de grupos familiares que, por sentirem-se pressionados pelo poder político interno, abandonaram a vida nas TIs, muitas vezes migrando para os centros urbanos. É o caso também das famílias que saíram da TI Nonoai e construíram um emã (aldeia) no centro da cidade de Chapecó-SC em 1998. Como se vê, as expulsões e transferências são bastante utilizados, como recurso de controle sócio-cultural. Os exemplos poderiam multiplicar-se.

Povos que tradicionalmente viviam da caça, coleta e agricultura, os Kaingang de hoje sobrevivem das roças administradas pela FUNAI, das roças familiares, da venda de artesanato e da prestação de serviços para produtores rurais. Tendo perdido a maior parte de seus antigos territórios, os Kaingang ainda viram suas florestas serem devastadas pelas serrarias implantadas nas terras Kaingang e as melhores terras serem arrendadas para fazendeiros brancos pelos próprios órgãos indigenistas. Mais recentemente, várias comunidades Kaingang e de outras etnias foram atingidas direta ou indiretamente por barragens que afetaram ainda mais as suas condições de vida.

Essa organização política reflete-se na forma como os grupos se organizam nas parcelas de terra que recebem. Esses espaços, quase sempre insuficientes são utilizados constantemente, como o solo e a perda da cobertura vegetal transformaram as TIs e aldeias em espaços degradados ambientalmente cuja produtividade não atende às necessidades materiais das famílias.

No sentido de povo coletor, reside, talvez, uma parte essencial do mundo Kaingang e que tem sido objeto de revitalização cada vez maior nos últimos trinta anos. É o que testemunhavam os Kaingang nas conversas em torno do mate em reuniões do CEPIN- Conselho Estadual dos Povos Indígenas de SC. Esta busca de rituais de coleta significa também a retomada de seu próprio ethos.

Orides, cacique Kaingang presidente do CEPIN, assassinado na Terra Indígena de Xaçupé, reclamava a lentidão deste retorno aos rituais como o Kiki e outros segredos dos antigos. Daí porque a manutenção e ampliação da área deva considerar sobretudo o reflorestamento ambiental. É parte vital da cultura Kaingang. Neste

sentido, é também um caminho de reforço das buscas de uma política de sustentabilidade.

Os autores lembram ainda que além dos recursos alimentares, a coleta incluía também: as plantas medicinais, em enorme quantidade e para os mais variados fins, como a erva-de-anta, fruta-de-pomba, jaguarandi, etc. A urtiga brava, de cujas fibras do caule produziam os seus fios de tecer, sobretudo para a confecção dos seus kurus (grandes cobertas) e de uma espécie de camisa.

Sem desprezar os cuidados de saúde que reclamam da FUNASA, os Kaingang mostram pela repetição constante da palavra “remédio que sabemos fazer”, “remédio do mato”, remédios rituais uma decisão ontológica de seu modo de ser e de fazer. Enxergam o capão com um respeito imenso e, como artesãos, vão à luta pela autossustentabilidade. Há um processo de recuperação artesanal em vários níveis, como por exemplo, a volta ao feitio de roupas e outras artes variadas como já acontece em outras TIs Kaingang, como em Terras de Xapecó, cujo processo foi estimulado desde o ano de 1999 com a construção de infra-estrutura adequada e inculturada.

5.4 CARACTERIZAÇÃO DO MODO DE VIDA DO GRUPO KAINGANG NA TI ESTRELA

A TI Estrela, localizada no km 360 da BR-386, comporta cerca de 20 casas de moradia, algumas com horta caseira, além de área de plantações individuais e coletivas, e ainda, uma escola. Essa aldeia apresenta um número de 20 famílias com 31 crianças matriculadas na escola. (Lista de alunos de 2008 no Anexo 6).

A área de vegetação possui muita importância para o grupo. É uma fonte de memória cartorial porque há certas árvores que os antigos plantaram como prova de sua vivência no território. Além disso, todas as árvores frutíferas que estão ali foram plantadas por eles, e auxiliam na sua alimentação. Maria Soares (Anexo 1) confere este tipo de função arbórea como registro mnemônico:

“tem árvores que os antepassados plantaram, tem tudo né, vários sinais”.

É dela também que retiram remédios, matéria-prima para a confecção de artesanatos e usufruem das frutas:

“A gente tem conhecimento de bastante remédio também; pra índio, assim né? O que pra vocês, às vezes, sei lá, parece só mato, pra gente é tudo isso... É pequeno aquele mato, mas tem tudo: taquara, cipó, árvores e remédios. Ali tem muito remédio” (Maria Antonia Soares – cacique kaingang).

Ocorrem, na área de vegetação, espécies frutíferas como a amoreira (*Rubus brasiliensis*), jerivá (*Syagrus romanzoffiana*), butiá (*Butia capitata*), nespera (*Eriobotrya japonica*), limoeiro (*Citrus limonia*), laranjeira (*Citrus sinensis*), bergamota (*Citrus*

nobilis), banana (*Musa paradisiaca L.*); as ervas medicinais como pata de vaca (*Bauhinia variegata*), cipó mil-homens (*Aristolochia galeata*), unha-de-gato (*Uncaria tomentosa*), camomila (*Matricaria Chamomilla*), avenca (*Adiantum capillus ueneris L.*), e as artesanais: cipó de São João (*Pyrostegia Venusta*) e taquara (*Bambusa taquara*).

Outra forma de manutenção da subsistência das famílias é a organização de horta caseira. Elas ocorrem somente em frente a algumas casas, mas segundo entrevistados e o conteúdo da própria escola, este hábito vem sendo estimulado.

No trecho dessa mata há um córrego que cruza a porção sul do acampamento separando-o da escola. Com pequenas dimensões, esse córrego não apresenta condições de abrigar espécies que possam servir para a pesca.

Há no acampamento uma caixa d'água com poço artesiano e bomba d'água localizada a aproximadamente 30 m da rodovia, na face sul do acampamento (Figura 9). Essa caixa d'água foi implementada pela FUNASA, conforme o relato do Of. N° 74 SENSP/FUNASA/CORE-RS de 17 de janeiro de 2007, e opera em caráter provisório a partir de um poço artesiano perfurado na área por uma instituição beneficente.



Figura 9 – Caixa d'água da TI Estrela, próxima da área de mata

O principal sustento dos Kaingang no local é o artesanato, tratando-se de um conhecimento enraizado na cultura, repassado a todos e que é intrínseco nas famílias. Há dois pontos de venda de artesanato situados às margens da BR-386 (Figura 10 e Figura 11) e uma separação por famílias na utilização desses postos de venda. Sendo assim, a rodovia é utilizada como meio de sobrevivência para a comunidade.



Figura 10 – Ponto de venda de artesanato às margens da BR-386



Figura 11 – Ponto de venda de artesanato às margens da BR-386

Quanto à matéria prima, esta é facilmente encontrada na única área florestal existente no acampamento, localizada numa faixa de aproximadamente 70 m na beira da BR-386. Os produtos desse artesanato são basicamente cestos feitos de cipó de São João (Figura 88) e de um tipo de taquara e colares de sementes nativas.

Entrevistador. “E de onde vocês tiram esse material para o artesanato?”

Entrevistado. “É do mato, né. Vem do mato.”

Entrevistador. “E esse mato é o que fica na beira da BR?”

Entrevistado. “É.”

Poucos membros do acampamento vivem da prestação de serviços para produtores rurais. Alguns moradores possuem plantações de hortaliças em frente às suas casas, mas estes são minoria. Não foram identificadas atividades de caça e pesca no acampamento.

A venda do artesanato, diagnosticado como único meio de subsistência dessa comunidade, fora as doações que recebem, merece maior atenção. A construção de uma sede bem estruturada, com uma casa de artesanato de fácil acesso aos visitantes da aldeia, ajudaria a estimular as pessoas do acampamento. Apesar de toda a dificuldade enfrentada por essas pessoas, nota-se a esperança por uma vida melhor, como demonstra a etnografia, e especialmente neste trecho da entrevista realizada com a cacique Maria Antonia (Programa Revitalizando Culturas/GRUPEP, 2008).

Entrevistador. E tem assim, um jeito, desse projeto conseguir reparar tudo isso que vai influenciar a aldeia aqui? Se fosse para apontar o lugar perfeito, como seria esse lugar?

Entrevistado. É um lugar demarcado, né? Esse lugar nosso aqui é bom, mas tem que demarcar. A gente já mora aqui há muito tempo. Só que seria maior, né? Aqui a gente vive tudo amontoado. E quando meus netos ficarem grandes e começar a ter filhos? Como que vai fazer? Tem que demarcar terra maior, pra gente poder viver tranquilo. Teria as plantações: mandioca, milho, salada, frutas, teria bastante remédio e material pro artesanato. Também ia ter banheiro bom pra gente, pra facilitar, né? Toda vez tem que ir pra lá. Precisa posto de saúde com atendimento pelo menos uma vez na semana pra gente não passar tanta dificuldade quando estiver doente. Assim eu penso; assim, pra gente viver feliz, tranquilo.

Apesar de a rodovia apresentar vantagens para a comunidade, a sua duplicação ocasionará a perda de parte da área florestal, o que afeta importantes atividades desenvolvidas pelo grupo, como o artesanato, a produção de remédios e a extração de alimentos para consumo próprio.

A escola é um ambiente importante para a revitalização cultural, tendo função educativa internamente e externamente. Internamente, deve reforçar os valores ancestrais e externamente, deve ser a porta de ingresso na cultura kaingang. A escola encontra-se em situação precária, mas em função de a terra não ser homologada como legítima TI pelas autoridades federais, o Estado não pode realizar intervenções.



Figura 12 – Visão geral da escola

Foi construída uma ponte de madeira sobre o córrego que divide o acampamento com ajuda da própria escola, como medida de segurança, evitando o trânsito das crianças pelas margens da BR-386.

As casas onde habitam as famílias nucleadas são pré-fabricadas, feitas de madeira, com eletrificação regular, e estão concentradas na face norte do acampamento (Figura 13, Figura 14 e Figura 15). Pode-se verificar que na maior concentração de casas há também uma maior quantidade de resíduos sólidos espalhados pelo chão (Figura 16).



Figura 13 – Vista parcial do acampamento



Figura 14 – Vista parcial do acampamento



Figura 15 – Habitação construída pela FUNAI,



Figura 16 – Lixo é um problema ambiental que atinge a aldeia

Os problemas ambientais na aldeia são muitos. Falta saneamento básico e sanitário adequados. Contam apenas com algumas patentes, que são poucas e estão

saturadas, o que faz com que as pessoas façam suas necessidades fisiológicas pela aldeia, deixando no ar um cheiro desagradável, e pelo solo, restos desses resíduos sólidos, que produzem vetores, e conseqüentemente, doenças (Figura 17).

Outro fator que produz doenças é o lixo amontoado em uma área da aldeia. Mesmo com alguns latões na beira da rodovia para a coleta semanal de lixo, o grupo descarta grande parte de seu lixo na própria aldeia, gerando um local com muitas moscas, baratas e ratos (Figura 18 e Figura 16).



Figura 17 – Patente na aldeia TI Estrela



Figura 18 – Latões para coleta de lixo na beira da BR-386

O campo de futebol parece ser a única estrutura destinada ao lazer, não havendo nem mesmo a presença de salão, templo ou qualquer outro tipo de área comunitária. Acredita-se que um dos fatores que contribuem para a ausência de agricultura de subsistência seja o tamanho irregular do acampamento sendo a agricultura familiar voltada apenas para complementação alimentar com verduras e legumes, além de ser praticada pela minoria. Em se tratando de saúde, a pouca vegetação oferece alguns



remédios, em casos graves é chamada a ambulância do município de Estrela que nem sempre atende ao chamado e, às vezes, quando atende demora a chegar ao local. Não existe orelhão ou qualquer tipo de comunicação pública no acampamento a não ser aparelhos celulares particulares.

O principal sustento dos Kaingang no local é o artesanato. Conforme anteriormente mencionado, há dois pontos de venda de artesanato situados às margens da BR-386.

6 RELAÇÃO SOCIOPOLÍTICA, ECONÔMICA E CULTURAL DOS KAINGANG DA TI ESTRELA COM OUTROS GRUPOS INDÍGENAS

A primeira relação importante surge a partir da escola, enquanto ambiente que funda um mundo: em seu entorno estiveram os primeiros barracos. É um ambiente indispensável para a revitalização cultural, com função educativa internamente e externamente. Internamente deve reforçar os valores ancestrais e externamente deve ser a porta de ingresso na cultura kaingang. Esta relação externa com outros parentes kaingang e com outras etnias indígenas resultou, por meio da escola, na continuidade das reivindicações.

A participação da cacique Maria Antonia Soares está na raiz da criação do CEPI na virada do século, como atesta o testemunho da Presidência atual do CEPI. Em novembro de 2003, com a plena funcionalidade do CEPI-Conselho dos Povos Indígenas do Rio Grande do Sul, a comunidade kaingang interagiu de modo positivo, criando esperança de melhorias de infraestrutura. Foram conseguidos a construção de novas casas, em um terreno maior; água, pelos esforços conjuntos de uma ONG e do poder público; e o funcionamento da escola em plenas condições, apesar da impossibilidade legal de investimento predial.

Ressalta-se, também, a participação de universidades até 2003. Um dos resultados mais palpáveis e que denota a sutileza das relações interculturais construída nesta cumplicidade de alianças é a elaboração de uma planta arquitetônica da Escola Kaingang Bilíngüe (Em Ki Kanhrãrãnh Kaingang) – Aldeia Estrela –RS feita pela aluna Julia Freitas, sob a orientação do professor Julio Cruz, do curso de Arquitetura da UFRGS. (Anexo 7).

Essa sinergia foi prejudicada pelo contexto de negações identitárias ocorridas em 2006. Entretanto, as ligações inter-aldeãs mobilizaram uma resistência pela participação conjunta, não só dos kaingang em suas lutas conjuntas, buscando seus direitos pela forma da lei, mas unindo-se também a outros povos como os guarani.

A presença de Maria Antonia Soares, como titular da TI Estrela, e da suplente Rosalina Pinto está homologada pelo governo do estado no Diário Oficial de 1º de agosto de 2006. Portanto, mesmo apesar da situação desfavorável aos Kaingang advindas das negações do governo federal, a cacique e a suplente assumem uma postura de resistência em favor de sua comunidade, dispostas a participar por mais três anos da organização do CEPI. Atualmente a suplente de Maria Antonia é Maria Sandra Soares.

6.1 REDES DE PARENTESCO

A partir de relatos dos informantes da aldeia, verifica-se uma série de eventos inter-relacionados que tiveram início na década de sessenta. Entretanto, esses eventos têm

correspondência estrutural que remetem a uma história de longa duração, mais especificamente a partir do avanço da colonização, engendrada por agentes de Estado e missionários, principalmente a partir do século XVIII.

Nos últimos dois séculos, os Kaingang apropriaram-se de práticas religiosas originárias do cristianismo – mesmo mantendo a organização social dividida em duas metades exogâmicas e exercendo o xamanismo por meio dos *kujá* – o que permitiu o surgimento de um fenômeno que Rosa (2005) denominou como “sistema caboclo”. Segundo o autor o sistema caboclo atua de forma complementar ao “sistema kujá”, pois o “saber guiado”, que orienta o xamanismo Kaingang, está presente em ambos os sistemas, os quais os Kaingang recorrem para acessar a cura de suas enfermidades, fortalecerem seus corpos, por meio de “um complexo que envolve seres humanos que pertencem ao mundo-aqui e seres do mundo-outro” (Rosa, 2005). Ainda, é importante ressaltar que o “sistema kujá” constitui-se no “plano sociológico” na relação com os Guarani, assim como o “sistema caboclo” na relação com os regionais. Conforme Rosa (2005):

o complexo xamânico dessa sociedade trata-se de um fenômeno que se atualiza através de um vasto sistema de trocas religiosas com outros grupos étnicos e sociais — em particular, Guarani e caboclos — e também um forte vínculo com a sociedade brasileira mais ampla. (Rosa, 2005).

Na relação com regionais, diz o autor, os Kaingang incorporaram em seu repertório ritual “terços”, “capelões” e “curandores”, a “igrejinha de tabuinhas”, “altazinhos” de santos do panteão católico², além de acompanharem procissões para santos em cidades circunvizinhas às Terras Indígenas.

No caso da Aldeia de Estrela, essa introdução ao complexo xamânico Kaingang permite-nos, pelo menos em alguns aspectos, entender a atual configuração da população que aí habita. Em sua maioria, parentes consangüíneos, são descendentes do primeiro casamento de Manoel Soares com Lídia Soares e do segundo casamento de Manoel com Eva Rosalina de Melo. O primeiro casamento de Manoel teve lugar justamente “quando os índios se encontravam” por ocasião das festas do santo católico São Nicolau, onde os índios acampavam e/ou permaneciam em grutas da região. Nessa época, no entanto, esses acampamentos realizados durante as festas religiosas, eram reprimidos por uma política do governador Leonel Brizola, conhecida

² Assim, a chefia kujá desdobrou-se no cargo “curandor”; o jagre animal da floresta dividiu a sua responsabilidade com o “guia católico”. Da mesma forma, a chefia cerimonial pa’í e o cargos de jōnjōn ti ag e pej transformaram-se, respectivamente, em “capelão” (depois, “ministro”) e “rezador”. Diga-se de passagem, como o sistema kujá e sistema caboclo operam de forma concomitante no xamanismo Kaingang, essas noções não são de modo algum excludentes. Por exemplo, um kujá tanto pode ser dirigido por um jagre animal da “floresta virgem”, nesse caso, filiando-se ao sistema kujá, como por um santo ligado ao panteão do catolicismo popular, também colando-se ao sistema caboclo. (Rosa, 2005: 239)

pelos índios como a “caçamba do Brizola”, que “carregava os índios para os aldeamentos e para trabalhar para os fazendeiros”. Além disso, é sabido que as TI Kaingang encontravam-se sob o regime do Panelão, instituído pelo SPI. Como os índios de Estrela dizem: “o pai falava que o SPI veio para acabar com os índios”.

Como dito acima, a partir da década de 60, essas aldeias e acampamentos foram reprimidos por uma política de colonização que teve como finalidade a expropriação das terras ocupadas por um contingente indígena.

Lídia: A avó dele [de Manoel], a mãe da mãe dele, foi pega no mato a cachorro (...) [Alexandre pergunta, mas por quê? Lídia responde:] Porque eles eram índios. Estavam no mato, aí tinha medo. Eles contavam para gente, eles contavam pra mim, falavam.

Alexandre: foram os brancos que pegaram?

Lídia: não me lembro, eles contavam para gente.

Maria: os brancos, aí tinham aqueles bugre, os caçadores que eram os bugre, que pegava (...) [a gente] só usava fogo em roda do chão e não gostava de morar em casa.

Tentando escapar ao modelo de repressão colonial nos acampamentos e nas Terras Indígenas, o casal, acompanhando seus pais, estabeleceram-se na cidade de Santa Cruz, afastando-se da vida nos aldeamentos, na qual se encontravam os seus parentes. Passaram-se alguns anos e, com a morte de seus pais, Manoel e Lídia se deslocaram com suas respectivas mães e Eva em busca de sustento (“para fazer balaio”) e talvez “procurando o lugar onde o umbigo [de Manoel] foi enterrado”, que é reconhecido por seus descendentes como a região onde vivem atualmente. Desse modo, segundo os interlocutores, eles fundaram a Aldeia de Estrela há 35 anos. E, após o falecimento de Manoel, as duas esposas continuaram morando nesse lugar, com seus respectivos descendentes, formando um total de 24 famílias. Atualmente vivem em uma área de 13,5 ha, que foi destinada a eles (inclusive, por meio de Procedimento Administrativo no Ministério Público Federal), situada a aproximadamente quinhentos metros do sítio original; nesse sítio estão enterrados os umbigos dos habitantes da aldeia e é o local onde funciona a Escola Bilíngüe.

Outro aspecto importante na procura dessa região como um lugar de origem, ou seja “onde o umbigo de Manoel estava enterrado” são as relações de parentesco relativas à primeira geração ascendente de Lídia e Manoel. A cacique Maria Antonia enfatiza que seu pai têm ascendência guarani. Essa ascendência é matrilateral. O pai de Manoel tem parentes “para cima da Serra” e, ao que parece, entre os Kaingang de Nonoai. Essa afirmação, apesar de eles não “conhecerem” esses parentes, é devido a uma aproximação entre o sobrenome do pai de Manoel e dois de seus irmãos: Coito e os Kaingang de sobrenome Coita (ou Coito) que moram em Nonoai.³ Segue trecho de entrevista, na qual se visualiza essa relação genealógica:

Alexandre (antropólogo): O Sales, que é o pai do pai ...

³ O pai de Manoel é Neco Coito, os irmãos do pai são Joseph Coito e Antônio Coito.

Maria: ... Já morreu há muitos anos

Alexandre: Qual é o nome dele?

Maria: Não sei.

Alexandre: Se tu visitares os Coito lá de Nonoai ... ?

Maria: Eu acho que eles devem de saber, [são] parente deles. Que lá têm os Coito velho. Meu tio [FB] que estava aí, esses dias, falando dos parentes deles: da Rocha, não sei do que mais, tem vários sobrenomes. Eu sei que da parte da mãe é da Rosa (...). A mãe não tem parente lá pra cima, a gente não sabe por que o pai dela foi embora. Deixou a minha avó lá com filho e foi embora. E a minha avó não foi atrás dele

De fato, a situação histórica dos índios de Estrela, com a vida fora dos aldeamentos, não os permitiu, como eles dizem, “conhecerem” as gerações ascendentes de Nonoai.⁴ E com a morte do pai de Manoel, quando ainda moravam em Santa Cruz, os laços matrilaterais foram determinantes para a localização da terra que procuravam. Manoel, suas duas esposas e filhos, deslocaram-se e fundaram a Aldeia de Estrela com sua mãe, uma índia guarani. Esse fato demonstra que as informações arqueológicas contidas nesse laudo procedem, já que a arqueóloga Deisi Farias encontrou sítios da Tradição Tupi-guarani na região.⁵

A ascendência de Lídia é pouco conhecida, pois o pai separou-se da mãe, quando ainda estava na tenra infância. Eles eram de Erveiras, a mãe (M) e a mãe da mãe (MM) de Lídia, de sobrenome Soares, eram Guarani. O pai José Zerino da Rosa, pelo sobrenome da Rosa, como dizem, “é Kaingang”. O pai do pai (FF) e a mãe do pai (FM) não são conhecidos. Sabe-se que estas pessoas eram “ruins um com o outro, brigavam e daí se separaram. Um foi pra um lado e outro foi pro outro, daí”.

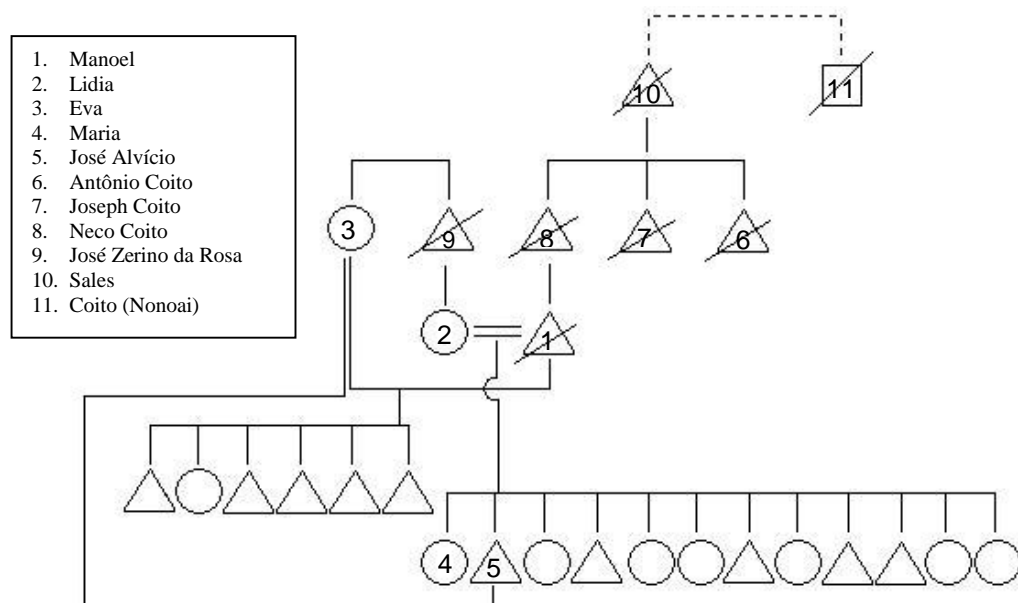
6.1.1 PARENTESCO: RELAÇÕES INTRA E INTER-ALDEÃ.

As informações no item anterior se articulam intimamente com a situação atual da população da Aldeia de Estrela. Em uma conversa com Lídia obtive alguns dados sobre a regra de casamento nessa aldeia. Segundo ela, considera-se correto casar

⁴ Num primeiro momento, para entender a relação genealógica entre os índios de Estrela e os de Nonoai é importante enfatizar um aspecto recorrente do parentesco nas sociedades indígenas das terras baixas da América do Sul que diz respeito a pouca profundidade da memória genealógica e a ênfase nos laços de convivência e nos cuidados mútuos como constitutivos do parentesco (ver, por exemplo, Gow (1991), sobre os Piro do baixo Urubamba).

⁵ De outro modo, a Aldeia de Estrela, segundo o Kaingang João Padilha (da TI Borboleta), insere-se em uma territorialidade indígena, que envolve as etnias Kaingang, Guarani e Charrua, e tem como referência geográfica a Serra do Botucarái estendendo-se do Rio Pardo e afluentes até o Salto Jacuí, em um complexo de aldeias e acampamentos que abrange a Serra do Mar.

com parentes matrilineares em G+2. Há proibição de casamento bilateral nas gerações G0 e G+1. O casamento patrilateral é proibido em G0, G+1, G+2, G-1 e G-2. De fato, seu filho mais velho casou-se com a irmã do pai da mãe (MFZ; e esposa do pai (FW)), Eva. A filha mais velha de Manoel e Lídia, Maria, casou-se com branco. Mas, segundo Maria, seu esposo foi considerado de outra metade, pois seu pai, Manoel, é um *kamë*, e, por isso, ela só pode casar com alguém de pintura redonda, ou seja, um *kanhru* (igualmente, os descendentes desse casamento são considerados por Maria como *kanhru*). Sendo assim, a população de Estrela, mesmo vivendo um paradoxo (pois Manoel sempre dizia: “não procurem os brancos porque trazem doenças”, entre outros problemas), praticou a regra de casamento exogâmico.



Ao que tudo indica, a regra de casamento informada, apesar de não fazer referência à terminologia de parentesco Kaingang⁶, é formalmente semelhante ao modelo Kaingang. Como segue:

Seja como for, respeitar a exogamia de metades é importante, pois “é preciso viver na estrutura comunitária” (...) De outro modo, os Kaingang expressam no nível da terminologia uma ambigüidade. Na esfera doméstica, eles dizem que entre os “parentes verdadeiros” (*kanhkã pë*) não tem *jamré*, desenfazando o pertencimento às metades; todavia, dão relevância ao aspecto dualista da terminologia e à conduta a ela associada, no contexto do desempenho de papéis na esfera público-cerimonial. As relações entre parentes, como vimos, devem obedecer às regras de etiqueta (“lei da aldeia”). Etiqueta essa que é, muitas vezes, implementada pelo uso de “um termo que instaura a relação” (Coelho de Souza, 2002: 10), por exemplo, pelos termos gerais para consanguíneos (*kanhkã*) e para afins (*jamré*), como codificando uma oposição Nós/Outros. Acontece, como venho

⁶ A população da Aldeia de Estrela não fala a língua Kaingang. Segundo os interlocutores, isso se deve a fato de que Manoel, num dado momento, não pode mais praticá-la, pois os fazendeiros que ofereceram-lhe trabalho na lavoura não permitiam esta prática. Como eles dizem: “os brancos achavam que os índios falavam mal deles”.

afirmando, esse uso nem sempre é desprovido de ambigüidade quanto à oposição entre metades. De modo semelhante aos Jê centrais, e ao contrário do que ocorre entre os povos setentrionais, afirma Coelho de Souza: “este dualismo [Nós/Outros] trabalha aqui, internamente ao campo dos referidos por um termo de parentesco, não para destacar, concentricamente, um núcleo de parentes próximos ou ‘verdadeiros’, mas para distingui-los diametralmente em duas classes ‘perfeitamente adaptadas’, conforme Maybury-Lewis, ao sistema de metades: ao invés de designar uma categoria cognática, a oposição ‘Nós/Outros’ distinguiria neste caso categorias de descendência, [mas, mesmo nesse caso onde há categorias de descendência, a autora chama atenção para o fato de que] pelo menos em certos contextos, o par Nós/Outros admite uma interpretação cognática, [como indica] a partilha alimentar no interior do grupo residencial, valor intimamente associado ao parentesco, [que] certamente não se restringe ao campo dos agnatos (...) A ambigüidade das posições dos maternos próximos (M, MZ, MB), indica que o dualismo Nós/Outros recorta transversalmente a oposição entre as metades” (Coelho de Souza, 2002, inserções minhas entre colchetes).

Essa ambigüidade, no caso dos Kaingang, é expressa na proibição do casamento entre *kanhkã pë*, categoria de parentes próximos ou “verdadeiros” que inclui pessoas de “outra marca”.⁷ Esse tipo de casamento, como também no casamento entre *kanhkã* (da “mesma marca”), segundo os Kaingang, leva a “transformação” da pessoa humana em certos animais específicos (*nén kórég han ve*, ver adiante), como o cachorro, o cavalo, ou também a mula-sem-cabeça. É interessante notar que há uma posterior

⁷ Neste ponto pode-se discordar de Juracilda Veiga quanto a variação havaiana apresentada pela terminologia ‘kariera’ Kaingang como conseqüência do contato, influência da terminologia aprendida dos regionais. Isto porque meus dados informam, como veremos adiante, flexibilidade da classificação diametral kariera tanto no que se refere ao casamento quanto ao uso de termos de referência no interior dos *kanhkã pë*. Coelho de Souza (2002) baseada nos dados de Veiga faz a seguinte reflexão: “Se a presença de casamentos de primos imediatos na genealogia dos mais velhos, o testemunho destes, confrontados à prática e discurso das gerações mais jovens (que condenam esse tipo de casamento), bem como a presença de ‘empréstimos’ do português nas novas terminologias, indicam tratar-se certamente de um desenvolvimento recente, as causas dessa mudança são bem mais difíceis de detectar. Vale lembrar, entretanto, que elas evocam as transformações estruturais envolvidas na passagem da terminologia Kaingang para a de seus vizinhos xokleng (v. supra), e que tendências à ‘havaianização’ podem ser detectadas em outras terminologias ameríndias. A ‘influência’ dos brancos, e dos preconceitos cristãos contra o casamento de primos, pode bem ser um fator, mas o que é mais interessante aqui é a adaptabilidade do sistema e o curso particular que essa adaptação toma, independente do ‘gatilho’ que a tenha desencadeado. Seja como for, o que ocorre na verdade é a combinação entre diferentes terminologias, e a questão decisiva passa a ser, aqui também, a distância social: onde começa o ‘não-parentesco’. Ou melhor, onde o ‘parentesco’ torna-se ‘distante’ o suficiente para que se possa submetê-lo à dinâmica da reclassificação” (Coelho de Souza, 2002: 528, 529).

transformação humana (*ti ki tüg ke vē há*, ver adiante) após a aventura sexual tanto entre *kanhkã* como entre *kanhkã pë* (Aquino, 2008).

Atualmente, na Aldeia de Estrela, a ideologia patrilinear é constitutiva dos casamentos nas gerações mais novas, que tiveram de procurar cônjuges entre os brancos. Entretanto, esta última alternativa só pode ser entendida ao se reconhecer que o casamento entre primos cruzados não é permitido, devido à proximidade entre os membros da aldeia, isto é, entre parentes considerados próximos, o dualismo diametral cede lugar a uma interpretação cognática.

Pode-se acreditar que, essa configuração, mesmo preservando a regra de casamento exogâmico, fechou o circuito para a constituição de alianças mais amplas com outras aldeias, o que contribuiu para concretizar a utopia de autonomia política – um fenômeno comum as sociedades Tupi-guarani. De outro modo, o paradoxo informado acima, isto é, procurar cônjuges fora, mas entre brancos, está sendo resolvido por uma busca constante da Aldeia de Estrela em incorporar-se ao aglomerado político-cerimonial inter-aldeão, com o qual os Kaingang se relacionam. Está claro, entretanto, que essa (re)incorporação não se dá de forma imediata – após décadas de afastamento. Quando se dá, ela é realizada de forma gradual.

Primeiramente, pode-se observar os discursos políticos em reuniões, fóruns, nos quais Maria Antônia afirma sua identidade Kaingang. Em 2008, Maria Antônia entregou o cacicado para Tiago, um Kaingang cuja “terra indígena de origem” é Guarita. E, principalmente, a escola bilíngüe funciona como um mecanismo de retomada da língua. Ainda, em 2008, quando alguns Kaingang, cuja “terra de origem” é Nonoai, deixaram o acampamento localizado no município de Guaíba – denominado Orë mág –, foram recebidos na Aldeia de Estrela, aí permanecendo até o fim de 2008, quando se deslocaram para a aldeia de São Leopoldo, devido a conflitos internos. De fato, segundo João Padilha, a Aldeia de Estrela “é uma aldeia de passagem para famílias que vendem artesanatos na cidade”.

A reciprocidade de *kamë* e *kanhru* é constantemente afirmada no contexto intra e inter aldeão por meio de regras de etiqueta e arranjos institucionais que envolvem, principalmente, o parentesco, o xamanismo e a liderança, constituindo, o que denominei de “aglomerado político-cerimonial” inter-aldeão (Aquino, 2008). De fato, os Kaingang relacionam-se entre si e com os Outros, que compõem seu cosmos, a partir da interação entre os que pertencem a uma ou outra metade, dos *kujá* (xamã) e dos *pa i* (cacique) que se articulam, nesse caso, para fundar aldeias na região litorânea e, ao mesmo tempo, compartilhar do *kanhgág há kar* (o “bem viver” Kaingang) e do *kanhgág jykre* (o “bom pensamento”), conforme exposto a seguir:

O pertencimento às metades, e a oposição entre relações com *kanhkã* (pessoas de “mesma marca”) e *jamré* (pessoas de “outra marca”) é relevante para a vida Kaingang em todos os contextos, da família extensa e do grupo doméstico ao âmbito da aldeia e aglomerados. Assim, após o casamento, o casal deve comportar-se em acordo com a “lei” da aldeia, em termos da qual o “respeito” (tū

hã) e a “vergonha” (my’a) entre kanhkã e jamré estão articulados desde o plano da vida mais íntima, embasando as ações dos cônjuges em prover sua subsistência, saber receber parentes, manter a paz doméstica (não brigar, não ser violento um com o outro, mesmo dentro de casa), entre outras coisas, até o plano da vida aldeã e entre aldeias, na forma dos valores do “bem viver” (kanhgág hã kar) e do “bom pensamento” (kanhgág jykre), que embasam as atividades constitutivas dos coletivos Kaingang.

Em um nível da conexão entre essas esferas encontramos a relação entre jamré (mas também entre kakrê, para sogro, e má, para sogra)⁸ denominada em português como uma relação entre “cunhados”, ou seja, pessoas que pertencem a “marcas” diferentes. Esta relação se diz entre “aqueles que tem um profundo respeito e um querer bem ao outro”. Na esfera doméstica, os jamré “só faltam dar comida na boca um do outro” e “nunca falam duro [vĩ tar] um com o outro”. Se alguém comete algum erro, deve ser punido pelo aconselhamento de alguém da “mesma marca”, que pode “falar duro” para mostrar que aquele errou. Quando a questão se torna muito grave, torna-se algo a ser resolvido na esfera pública, onde se dá o “conselho” aldeão – instância jurídica Kaingang – também expresso por um conselheiro (jãvã fa) da “mesma marca”. Nesse contexto, o seu parceiro, “se gostar muito, mas muito mesmo, de seu jamré”, diz que vai ser punido no seu lugar [ser preso, por exemplo]. Daí o “conselho” aldeão pode optar por não punir e apenas enfatizam que o jamré que “gosta muito dele, é uma pessoa inocente e vai pagar por um erro que não cometeu” (Aquino, 2008)

Como Aquino (2008) mostra no decorrer da sua dissertação, a constituição de aldeias na região litorânea do Rio Grande do Sul obedece à mesma lógica encontrada na relação entre aldeias satélites e aldeia mãe, observada no planalto meridional (onde se encontram as “terras tradicionais” demarcadas dos Kaingang). As aldeias na região litorânea inscrevem-se em uma lógica de relações sociais, políticas e cerimoniais específicas, configurando uma territorialidade ainda flexível, certamente, desde que as *vãre mág* em constituição deixam em aberto a eleição de uma aldeia-mãe. Em outras palavras, permanecem as características que marcam o lugar de uma aldeia-mãe, ou seja, aquelas que fundamentam a constituição de certas aldeias como centros cerimoniais, com especialistas rituais, e centros políticos, com chefia, ocupada em resolver “as coisas de fora”. O que ocorre, na região litorânea, é que a constituição dos grupos locais e a demarcação dos territórios precedem a definição de uma aldeia-mãe e aldeias satélites. (Aquino, 2008).

6.2 RELAÇÕES SOCIOECONÔMICO-CULTURAIS COM TI’S DA REGIÃO

A partir de eventos e práticas sociais verificou-se que as aldeias de São Leopoldo, Lajeado, Farroupilha, Lomba do Pinheiro e, inclusive, Estrela – enquanto aldeias

⁸ A relação entre estes parentes preserva, em geral, as mesmas formalidades da relação entre metades. O termo para genro é *jamré* e nora *jamré fi*; em que *fi* = mulher.

satélites – tenderiam a submeter-se a Aldeia Morro do Osso – enquanto aldeia mãe.⁹ O resultado dessa pesquisa foi correspondido quando fui convidado, pelo professor Sergio Baptista da Silva (NIT/UFRGS) e pelas comunidades indígenas para coordenar o GT 3, que visava realizar estudos de demarcação de Terras Indígenas; esse GT envolvia justamente essas aldeias. Em reuniões realizadas no Conselho Estadual dos Povos Indígenas, em julho e agosto de 2008 a aldeia Morro do Osso era prioridade, segundo os Kaingang, que participaram dessas atividades. Essa prioridade, assim como a inter-relação entre essas aldeias, informou justamente a situação descrita na dissertação, qual seja: um aglomerado político-cerimonial em formação na “região litorânea” (que, de forma geral, incluem-se todas as aldeias fora do planalto meridional, inclusive a serra do mar).

Por fim, é possível visualizar a sociocosmologia dualista em outros aspectos da vida social e cerimonial da Aldeia de Estrela. O cemitério, ali existente, está localizado a leste, enquanto, segundo afirmam, o destino dos mortos está a oeste.¹⁰ O enterramento é realizado seguindo os padrões Kaingang, isto é, os pés estão virados para o poente e a cabeça para o nascente. O nascimento é orientado para o nascente. Verifica-se, ainda, o conhecimento de práticas ancestrais Kaingang no enterramento do umbigo, na administração de remédios do mato, técnicas de parto (como uso de banha animal; no caso, foi citada a banha da galinha), “bolo da cinza” e, principalmente, um xamanismo orientado pelo saber “guiado”¹¹. Como informa a cacique Maria:

⁹ Devido à disponibilidade de tempo e recurso, durante a pesquisa para a dissertação, não pude pesquisar as aldeias de Farroupilha, Lajeado e Estrela. Entretanto, acompanhei encontros, reuniões e fóruns, nos quais pessoas dessas aldeias participaram e, somando entrevistas, indiquei a possibilidade de estender à essas aldeias a participação nesse aglomerado político-cerimonial. Para uma possibilidade concreta dessa extensão, ver especialmente a descrição do Encontro dos Kujá realizado no Morro do Osso em novembro de 2007 (Aquino, 2008: 149-158).

¹⁰ Conforme Rosa (2005): “Segundo os velhos Kaingang da T.I. Nonoai e da T.I. Votouro, antigamente os ‘cemitérios’ eram construídos em uma fronteira do domínio “floresta virgem”. Contemporaneamente, organizado espacialmente a partir do dualismo diametral, esse recinto também é associado ao percurso do sol, ao eixo leste-oeste e norte-oeste. (CRÉPEAU, 2000; ALMEIDA, 2004A) No P.I. Xapecó e na T.I. Votouro, por exemplo, o ‘cemitério’ está situado a leste dos mesmos. Por sua vez, observando do interior desse recinto, tomando os dois pontos mais eqüidistantes – a cruz mestra e a porta de entrada – enquanto a primeira está situada a leste, a segunda está voltada a oeste. Do mesmo modo, a cruz da sepultura colocada junto à cabeça do morto fica para leste, e os pés do mesmo para oeste.” (CRÉPEAU, 1997B; 2000; ALMEIDA, 1998; 2004; ROSA, 1998 apud Rosa: 2005: 163).

¹¹ Como podemos observar na entrada da “outra aldeia [i.e., no local onde Manoel estabeleceu o local de moradia, há 35 anos]” onde existe a imagem de Nossa Senhora, como eles dizem:

O pai dava banho nas crianças, né mãe? Quando nascia um nenenzinho, ele mandava dar banho na sanga e daí ele passava no fogo [utilizando ervas do mato]. Meu umbigo foi cortado com taquara, né mãe? (...) Eram os kujá quem faziam os partos da gente, os benzedor, que eles chamavam, os curador [diz Lídia: parteiras]. Meu pai dizia: seu umbigo foi cortado com taquara. Peguei uma taquara lá no mato e daí teu avô e tua avó cortaram teu umbigo, a mãe velha, que eles diziam (...) a velha que cortou.

A situação sócio-histórica da Aldeia de Estrela reúne aspectos da vida indígena fora dos “aldeamentos” – criados a partir da metade do século XIX – e, por isso, deve-se considerar que uma análise mais aprofundada é necessária para que se conheça as condições de vida dessa população. Principalmente, a constituição de um Grupo de Trabalho (no caso, o GT 3, que espera portaria demarcatória publicada no Diário Oficial da União, pelo órgão competente, conforme os artigos 231 e 232 da Constituição Federal) deve ser um dos mecanismos para concluir os estudos iniciados apenas com a duplicação da rodovia. Assim, a população de Estrela e, conseqüentemente, os Kaingang teriam seus direitos, enquanto um povo originário, garantidos.

6.2.1 RELAÇÃO ENTRE A TI ESTRELA E A TI LAJEADO

A equipe de antropologia do presente estudo esteve na TI Lajeado no dia 7 de fevereiro de 2009. O relato da equipe é apresentado no Apêndice 4.

Verificou-se uma cooperação não só entre essas duas TIs, mas também uma forte interação política entre os caciques de todas as aldeias Kaingang.

Segundo o cacique Adilor Gatén Vaz, da TI Lajeado, o contato com a TI Estrela é extremamente importante para eles, uma vez que é prática comum entre os kaingang, ficar fora de sua aldeia por muito tempo, alojando-se em outras aldeias, visitando parentes, morando com eles um tempo, enfim, interagindo em um ambiente ao mesmo tempo semelhante ao seu, já que está junto aos seus parentes; e por outro lado diferente, já que responde a outros caciques e normas específicas que são determinadas em cada aldeia.

Do outro lado, a cacique Maria Antônia afirmou ter obtido apoio do cacique da TI Lajeado, que interveio na problemática política que se instalou no acampamento de Estrela no mês de outubro de 2008.

“Nossa Senhora é a [própria] terra, nossa mãe”, ou seja, uma imagem associada ao “sistema cabloco”. Ou ainda, nessa afirmação de Maria: “eu não trabalho com vela, meus guias são outros. Eu trabalho com ervas do mato e água”, ou seja, uma afirmação que está associada ao “sistema kujá”.

7 RELAÇÃO SOCIOPOLÍTICA, ECONÔMICA E CULTURAL DOS KAINGANG DA TI ESTRELA COM A SOCIEDADE ENVOLVENTE (NÃO ÍNDIOS)

As relações com a comunidade não indígena se dão de diversas formas. A primeira delas é com a escola (Figura 19). É nela que os índios interagem com a cultura não índia de forma mais premente.

Com a promulgação da Constituição de 1988, assegurou-se aos povos indígenas o direito a uma educação escolar diferenciada. A Escola Indígena surgiu da necessidade de inclusão dos povos Indígenas do Rio grande do Sul (Kaingang e Guarani) e da preservação de sua cultura, língua, costumes e tradição. Com o reconhecimento da aldeia pela FUNAI, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 2002, por meio da Secretaria da Educação (SEC), foi responsável pela gestão da construção da escola indígena no local e sua posterior autorização de funcionamento. A escola foi construída com parcerias (ONGs e entidades filantrópicas) e subsidiado pela 3ª Coordenadoria Regional de Educação, que doou os materiais rústicos (restos de um galpão de uma escola de Estrela). Tendo em vista parte do local ser reserva de domínio do DAER e a comunidade indígena não possuir o título da Terra não foi possível construir-se uma escola de melhor qualidade. A SEC não pode investir verbas oficiais por força de lei onde a terra não está legalizada.

Anteriormente, as crianças estudavam na E. E. E. F. Pedro Braun, localizada em Linha Glória. A escola foi autorizada a funcionar conforme credenciamento e autorização junto ao Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul pelo Parecer 447/2004 em 7 de julho de 2004 como E. E. Indígena E. F. Manoel Soares – Escola de Ensino Fundamental de 1º ao 5º Ano.

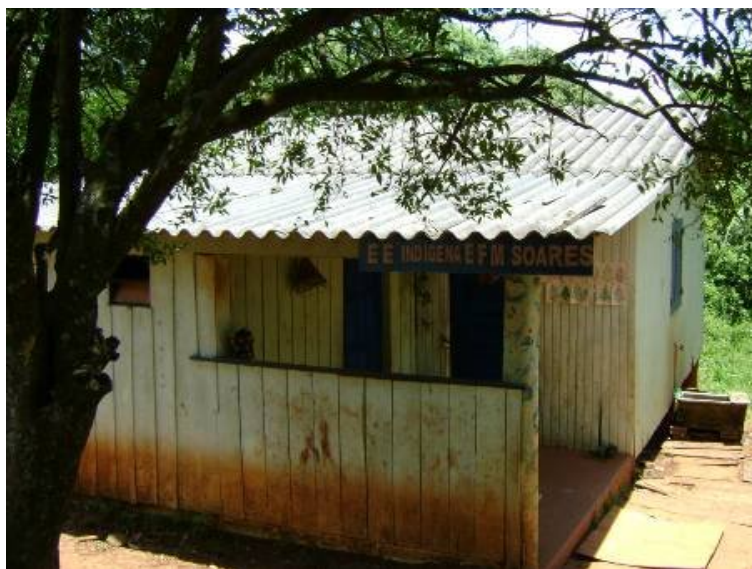


Figura 19 – Detalhe da escola

No entanto, o espaço da escola é precário, já que pelo fato da TI não ser reconhecida pelos órgãos competentes, a escola não pode receber verbas do Estado para melhorias. Em depoimento à equipe de pesquisa o diretor da escola afirmou que:

“Em função do acampamento não estar legalizado na justiça não tem ainda a posse da terra, o Estado não pode construir um prédio adequado... já que a escola que temos é um espaço muito pequeno que tem somente uma sala”. (Magnus Fernandes Kranz, diretor da escola indígena Manoel Soares).

Para o Sr. Kranz, a escola deveria ser uma importante fonte de preservação da cultura Kaingang. Ele argumenta que:

“A gente quer na verdade com a escola possibilitar um resgate da cultura Kaingang e fundamentalmente dar possibilidade para que as crianças, através da educação, possam no futuro ter uma vida mais digna dentro da sociedade em que estão inseridas.” (Magnus Fernandes Kranz, diretor da escola indígena Manoel Soares).



Figura 20 – Sala de aula multisseriada com excesso de alunos

A venda de artesanato na beira da rodovia é uma importante fonte de renda e outra fonte de contato com os não índios. Os carros param para comprar o artesanato indígena e conhecer um pouco da cultura através de um diálogo informal.

O artesanato é considerado por eles como a principal fonte de sustento na TI Estrela, pois é dele que vem o dinheiro para o deslocamento até as cidades mais próximas e por se tratar de um conhecimento enraizado na cultura, repassado a todos e que é intrínseco nas famílias. A matéria-prima é facilmente encontrada na única área florestal existente no acampamento, localizada numa faixa de aproximadamente 70 metros na beira da BR-386. Os produtos deste artesanato são basicamente cestos feitos de cipó de São João e um tipo de taquara e colares de sementes nativas.

Segundo a cacique Maria Antonia Soares: “É só aquela faixa ali que tem árvores. Daí a gente tira pra fazer nossos artesanatos, e a gente há muito tempo plantou lá também, lá tem fruta pras nossas crianças; também freia né, o vento e o barulho da

BR; deixa mais bonito, com pássaros, porque senão olha só ia fica tudo assim na terra crua igual é todo o resto da aldeia” (Figura 21).



Figura 21 – Faixa de vegetação de onde é retirada a matéria-prima para a confecção de artesanato

Para que houvesse inserção desse artesanato no mercado regional seria importante contato suficiente com o não índio, ou algum tipo de política de inserção dos produtos no mercado regional de maneira formal, o que não ocorre.

Essa desagregação tem ocorrido em larga escala com todos os grupos indígenas e demonstra a forte descaracterização dos hábitos culturais do grupo.

Na TI Estrela a obtenção do alimento é outra forma de contato com o não índio. Muitos vão para as cidades próximas e ganham diversos alimentos que não eram tradicionalmente consumidos. A inserção de certos hábitos na alimentação é um importante elo com o não índio. O consumo de açúcar e bebidas fermentadas ocasionam problemas dentários e de saúde sérios, como o alcoolismo.

Outro problema ocasionado pelo contato com comunidades não índias são as drogas. Denunciado por funcionários e moradores do acampamento em depoimentos sigilosos, mostra-se difundido entre os moradores; sem punições, transformam-se em roubos e violências entre os moradores o que descaracteriza o acampamento como indígena, visto que as sociedades tradicionais primavam pelo respeito entre os aldeões e puniam aqueles que não seguissem as regras, como se apresentou no estudo da tradição moral desta etnia.

Também já foi notada e confidenciada, aos pesquisadores dessa equipe, a dificuldade de acesso por funcionários da FUNAI e dos não-índios na aldeia para uma etnografia mais minuciosa e completa; mesmo com a intenção de ajudar os moradores do acampamento, estes, na maioria das vezes, respondeu ao contato da equipe com violência, dificultando o seu acesso.

A localidade do acampamento não contribui para a abertura de novas fontes de sustento, visto que o ele se encontra entre as cidades de Estrela e Tabaiá no km 360, onde não existe tráfego local ou qualquer tipo de vilarejo por perto.

Alguns poucos membros deste acampamento vivem da prestação de serviços para produtores rurais.

Outra forma de manutenção da subsistência do grupo é a organização de horta, que ocorrem em frente de algumas casas, mas são poucas as famílias que possuem esse hábito.

7.1 ATUAÇÃO DAS LIDERANÇAS DA TI ESTRELA

Em contato com a Sra. Sonia Lopes dos Santos, presidente do CEPI/RS (Conselho dos Povos Indígenas, RS), foram obtidas informações a respeito da atuação política da cacique Kaingang Sra. Maria Antonia Soares, que participa desde 2004 do CEPI, quando foi publicada portaria no DOE – Diário Oficial do Estado, sendo sua suplente Maria Sandra Soares, membro da comunidade indígena.

Essa participação fortaleceu a sua liderança e a própria situação da aldeia que passou a fazer parte da relação do CEPI, conseguindo junto a FUNAI, a construção das casas. A participação no CEPI impulsionou maior apoio da FUNAI e da FUNASA para que houvesse maior atenção ao referido grupo. Segundo a presidente do CEPI, foi realizado o Diagnóstico Antropológico na Aldeia, indicado para a FUNAI para a Regularização Fundiária/2008, mas não houve avanço. No entanto, ela afirma que estão retomando esta tratativa junto a FUNAI. Ela informa ainda, que o MPF de Lajeado está acompanhando os trabalhos naquela aldeia.

Conforme já enfatizado neste relatório, a TI Estrela necessita de infraestrutura, escola, atendimento a saúde, entre outros, e as justificativas apontadas pelos órgãos responsáveis é a de que a área ainda não está regularizada para que sejam feitos investimentos.

O CEPI tem lutado para que a TI Estrela entre em projetos de melhorias como projetos agrícolas junto a SEAPA Secretaria de Agricultura do Estado/EMATER, visando parte da Sustentabilidade da Comunidade. Entretanto, essas medidas são insuficientes. É necessária e urgente a regularização daquela área, bem como da sua ampliação, implantando assim uma política específica para a comunidade.

Assim, pode-se verificar que atuação política da cacique conseguiu mobilizar forças importantes para melhorar a qualidade de vida da aldeia, para isso, contou com o esforço dos funcionários do CEPI, da FUNAI e FUNASA que, lutando contra a ineficácia das políticas indigenistas, tentam diminuir a precariedade presente no quadro atual nas TIs e aldeias onde, em todos os setores da vida, apresentam-se deficientes, apresentando subnutrição, doenças infecto-contagiosas, alcoolismo, alto



índice de mortalidade infantil e doenças de pele como ocorre em certa escala na aldeia de Linha Glória conforme a etnografia constata neste relatório.

8 PROGNÓSTICO AMBIENTAL

Segundo legislação brasileira considera-se impacto ambiental

"qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e V - a qualidade dos recursos ambientais" (Resolução CONAMA 001, de 23.01.1986)

Por **Prognóstico** entende-se como a identificação, valoração e interpretação dos prováveis impactos ambientais associados a execução, e se for o caso, a desativação de um dado projeto. Desta forma, o impacto ambiental será categorizado segundo os seguintes critérios: (a) Ordem - diretos ou indiretos; (b) Valor - positivo (benéfico) ou negativo (adverso); (c) Dinâmica - temporário, cíclico ou permanente; (d) Espaço - local, regional e, ou, estratégico; (e) Horizonte Temporal - curto, médio ou longo prazo; e (f) Plástica - reversível ou irreversível (Silva e Silva, 2000). A esses critérios são acrescentados os de probabilidade, magnitude, importância e significância.

Parte da aldeia indígena Kaingang está na faixa de domínio da BR-386/RS, e algumas das casas e a Escola Indígena Manoel Soares encontram-se em área muito próxima à rodovia. Com a duplicação da BR-386 algumas casas deveriam ser desapropriadas e a proximidade da escola indígena colocaria em risco as crianças que lá estudam. Tendo em vista essa situação foram realizadas reuniões entre o DNIT (empreendedor), a STE (empresa responsável pelo projeto) a MRS (empresa responsável pela elaboração do EIA/RIMA), e posteriormente com a FUNAI, com intuito de buscar alternativas para o traçado da rodovia no local do acampamento com objetivo de minimizar os impactos a comunidade indígena Kaingang.

Após a análise de algumas alternativas, optou-se pela modificação do traçado da nova pista, e a rodovia foi recuada da área do acampamento por meio do estreitamento do canteiro central com uso de barreiras do tipo New Jersey, entre os km 358+650 e 360+280.

Foi projetado um refúgio em frente ao acampamento com o objetivo de facilitar a comercialização do artesanato, bem como permitir que os automóveis parem com mais segurança no local. Também está prevista a implantação de uma passagem para pedestres sob a rodovia.

A partir dessa alteração no projeto, os impactos à aldeia indígena Kaingang foram reduzidos. Entretanto, algumas intervenções no local não poderão ser evitadas, como é o caso da necessidade de supressão vegetal. Uma parte do fragmento florestal utilizado pelos Kaingang para a retirada de matéria prima para a confecção de artesanato está na faixa de domínio, estando assim, suscetível à supressão durante a duplicação da rodovia.

É importante ressaltar que há outros empreendimentos associados à duplicação da BR-386, como indústrias, estabelecimentos comerciais e outros pólos geradores de viagens, que podem ser impulsionados pela duplicação da rodovia. Esses empreendimentos podem potencializar os impactos ao acampamento, ao servirem de vetores para o desenvolvimento regional e ao aumentarem o volume de tráfego.

Neste prognóstico são destacados alguns problemas que poderão atingir a aldeia e causar desajustes sócio-culturais, ambientais e econômicos.

Dividiu-se da maneira apresentada a seguir.

8.1 TRANSTORNOS COM A OBRA

Quadro 1 – Avaliação do impacto causado pelos transtornos com a obra

Valor	Negativo
Ordem	Direto
Probabilidade	Certo
Dinâmica	Temporário
Horizonte temporal	Curto Prazo
Plástica	Reversível
Espaço	Local
Magnitude	Pequena
Importância	Grande
Significância	Significativo

8.2 REORIENTAÇÃO DO COMÉRCIO LOCAL

Quadro 2 – Avaliação do impacto causado pela reorientação do comércio local

Valor	Positivo
Ordem	Direto
Probabilidade	Certo
Dinâmica	Permanente
Horizonte temporal	Longo Prazo
Plástica	Irreversível
Espaço	Local
Magnitude	Pequena
Importância	Grande
Significância	Significativo

8.3 DIMINUIÇÃO DA ÁREA DE FLORESTA

Quadro 3 – Avaliação do impacto causado pela diminuição da área de floresta

Valor	Negativo
Ordem	Direto
Probabilidade	Certo
Dinâmica	Permanente
Horizonte temporal	Longo Prazo
Plástica	Irreversível
Espaço	Local
Magnitude	Pequena
Importância	Grande
Significância	Significativo

8.4 REORGANIZAÇÃO DA RODOVIA, COM IMPLANTAÇÃO DE PASSAGEM DE PEDESTRES E REFÚGIO PARA AUTOMÓVEIS

Quadro 4 – Avaliação do impacto causado pela diminuição da área de floresta

Valor	Positivo
Ordem	Direto
Probabilidade	Certo
Dinâmica	Permanente
Horizonte temporal	Curto Prazo
Plástica	Reversível
Espaço	Local
Magnitude	Pequena
Importância	Grande
Significância	Significativo

9 MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS

É importante ficar atentos também para algumas questões levantadas por Lévi Strauss (1970): a cultura, assim como a história, se dá por combinações e trocas. Quando há a interação entre sociedades diferentes, seja da forma que for (comércio, guerra, aliança, etc.) há trocas culturais inevitáveis. E Oliveira diz que:

“A identidade étnica [...] não pode ser definida em termos absolutos, mas somente em relação a um sistema de identidades étnicas, cuja valoração é diferenciada de acordo com contextos específicos ou com sistemas particulares.” (Oliveira, 1976, apud Bonfil Batalla, 1986).

Portanto, não poderia haver culturas superiores, senão essas trocas não seriam válidas. E esse suposto progresso ditado pela sociedade ocidental está de certa forma inteiramente ligado a essas trocas; está envolto nesse duplo sentido entre os dominantes e dominados, entre a unificação e a diversidade, e só acontece porque há a diversificação cultural. Infelizmente esse progresso acabou sendo entendido pelas classes dominantes não como algo dinamizador das interações socioculturais, mas como o criador de desigualdades sociais.

Por isso é importante entender as relações entre os grupos culturais e as relações que eles têm com esse ambiente físico e simbólico e com o seu modo próprio de entender o mundo e transformá-lo.

É preciso entender o significado das transformações causadas pela implantação de grandes projetos e obras públicas, no caso as duplicações das rodovias que atingem direta ou indiretamente um povo dito invisível, tido como sem importância. É possível a vivência de uma postura mais justa diante de um passado tão trágico para esse povo originário que mais se parece estrangeiro em sua própria terra. É possível realizar medidas que amenizem os impactos interétnicos que a aldeia Kaingang vem vivenciando.

Segundo Hoffmann (2004), cada povo e cada cultura possuem seu modo próprio de ser, construído historicamente na forma de relacionamento entre seus semelhantes e de enfrentamentos da natureza. Portanto, cada povo, de distintas culturas, constituiu e constitui sua sabedoria através dos tempos, com especificidades e diferenças.

Diante dessas reflexões sugere-se as seguintes ações de reparação e de medidas mitigadoras:

- investir em projetos que contribuam para a revitalização cultural tanto em instituições de ensino particulares estaduais e federais como os projetos de identificação e demarcação de nova terra de acordo com recursos naturais e simbólicos aportados pelo grupo;
- necessidade de criar um GT 3 (TIs Morro do Osso, Lajeado, Estrela, São Leopoldo, Lomba do Pinheiro, Farroupilha Morro Santana conforme compromisso da FUNAI, sede Passo Fundo e Brasília) para indicar novos

espaços com potenciais de ocupação e garantir os espaços atualmente ocupados;

- necessidade de criar GTs para cuidar da ocupação até à autonomia e revitalização da cultura;
- regularização da TI em andamento pelo CEPI de acordo com a legislação;
- diagnóstico etnoambiental das terras indígenas ocupadas a partir de indicações dos índios, em conjugação com a política de identificação e demarcação de TI;
- implementar programas de apoio para auto-sustentabilidade e autonomia da comunidade;
- regularização, construção de moradia, banheiro, água e saneamento;
- reforma e construção da escola, posto de saúde e centro cultural de acordo com projeto etno-cultural;
- construção de aviário coletivo calculado sete (7) galinhas por família, apiário, curral com a compra de 1 vaca a cada 4 famílias;
- material para apicultura 10 caixas, fumigador, centrifugador e roupas de proteção bem como aporte teórico de criação de abelhas nativas;
- jogo de 1 enxada, 1 facão, 1 martelo, um alicate, um machado e uma foice por família nucleada;
- implementação de pomar (bergamota, limão, jabuticaba, banana, laranja). Implementação de telefone público, construção de um açude;
- implementação de um horto medicinal com necessidade de se fazer um levantamento etnobotânico com o próprio grupo e identificar as mudas desejadas além de outras exóticas à cultura;
- implementação de mudas nativas principalmente aquelas que comungam da cosmovisão desse povo, também aquelas que servem de matéria prima ou alguma outra função específica dentro da ecologia do grupo;
- realocação das residências que mesmo após a alteração do projeto ficarem próximas à rodovia;
- apresentação do projeto do empreendimento, do processo de licenciamento ambiental e das especificidades do projeto à comunidade indígena;
- regularização da terra indígena de acordo com a legislação;
- construção de moradias, instalação de água encanada e construção de banheiros;
- respeito aos limites e entorno da área indígena quanto a estacionamento de máquinas;

- instalação de placas de sinalização na área indígena, nas quais deverá constar a proibição de entrada de pessoas.

9.1 MEDIDAS MITIGADORAS DURANTE A EXECUÇÃO

Considera-se que algumas medidas são imprescindíveis nas fases concomitantes à execução das obras da duplicação. São elas:

- cartilha que apresente conteúdo de informações básicas do grupo (Kaingang) direcionado aos profissionais que estarão ligados diretamente às obras orientando procedimentos e comportamentos básicos a serem seguidos em eventual contato (Estatuto do Índio, Lei nº 6.001/73, Artigo 58).
- efetivação de GT para debate dos conteúdos abarcados na cartilha.
- acompanhamento da comunidade indígena, reavaliando constantemente os impactos e novas situações emergentes.
- respeito aos limites e entorno da área indígena quanto a estacionamento de máquinas.
- construção de canteiros de obras/acampamento a distância que respeite o prescrito pela lei.
- cuidado com possíveis sítios arqueológicos.
- instalação de placas de sinalização e redutores de velocidade nos dois sentidos.
- viabilização de placas de sinalização nas áreas indígenas nas quais deverá constar a proibição de entrada de pessoas.

9.2 IMPACTOS À FAUNA E FLORA

Quanto aos impactos que a obra de duplicação da rodovia podem ocasionar à fauna e à flora, sugere-se a produção das seguintes medidas:

- reduzir, dentro do possível, os impactos adversos das obras de duplicação da BR-386/RS sobre a fauna e flora nativas, especialmente dos remanescentes florestais diretamente afetados pela rodovia, abrangendo:
- construção de passagens de animais;
- implantação de bloqueio nos trechos em que a rodovia corta os remanescentes florestais;
- adaptar os sistemas de drenagem para incorporar características que permitam o escape de animais e recomposição da vegetação na faixa de domínio com espécies nativas.



- realizar a compra de Terra Indígena ampliando o espaço atual com o recurso para indenização dos povos originários constante da cláusula dos financiadores internacionais do projeto de duplicação, respeitando a escolha Kaingang em seu contexto cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Alexandre. **Ën Ga Vyg Ën Tóg** (“Nós conquistamos nossa terra”): os Kaingang no litoral do Rio Grande do Sul. 2008. 215 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) PPGAS, UnB, 2008.

BEBER, Marcus Vinícius. **O sistema de Assentamento dos Grupos Ceramistas do Planalto Sul-brasileiro: o caso da Tradição Taquara/Itararé**. IN: Arqueologia do Rio Grande do Sul. **Documentos** 10. Unisinos. São Leopoldo – RS, 2005.

BONFIL BATALLA, Guillermo. **La teoría del control cultural en el estudio de procesos étnicos**. *Anuário Antropológico* 86. Brasília: Ed. da UNB, 1986.

DIAS, A Jefferson Luciano Zuch. A tradição Taquara e sua ligação com o índio Kaingang. IN: Arqueologia do Rio Grande do Sul. **Documentos** 10. Unisinos. São Leopoldo - RS, 2005.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Social Anthropology**. London Cohen e West, 1951.

KRANZ, Magnus. **E. E. Indígena E.F. Manoel Soares – Histórico**. Estrela (RS): pro-manuscrito, 2008.

HOFFMANN, Ângela Ariadne. **Karáí Nhe’e Katu: discussões em torno da escola em uma comunidade Guarani**. São Leopoldo, 2004. Dissertação [Mestrado] – PPGEd, Unisinos.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **MAPA – VEGETAÇÃO**. Disponível em:
(ftp://geofp.ibge.gov.br/mapas/tematicos/mapas_murais/vegetacao.pdf). Acesso em: 05 de julho, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **MAPA – CLIMA**. Disponível em : (ftp://geofp.ibge.gov.br/mapas/tematicos/mapas_murais/clima.pdf). Acesso em: 05 de julho, 2008

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Geografia do Brasil – Região Sul**. Rio de Janeiro, SERGRAF – IBGE, Vol. 5. p. 1-533, 1977

INSTITUTO GAÚCHO DE ESTUDOS AMBIENTAIS – INGA. **À Promotoria de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público Estadual**. Porto Alegre, 2006

KIMIYE, T. kimiye13@gmail.com: acessado em 2 de setembro de 2008.

KLUKHOHON-KROEBER. **Il concetto di cultura**. Bolonha: 1972.

LADEIRA, Maria Inês; MATTA, Priscila. **Terras Guarani no litoral: as matas que foram reveladas aos nossos antigos avós = Ka’agüy oreramói kuéry ojou rive vaekue y**. São Paulo: CTI, 2004.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. 9ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1996.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e história**. In: COMAS, Juan et al. (org.). **Raça e ciência**. São Paulo: Perspectiva, 1970. v. 1.

NIMUENDAJU [1913] 1993:59).

PROGRAMA REVITALIZANDO CULTURAS/GRUPEP. **Coletânea de fotos etnográficas na aldeia Kaingang de Linha Glória**. Palhoça: Acervo Unisul, 17 de agosto 2008.

PROGRAMA REVITALIZANDO CULTURAS/GRUPEP. **Coletânea de fotos etnográficas na aldeia Kaingang de Linha Glória**. Palhoça: Acervo Unisul, 1 de setembro de 2008.

PROGRAMA REVITALIZANDO CULTURAS/GRUPEP. **Entrevista etnográfica com Maria Antonia Soares, cacique Kaingang et alii**. Palhoça: Acervo Unisul, 17 de agosto 2008.

PROGRAMA REVITALIZANDO CULTURAS/GRUPEP. **Entrevista etnográfica com Maria Antonia Soares, cacique Kaingang et alii**. Palhoça: Acervo Unisul, 1 de setembro de 2008.

RESOLUÇÃO CONAMA 009 de 13/12/1987.

RICARDO CID FERNANDES. riccid@cfh.ufsc.br Acessado em 3 de setembro de 2008.

ROCHA GONÇALVES, Jaci. **Dom Orione missionário no Brasil**. São José: Mestrado Urbaniana (Roma), 1995.

ROSA, Rogério R. R. **Os kujà são diferentes: um estudo etnológico o complexo xamânico dos Kaingang da terra indígena Votouro**. 2005. 408 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS, UFRGS, 2005.

SEMA Secretaria Estadual do Meio Ambiente; DRH Departamento de Recursos Hídricos; FEPAM Fundação Estadual de Proteção Ambiental; COMITÊ DE GERENCIAMENTO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TRAMANDAÍ. **Plano da bacia hidrográfica do rio tramandaí**. Rio Grande do Sul, 2005.

SEMA SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE; GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL /. **Relatório anual sobre a situação dos recursos hídricos no estado do Rio Grande do Sul**. p. 1-64. 2007

SILVA, Gustavo Leite da; DOURADO, Marcelo Sandin; CANDELLA, Rogério Neder. **Estudo preliminar da climatologia da ressurgência na região de arraial do cabo, RJ**. Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM). Arraial do Cabo, RJ, 2008.



SCHMITZ, Pedro Ignácio. *As “Casas Subterrâneas”*: **Fragmentos da história dos índios Kaingang**. *Ciência Hoje*, v. 31, n. 181, p. 23-29, abril de 2002.

TOMAZELLI, L. J. e VILLWOCK J. A. **Mapeamento Geológico de Planícies Costeiras: o Exemplo da Costa do Rio Grande do Sul**. Centro de Estudos de Geologia Costeira e Oceânica (CECO) – IG- UFRGS. Instituto do Meio Ambiente – PUCRS. Porto Alegre RS. nº. 3. 2005

TYLOR, E.B. **Il concetto di cultura**. Turim: 1970 (ed. orig. de 1871).



APÊNDICES

APÊNDICE 1 – LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DA ALDEIA



Figura 1 – Vista geral da parte Leste da aldeia



Figura 2 – Vista geral da Parte Oeste da Aldeia



Figura 3 – Cemitério da aldeia



Figura 4 – Nossa Senhora em uma gruta na frente da escola Kaingang



Figura 5 – Vista do campo de futebol da aldeia



Figura 6 – Casas construídas pela FUNAI



Figura 7 – Cacique demonstrando trilhas e local de enterramentos de umbigos



Figura 8 – Morador da aldeia produzindo artesanato com cipó São João



Figura 9 – Ponte que liga a aldeia à escola



Figura 10 – Córrego que corta a aldeia, próximo à escola



Figura 11 – Pátio de uma casa onde não ocorre recolhimento de lixo



Figura 12 – Horta de uma casa



Figura 13 – Vista geral da aldeia



Figura 14 – Reunião com as lideranças da aldeia

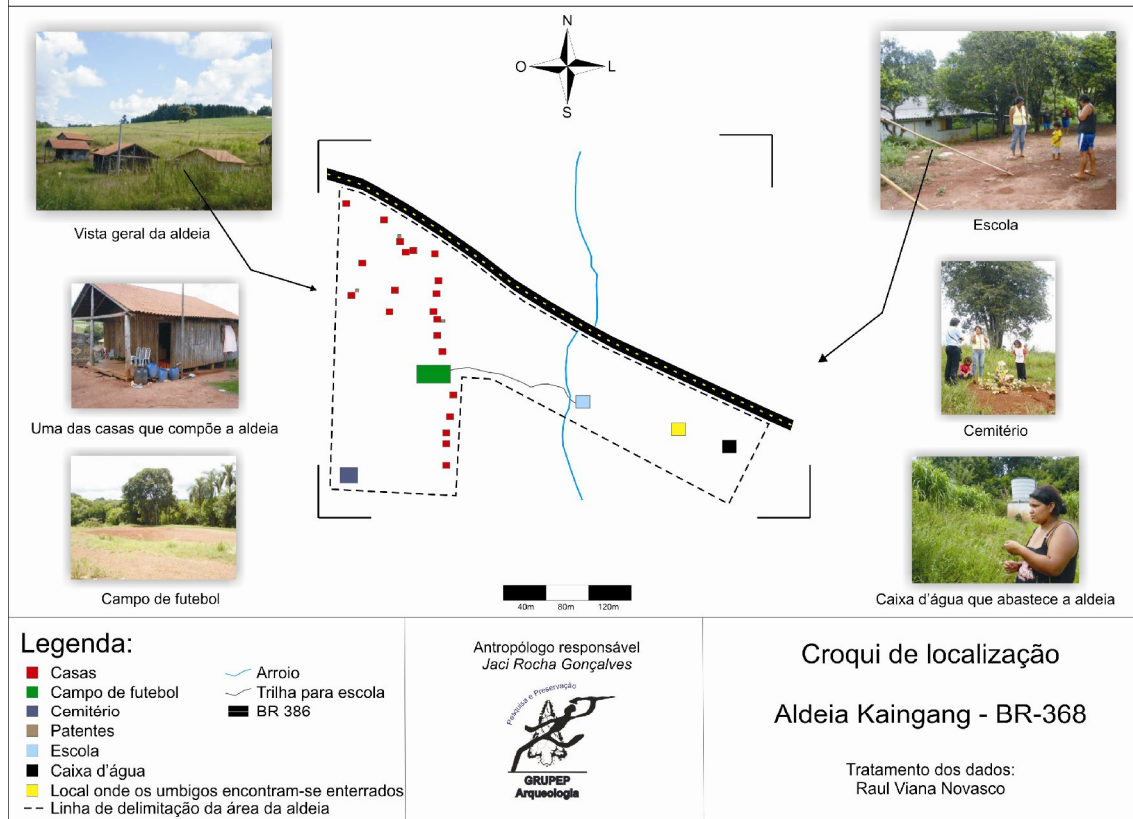


APÊNDICE 2 – CROQUI DA ALDEIA TI ESTRELA

Croqui de localização - Aldeia Kaingang



Imagem aérea da área na qual a aldeia está localizada





APÊNDICE 3 – ATA DE REUNIÃO

Ata de Reunião no TI Estrela em 04/02/2009

Aos quatro dias do mês de fevereiro de 2009, estiveram reunidos na aldeia TI Estrela as seguintes pessoas: Maria Antônia Soares da Silva (cacique TI Estrela), Pedro Soares, Cláudio A. Soares (vice-cacique), Maria Conceição Soares, Claudete de Melo, João Luiz, Genete Soares, Alexandre M. Aquino (antropólogo), Deise S. E. de Farias (arqueóloga) e Marlene Figueiredo (estudante de pedagogia). Nessa ocasião foi discutido o processo de duplicação de BR 386 e suas implicações para o povo indígena em questão que estão assentados à margem dessa BR, no Km 360, conversamos com a cacique Maria Conceição Soares que colocou suas expectativas e a de seu povo em relação a essa demanda. O antropólogo Alexandre Aquino iniciou a conversa buscando entender as raízes do grupo naquela localidade e as suas relações de parentesco (entre si e com os outros Kaingang). A Sra. Maria Antônia, informou que esse grupo veio de Santa Cruz, onde seu pai casou-se com duas mulheres, há 35 anos. Estas duas esposas de Manuel, pai de Maria continuam morando, juntamente com seus descendentes, na aldeia de Estrela, formando em total de 24 famílias em uma área de 13,5 ha. A cacique Maria Antônia, narrou a vinda de seus pais para essa região, o que se deu com as respectivas mães de seus pais, em busca de sustento e também

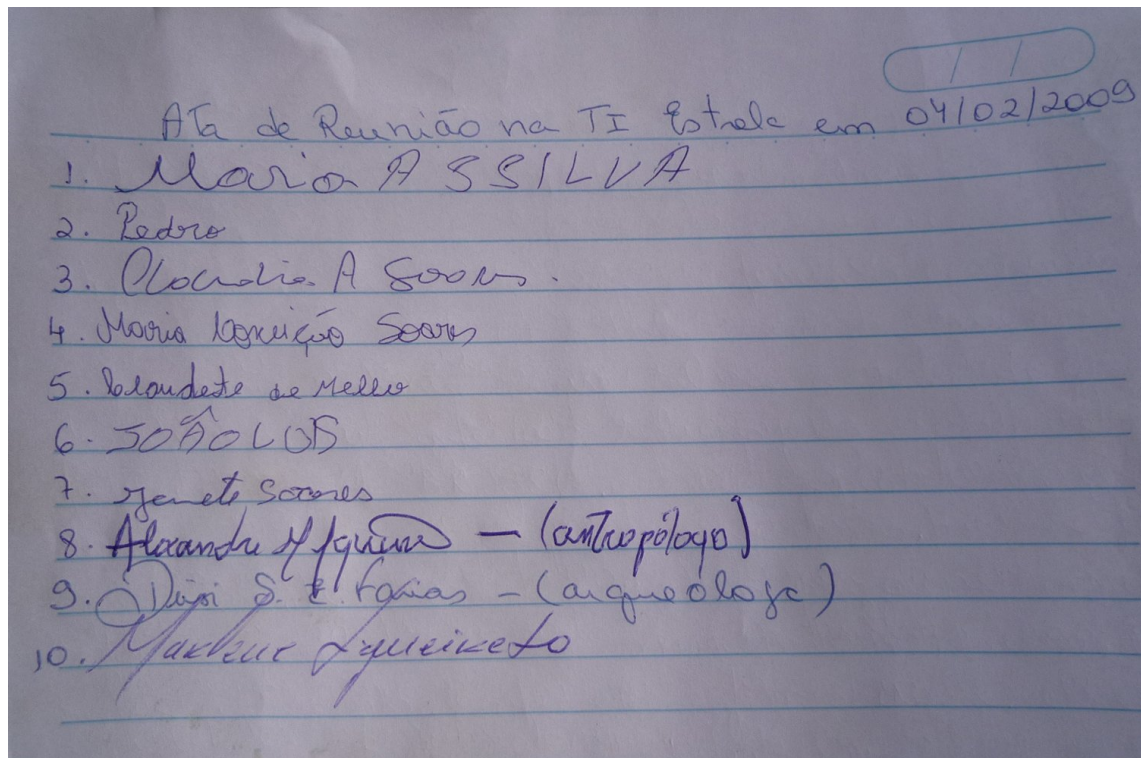
tilibra

por razões cosmológicas, talvez "procurando o lugar onde o umbigo foi enterrado", em um lugar que é reconhecido pelos seus descendentes como essa região onde vivem atualmente. Ela destacou que o mato existente em ambos os lados da BR 386, nas proximidades da aldeia, sempre foi utilizado para a subsistência da família, realizando atividades como caça, pesca e coleta de alimento e matéria-prima para a confecção de artefatos. Informou ainda, que toda a mata é coberta por tuias, nas quais elas ainda caminham quando estão nas suas atividades de subsistência. Ela diz que se a estrada passar pela aldeia vai atingir muita coisa, por que a importância da terra está nas marcas deixadas pelo pai, através da plantação de árvores frutíferas, nativas e ervas medicinais, por isso, tanto ela, quanto o seu povo não querem que as árvores sejam cortadas. Além disso, é nesse local, próximo das árvores, que estão enterrados os umbigos dos filhos e sobrinhos, e se a estrada passar por ali, "vai arruinar um pedaço de gente". Ela argumenta que se a mata for arruinada, animais como aves, tatus, tamandás e répteis desaparecerão, e em pouco tempo não existirá mais nada: "aqui é nossa riqueza". Assim, isso não tem preço, por que o que vai trazer felicidade para o grupo não é o dinheiro, mas a preservação da natureza que existe ali. Pensamos assim, porque o pai cuidou com tanto carinho, protegendo as matas, ele cuidou

tilibra

como quem cuida de seus filhos: "Vai dizer
tirar isso do meu povo, é tirar um pedaço de
nós." Ela afirma que para o grupo alhar a mela
é como ver o pai, é como "ele estivesse no meio
de nós", representado pela natureza. Ela considera
que a estrada não pode passar pela aldeia velha,
pois há sempre a possibilidade de alguma
família, que venha de outra parte do estado,
morar lá. "Na atual aldeia, tudo bem, porque
não tem muitos frutos plantados, mas nessa aldeia
é onde estão as nossas raízes. Já arremcaram
demais as nossas raízes, tem que colocar em
basta nisso! Maria Antônia disse ainda, que o
pai era um luteador, vendia balaios e plantava
para sustentar a família, que ia crescendo
cada vez mais. Mas todos se ajudam e
ainda hoje se ajudam. A cacique manifestou
a sua preocupação sobre a situação que ficará a
aldeia, como ficará a questão da terra e sobre
a necessidade cosmológica do grupo se manter
ali e preservar sua cultura e seus costumes.
Ela finalizou dizendo que eles não querem sair
dali, pois tanto a mela quanto a estrada, devem
o sustento p/ o grupo, pois é ali que vendem seus
artefatos. A reunião foi encerrada após a fala
da cacique e os agradecimentos do Antropólogo
Alexandre Aquino a todos os presentes. Ela até
fez por mim lavrada e assinada

Deisi S. E. de Farias
segue a lista com a assinatura dos presentes.





APÊNDICE 4 – RELATO DA VISITA À TI LAGEADO

A equipe de antropologia esteve na TI Lajeado no dia 7 de fevereiro de 2009, impulsionada pela conversa que tiveram no dia anterior com a cacique Maria Antônia e outros membros da aldeia de Estrela.

A cacique informou que obteve no final de 2009, devido a problemas internos na TI, o apoio do Cacique Adilor Gatén Vaz, da TI Lajeado, que entrevistou na problemática política que se instalou no acampamento no mês de outubro de 2008.

Chegamos na TI Lajeado, por volta as 10 horas da manhã, quando fomos recebidos pela esposa do Cacique, informando-nos que ele havia ido até Lajeado resolver alguns problemas pessoais, mas que não demoraria a voltar.

Entramos na casa do cacique e iniciamos um conversa com sua esposa que começou a narrar alguns fatos da aldeia. Nos disse que naquele momento onze famílias estavam acampadas ali, que produziam artesanato, no entanto, o fato de estarem em uma estrada secundária, as vendas eram poucas, por isso, muitas vezes se deslocavam para Estrela ou mesmo outros municípios para vender sua produção artesanal.

Depois de algum tempo o cacique Adilor chegou e passamos a discutir a situação da TI Estrela, que conforme informações da cacique Maria Antônia ele teria ajudado a resolver um conflito interno. Ele nos comunicou que Maria Antonia esteve algum tempo afastada da aldeia, mas que depois retomou a ação política, participando do CEPI. Informou ainda que os caciques estavam muito preocupados com a situação da TI Estrela, pois havia muitos brancos no acampamento e em alguns casos, não respeitavam a lei Kaingang, essa, segundo o cacique, teria sido a causa do conflito.

Depois disso, começamos a discutir a relação familiar entre os membros da TI Estrela e da TI Lajeado. O cacique Adilor foi bem taxativo em afirmar que Maria Antonia viria do tronco dos Coito, assim como outros membros da aldeia de Lajeado, tendo portanto uma relação de parentesco bem próxima. Nós informamos que ela gostaria de conhecer seus parentes em Nonoai e ele colocou-se a disposição para ir até Nonoai e apresentar para Maria Antonia seus parentes.

Após, o cacique começou a traçar a genealogia dos Coito, na qual Maria Antonia se inseria, conforme estudo elaborado por Alexandre Aquino, no item anterior.

Ele relatou que a situação da TI Lajeado estava bastante difícil, devido ao tamanho das terras que eles conseguiram, menos de 600 metros quadrados, para comportar 11 famílias. Então, o contato com a TI Estrela é extremamente importante para eles, uma vez que é prática comum entre os kaingang, ficar fora de sua aldeia por muito tempo, alojando-se em outras aldeias, visitando parentes, morando com eles um tempo, enfim, interagindo em um ambiente ao mesmo tempo semelhante ao seu, já que está junto aos seus parentes; e por outro lado diferente, já que responde a outros caciques e normas específicas que são determinadas em cada aldeia. Assim, a TI Estrela é uma alternativa imprescindível de alocação de mais famílias, já que a área de 14 hectares comporta, em proporção de terra, poucas famílias em relação a TI Lajeado.

O cacique nos convidou para almoçar, demonstrando total aceitação de nossa presença em sua casa. Durante o almoço ele conversou sobre vários problemas que afligem seu povo, desde muito tempo, quando ele ainda era um adolescente e já lutava pela causa dos Kaingang, defendendo terras e suas tradições. Percebemos que estávamos diante de um grande guerreiro, lutando pela causa indígena, independente dos problemas que os afligem cotidianamente.

O cacique Adilor, participa ativamente do CEPI e tem contato direto com o Ministério Público de Lajeado, que foi quem conseguiu o assentamento de parte do grupo nesse município. Ele tem buscado junto a esses órgãos condições de melhorar a vida das pessoas da TI Lajeado, através de saúde, escola e renda. Segundo ele, muita coisa melhorou, mas o fato de terem um pedaço tão exíguo de terra dificulta a ampliação de hortas, pomares e outras iniciativas que podem melhorar a qualidade de vida do acampamento. Além disso, ele preocupa-se em manter a unidade da aldeia através da língua e da manutenção de suas tradições.

Percebemos que ocorre uma forte interação política entre os caciques de todas as aldeias Kaingang, o fato de Maria Antonia ser uma cacique, faz com que haja certa resistência entre os caciques de outras aldeias, no entanto, ela é aceita e respeitada, pela sua raiz indígena.

O acampamento TI Estrela é um importante ponto de integração para eles, uma vez que está às margens da BR 386, possibilitando maior venda de artesanato devido ao fluxo de veículos no local e o maior contato entre as pessoas que transitam por aí. Assim, é desejo do cacique de Lajeado integrar cada vez mais a cultura Kaingang e a regulamentação da TI Estrela é uma possibilidade desse grupo ter qualidade de vida, com escolas, postos de saúde e local para plantar e extrair a matéria prima para o artesanato.



ANEXOS



**ANEXO 1 – PROGRAMA REVITALIZANDO CULTURAS/GRUPEP. ENTREVISTA
ETNOGRÁFICA COM MARIA ANTONIA SOARES, CACIQUE KAINGANG ET ALI.
PALHOÇA: ACERVO UNISUL, 17 DE AGOSTO 2008**

Entrevista etnográfica com Maria Antonia Soares, cacique Kaingang. Palhoça: Acervo Unisul, 17 de agosto 2008.

Entrevistador Derick e Jaci Rocha

Entrevistador: Sra. Maria Antonia Soares, Cacique da Aldeia. Aqui na aldeia só tem Kaingang ou tem alguém de outra etnia?

Maria – São só Kaingang, mas tem branco também. Alguns casaram com pessoas fora da aldeia e trouxero elas pra cá.

Entrevistador: Tem alguém que trabalha, hoje, fora da aldeia?

Maria: Tem sim uma pessoa, que presta serviço na roça.

Entrevistador: então quais o meios de se ganhar dinheiro do pessoal?

Maria: É venda de artesanato né?

Entrevistador: e aonde que vocês vendem?

Maria: Ali na beirada da BR. Só que é difícil parar né?

Entrevistador: por que você acha que as pessoas não param?

Maria: ah, não tem uma estrutura melhor, quem ta vindo consegue para fácil, mas do outro lado da BR é mais complicado, também nossa barraca de artesanato... e bem caidinha ne? Não atrai ne? E também não tem sinalização antes da aldeia, ai eles passam correndo de mais, quando vê já passou.

Entrevistador: Existe alguma relação com algum órgão FUNAI ou FUNASA, ou algum projeto de alguma instituição ou universidade acontecendo aqui na aldeia?

Maria: Ah! FUNAI e FUNASA aqui é difícil. Às vezes quando tem alguém doente, tem que espera vende um artesanato para ganha dinheiro pra pode ir pro posto de saúde em Estrela, às vezes a ambulância quando liga vem, mas às vezes não, ou então tem que ir andando, mas é longe ne? Mais de 10 km. O pessoal da universidade já vieram aqui também, mas hoje em dia não.

Entrevistador: Como vocês percebem a relação de vocês, o contato com os não índios da região?

Maria: é bom também. Essas terras aqui, essa faixa onde a gente mora, o antigo dono que deu pra gente, mais ele tinha um combinado com a FUNAI, que ele ia ser indenizado, claro, ele lutou também por esse chão, é merecimento dele, só que até hoje a FUNAI não acertou com ele, por que ele deixou a gente mora aqui, só que tinha que em troca, paga ele né? Mas isso não aconteceu. Mas o branco não respeita nois, eles vão entrando vem chegando aqui na aldeia, alguns pede pra dormi aqui, aqueles que vem andando pela estrada, e a gente é índio ne? Tem que respeitar, a gente até deixa pararem aqui, mas vem com maldade pra cima da gente, se sabe ne? Maldades. Mas índio não é bobo não, eles vão embora e eu fico aqui, tranqüila. E também os branco acha que aqui não tem índio. Nós somos tudo índio, tudo descendente do meu

pai e minha mãe, tem alguns mais branquelo aqui, mas tudo tem sangue de índio, vivem aqui na aldeia, então são tudo índio ne?

Entrevistador: e quem foi o primeiro a morar aqui?

Maria: foi meu pai com minha mãe, eu sou filha de Kaingang de mãe e por pai eu sou guarani. E você sabe ne? Os guarani sabem sentem os lugares bom de mora. Igual assim, se eu sou pequena e enterram meu umbiguinho neste lugar, mesmo depois de grande eu sempre vou lembrá desse lugar, e eu vou querê morá nele sempre, meu pai sabia que aqui era lugar de índio e por isso a mais de trinta anos ele veio morá aqui.

Entrevistador: Além dessa historia do umbigo teve mais alguma prova de que aqui morava índio?

Maria: é a gente sabe ne? Tem árvores que os antepassados plantaram, tem tudo ne, vários sinais. E também eu lembro quando era pequena, que meu pai tava aqui virando terra para plantar, e ele mesmo achou uma ponta de flecha aqui e ele me disse assim: que os parentes andaram se enfrentando aqui.

Entrevistador: hum... e mais alguém além de seu pai achou algum objeto, ou pedaço de material dos antigos?

Maria: não...

Entrevistador: e você nasceu aqui? Há quanto tempo vocês estão aqui?

Maria: não, eu nasci em outro lugar, daí quando jovem, você sabe como é guarani ne? Eles não aceitam se mistura, ai eu jovem juntei com um rapaz fora da aldeia, e aí meu pai não aceitou e eu tive que sai daqui, daí fiquei muito tempo com esse meu marido branco e agora graças a Deus consegui me separar e estou aqui morando com um Kaingang ne? Tem as dificuldades também, mais agora eu to aqui. Mas meu filhos e netos, quase tudo isso de gente que ta vendo nasceu aqui.

Entrevistador: E como está a questão das casas aqui na aldeia?

Maria: ah isso foi tudo pago pela FUNAI, ela que construiu essas casas, mas tem aquela questão da terra, o dono tem ameaçado de passar o trator em cima das nossas casas, já que a FUNAI não paga ele.

Entrevistador: e banheiro?

Maria: a gente faz no mato mesmo.

Entrevistador: você vê algum ponto positivo da duplicação da BR aqui?

Maria: vai ser bom pro pessoal né, o pessoal que anda de carro. Evita acidentes. E de repente se prepara bem bonito uma casa de artesanato, aumentando os carros de repente podem parar mais aqui e vende mais ne?? Mas tem aquela questão também, ta vendo ali na beirada da BR? E ali que a gente tira tudo nossos materiais para faze artesanato, tem em outras terras também ne? Porque Kaingang é diferente dos guarani ne? Guarani se tem uma cerca eles não ultrapassam, são como que se fala?

Acostumados assim. Já os Kaingang não, a gente tem vontade de crescer e se dar bem também.

Entrevistador: então os aspectos negativos da construção da BR são basicamente relacionados aquela faixa de mata ali?

Maria: é... como você pode ver né? É só aquele faixa ali que tem árvores.. daí a gente tira pra fazer nossos artesanatos, e a gente há muito tempo planto lá também, tem fruta pras nossas crianças lá, também freia né o vento e o barulho da BR, deixa mais bonito, com pássaros, porque senão olha só ia ficar tudo assim na terra crua igual é todo o resto da aldeia. É pequeno aquele mato mas tem tudo, taquara, cipó, árvores, remédios. Ali tem muito remédio. Porque tem aquela dificuldade que já disse de chegar até o posto de saúde né? A gente tem conhecimento de bastante remédio também, e pra índio e assim né? O que pra vocês às vezes, sei lá, parece só mato, pra gente e tudo isso. Também tem a caixa d'água, que é nosso poço de água e fica construído lá no outro lado da aldeia e fica bem na beirada da BR e a água que vem pra todas as casas sai de lá, não sei como a gente vai fazer. E a escola das crianças, toda criança vai pra escola, e agora a escola vai ficar no acostamento da BR? A gente fica com medo né? E se a bola vai pra rua? Fica com medo pras crianças e pra gente também.

Entrevistador: E tem assim, um jeito, desse projeto conseguir reparar tudo isso que vai influenciar a aldeia aqui? Se fosse para apontar o lugar perfeito, como esse lugar seria?

Maria: ah. É um lugar demarcado né? Esse lugar nosso aqui é bom, mas tem que demarcar né? A gente já mora aqui há muito tempo. Só que seria maior né? Aqui a gente vive tudo amontado. E quando meus netos ficarem grandes e começar a ter filhos? Como que vai fazer? Tem que demarcar terra maior, pra gente pode viver tranquilo. Teria as plantações, mandioca, milho, salada, frutas, teria bastante remédio e material pro artesanato. Também ia ter banheiro bom pra gente, pra facilitar né? Toda vez tem que ir pra lá. Posto de saúde com atendimento pelo menos uma vez na semana pra gente né? Não passa tanta dificuldade quando estiver doente. Assim eu penso assim, pra gente viver feliz, tranquilo.



**ANEXO 2 – PROGRAMA REVITALIZANDO CULTURAS/GRUPEP. ENTREVISTA
ETNOGRÁFICA COM MEMBRO DA ALDEIA SR. PEDRO SOARES PALHOÇA:
ACERVO UNISUL, 1 DE SETEMBRO DE 2008**

Entrevista com Pedro Soares, morador Kaingang do acampamento Estrela situado na margem da BR-386.

Entrevistador: Qual o nome dessa aldeia?

Pedro: Estrela.

Entrevistador: E quantas pessoas têm na sua família?

Pedro: Só eu e a mãe.

Entrevistador: Qual é o nome da sua mãe?

Pedro: Lídia Soares.

Entrevistador: Da descendência é você, sua mãe, seu pai são todos Kaingang ou tem guarani também?

Pedro: A mãe e o pai. Tudo nós somos.

Entrevistador: Você e sua mãe trabalham?

Pedro: Não. Só fazemos artesanato.

Entrevistador: E aonde vocês vendem este artesanato?

Pedro: Na cidade, às vezes, aqui.

Entrevistador: Vende aqui na beira da BR também?

Pedro: Isto.

Entrevistador: Pára bastante carro aqui Pedro?

Pedro: Pára sim. Até que pára é difícil também.

Entrevistador: E de onde vocês tiram esse material para o artesanato?

Pedro: É do mato, né. Vem do mato.

Entrevistador: E esse mato é o que fica na beira da BR?

Pedro: É.

Entrevistador: E aqui na aldeia é só nessa faixa da BR que tem mato?

Pedro: Não. Tem mais pra lá.

Entrevistador: Só que aí é fora da aldeia?

Pedro: É.

Entrevistador: E quando você e sua mãe ficam doentes vocês vão aonde?

Pedro: Vamos em Estrela. Às vezes a médica vem aqui. É difícil, mas ela vem às vezes. A gente também pega os remédio no mato....quando precisa....

Entrevistador: Você tem algum parente que trabalha fora da aldeia?

Pedro: Tem, uma irmã.... duas irmãs.

Entrevistador: E ela mora aqui na aldeia ou mora fora?

Pedro: Uma delas mora aqui. Outra mora fora.

Entrevistador: Mora na cidade mesmo?

Pedro: É.

Entrevistador: O que elas fazem?

Pedro: Corta mato. E outro trabalha na estrada mesmo.

Entrevistador: Você vê alguma diferença entre os que vivem fora da aldeia e os que vivem dentro da aldeia?

Pedro: Bastante, né.

Entrevistador: E tem alguma plantação aqui na aldeia?

Pedro: Agora por enquanto não. Estamos sem.

Entrevistador: Você consegue apontar algum aspecto da construção da BR passando pela aldeia?

Pedro: É, pra gente bastante. Tem os pés de bergamota. Tudo a gente que planto. Ta cheio.

Entrevistador: E você sabe mais ou menos quantos pés tem?

Pedro: Ah! Se for conta tem um monte.

Entrevistador: Há quanto tempo vocês plantaram estes pés?

Pedro: Ih! Faz tempo. Faz tempo que a gente mora aqui.

Entrevistador: Já teve alguma morte aqui na beira da BR?

Pedro: Teve, a minha irmã.

Entrevistador: Você pode contar pra gente como foi?

Pedro: Ela vinha vindo de lá de baixo. Aqui na casa do meu tio e o caminhão saiu fora e pegou ela.

Entrevistador: E ela estava no canteiro da BR?

Pedro: É tava no acostamento.

Entrevistador: E era de dia ou de noite?

Pedro: Era de noite. Era de tardezinha.

Entrevistador: E já estava escuro?

Pedro: É tava escuro.



Entrevistador: E vocês ficam preocupados com as crianças? A escola é bem perto da BR, né.

Pedro: É, é muito perigoso. Pras crianças e pra gente também.



**ANEXO 3 – FERNANDO KRANZ, MAGNUS. E. E. INDÍGENA E. F. MANOEL
SOARES – HISTÓRICO. ESTRELA (RS): PRO-MANUSCRITO, 2008**

Entrevista realizada com o professor Magnus Fernandes Kranz da escola indígena Manoel Soares do acampamento Kaingang Estrela.

Magnus: Meu nome é Magnus Fernandes Kranz, diretor da escola indígena Manoel Soares. Fica no acampamento da BR-386, km 360 na linha Glória – Estrela. É uma escola indígena, especificamente indígena. Especificamente às crianças do acampamento indígena que fica localizado perto da escola, ao lado da BR. Fica acerca de 500 m do acampamento, temos a escola. Que fica localizada a uns 20 m da BR-386. Com a duplicação ficaria inviável a escola aqui ao lado do asfalto, né. Em função do movimento constante e o perigo que as crianças correm. Aí também o deslocamento das crianças pelo asfalto até o acampamento onde os pais residem.

Temos matriculadas 31 crianças que estudam em torno da 1ª a 4ª série. E temos também então no acampamento morando cerca de 23 a 27 famílias, todas de origem Kaingang. Que então tem cerca de cento e poucas pessoas que vivem no acampamento. Temos na aldeia mais em torno de 50 crianças, mas que na idade escolar temos 31 matriculadas. O que nós gostaríamos seria viável para a escola futuramente para ela ficar localizada dentro do acampamento onde estão as residências atualmente. Precisamos então deslocar a escola para aquele local. A nossa escola é uma escola do Estado. Pertencente ao estado do Rio Grande do Sul em função do acampamento não estar legalizado na justiça não tem a posse da terra ainda, o estado não pode construir um prédio adequado em função da normalização do acampamento quanto agora estiver ainda deposto com garantia, não é possível fazer um prédio novo no acampamento.

Gostaríamos de deslocar a escola do local que ela se encontra agora que é reserva de domínio do DENIT ou do DAER, deslocada para o acampamento. Temos até um projeto pela UFRGS, que alunos da UFRGS vieram aqui em 2006 e fizeram um projeto para uma escola nova nos padrões indígenas Kaingang que cultuam a lua e o sol – Kamé e kairu que é para futuramente ter uma escola de acordo com os costumes e tradições deles lembrando a própria língua deles. O Kaingang. Até temos em vista um professor Kaingang para futuramente trabalhar a língua deles que está catalogada e aí teríamos um espaço mais adequado se fosse construir este projeto feito pela UFRGS para poder futuramente termos um local mais adequado onde poderíamos ter mais espaço, já que a escola que temos é um espaço muito pequeno que só tem somente uma sala. Pelo que sempre há o local não é adequado em função do próprio local que se encontra pela BR. Aí gostaríamos se possível fosse feito um estudo, um levantamento, que pudéssemos ter uma indenização em função de estarmos localizados junto a BR para que possamos então construir um prédio novo em um local adequado. Como coloquei anteriormente né? É inviável ao estado fazer uma escola no acampamento que só é efetivada somente por uma ONG ou por algum órgão federal. Poderíamos colocar um prédio novo no acampamento onde estão localizadas as residências, casa dos índios atualmente né?

Aí ficaríamos com um prédio adequado, que poderia atender melhor a educação das crianças que é uma educação diferenciada, em função também da própria realidade dos índios que vivem no acampamento com a venda do seu artesanato basicamente, trabalhados por cipós e taquaras e assim de doações que recebem de pessoas que passam pela BR ne? E o próprio deslocamento dos índios para cidade de Estrela ou cidades adjacentes. Também Lajeado, Buritilo e Teutônia. Essas cidades são cidades que ficam próximas ao acampamento não muito distantes que eles buscam doações de pessoas como roupas e alimentos já que a vida deles no acampamento em função do artesanato fica quase que inviável. As famílias são todas muito pobres, nem sempre tem comida, e basicamente as crianças vem pela merenda e a subnutrição no acampamento em função disso. Através até do estado as autoridades que a gente percebe que pouco fazem.

Até a FUNASA mais a FUNAI estão distantes. A FUNASA fica em Porto Alegre e a FUNAI em Passo Fundo e até conseguir recursos ne? Recursos com órgãos federais é muito difícil, os índios às vezes ficam sem recursos de alimentos, então, dependem exclusivamente de doações das comunidades adjacentes para que eles possam viver uma vida digna. A gente quer na verdade com a escola possibilitar um resgate da cultura KAINGANG e fundamentalmente dar possibilidade para que as crianças, através da educação, possam no futuro ter uma vida mais digna dentro da sociedade que estão inseridas. Conhecendo um pouco mais nossa realidade social e podendo talvez um futuro melhor para eles sendo que este acampamento está em vista de ser legalizado futuramente, acho que seria isto ne? A escola está aqui ne?

Vocês perceberam como ela se encontra através de fotos, é uma escola muito simples, muito humilde, a gente tenta fazer tudo que pode, sou professor nomeado do estado, trabalho aqui na escola com uma professora alfabetizadora, também duas funcionárias que fazem a merenda e a limpeza do prédio ne? Eu sou diretor, gerencio a escola, sou nomeado do estado, minha incumbência justamente é trazer recursos para escola e gerenciar e colocá-la na devida legalidade regido pelo conselho nacional da educação o MEC e a própria SEC que são os órgãos federais que são responsáveis pela educação indígena como ela é colocada.



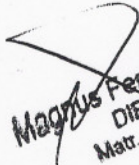
**ANEXO 4 – E. E. INDÍGENA E. F. MANOEL SOARES. REGIMENTO ESCOLAR –
ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS. ESTRELA (RS): SD**

REGIMENTO

ESCOLAR

ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS

“Não vivo no passado, mas o passado vive em mim...”
(Prof. Zaqueu Claudino).


Magnus Fernando Kranz
DIRETOR
Matr. 12841284

INDICE

I - IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

1. FILOSOFIA DO ESTABELIMENTO
2. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA. O QUE A ESCOLA QUER OPORTUNIZAR?
3. FINALIDADE
4. OBJETIVOS DA ESCOLA
5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR
 - 5.1. Regime Escolar
 - 5.2. Planos de Estudo
 - 5.3. Planos de Trabalho
6. OBJETIVOS DO ENSINO FUNDAMENTAL
7. CALENDÁRIO ESCOLAR
8. REUNIÕES PEDAGÓGICAS

II - GESTÃO DA ESCOLA

1. FUNÇÃO DIRETIVA
2. CONSELHO ESCOLAR
3. DIREÇÃO
 - 3.1. Diretor
4. CORPO DOCENTE E CORPO DISCENTE
5. OS PAIS E RESPONSÁVEIS
6. SERVIÇOS GERAIS
 - 6.1. Serviço de Conservação e Limpeza
 - 6.2. Serviço de Merenda Escolar
7. NORMAS DE CONVIVÊNCIA
8. PROCESSO DE AVALIAÇÃO
 - 8.1. Estudos de Recuperação
 - 8.2. Estudos Compensatórios
 - 8.3. Avanço nas Séries
 - 8.3.1. Independente de Escolarização Anterior
9. MATRÍCULA
 - 9.1 TRANSFERÊNCIA ESCOLAR
10. DISPOSIÇÕES FINAIS


Magnus Fernando Krantz
DIRETOR
Matr.. 12841994

I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

ENTIDADE MANTENEDORA: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO – Estado do Rio Grande do Sul

ENDEREÇO: Av. Borges de Medeiros, 1501.

CEP: 90.110-150 – Porto Alegre - RS

TELEFONE: (51) 3288-4700/3288-999

E-mail: gabsers@pro.via-rs.com.br

ESTABELECIMENTO: ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA DE ENSINO FUNDAMENTAL MANOEL SOARES

ENDEREÇO: BR 386 KM 360

LINHA GLÓRIA

CEP: 95.880-000 – Estrela – RS

TELEFONE: (51) 91057732 OU 92064984

ATOS LEGAIS DA ESCOLA

E. E. INDÍGENA ENSINO FUNDAMENTAL MANOEL SOARES

COMISSÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

Parecer nº 491/2005 de 19/07/2005

Processo SE nº 121.024/19.00/02.1

Parecer CEED nº 447/2004 de 07/07/2004 - Credenciou a Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Manoel Soares, na Terra Indígena situada e Linha Glória, no município de Estrela, para a oferta do Ensino Fundamental – implantação das séries iniciais, e autorizou o funcionamento de 1ª a 4ª série desse curso, nessa escola.

1. FILOSOFIA DO ESTABELECIMENTO

"Na essência do viver em comunidade, buscar a inserção e a integração no mundo".

- A escola Kaingang é um espaço para a construção de uma educação que proporciona ao estudante Kaingang os conhecimentos importantes para a sua vida em comunidade e uma visão de progresso coletivo e inclusão no mundo em que vive, com dignidade, e para a melhoria do ser humano, onde estão contemplados os direitos das comunidades indígenas, sua cultura, seus saberes e seus conhecimentos pedagógicos.
- Nessa perspectiva, a escola busca o resgate histórico-cultural da comunidade, visando a valorização da cultura e das leis internas da comunidade, para garantir o direito de ser índio e também garantir a manutenção de seus costumes, e de sua inserção no mundo do qual faz parte.

2. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA. O QUE A ESCOLA QUER OPORTUNIZAR?

Buscando o entendimento na educação indígena, queremos expressar as habilidades já adquiridas descobrindo os conhecimentos e transmitindo-os de geração a geração,

Magnus Fernando Kranz
 DIRETOR
 Matr. 12841084

resgatando assim todos os valores e habilidades culturais.

Em virtude do caráter bilíngüe da escola indígena, o estudo do kaingang perpassa todos os níveis e modalidades, buscando a valorização e o fortalecimento da língua na forma como é falada na comunidade, enquanto que a alfabetização acontece a partir da língua materna, kaingang ou portuguesa, respeitando as características e as decisões de cada *emã* (comunidade local).

Por fim, são respeitadas as diferenças de momentos e de tempos de inserção das crianças, jovens ou adultos na escolarização formal, conforme as características de cada grupo familiar.

A comunidade escolar participa de atividades pedagógicas na escola que visam a educação nutricional para famílias indígenas, contribuindo para uma alimentação diferenciada e adequada das crianças em cada faixa etária.

Os "Valores Kaingang" são trabalhados em todos os níveis e modalidades da escola, substituindo o Ensino Religioso. Sua inclusão, nos Planos de Estudo, prevê trabalhos de pesquisa junto ao emã (comunidade local), principalmente através da participação dos moradores mais velhos, para que partilhem suas experiências de vida com os estudantes.

Para a definição das atividades correspondentes ao componente curricular da Educação Física, é desenvolvida a pesquisa das formas de corporeidade presentes na cultura dos rituais, traduzindo esses conhecimentos em atividades diversificados de acordo com a realidade de cada emã (comunidade local).

3. FINALIDADE

Proporcionar uma educação humanizadora de inclusão que conceba um ideal de homem com capacidade crítica, transformador da sua realidade, ciente dos valores e sujeito de seu conhecimento e do seu valor na inserção social.

4. OBJETIVOS DA ESCOLA

Alfabetizar e integrar a criança Indígena na sociedade a qual está inserida conforme o Estatuto da Funai, do MEC e da SEC, proporcionando uma formação humanizadora onde serão respeitadas as individualidades e especificidades da realidade do povo Indígena Kaingang, alicerçado no objetivo da inclusão do educando no mundo de modo que ele não deixe de cultivar suas tradições culturais e também esteja inserido e conheça a realidade do seu país: o Brasil, seu Estado: o Rio Grande do Sul, possibilitando, com o estudo, a sua inserção no mundo sistemático da realidade universal como cidadão, com direitos e deveres, preparando-o de forma a poder viver integrado num mundo, onde a harmonia seja a tônica de sua vivência.

A escola kaingang garante a formação básica do cidadão kaingang mediante uma educação diferenciada e de qualidade, construída em conformidade e a partir da realidade local, para que seus estudantes atuem de forma crítica no contexto da sociedade regional.

Nesta perspectiva, a escola forma sujeitos criativos, pensantes, desinibidos, capazes de buscar conhecimentos através de pesquisas e da continuidade de seus estudos em diversos ramos, tais como agricultura, pedagogia, administração, saúde ou outros, orientados conforme as necessidades do povo kaingang e organizados de forma a que esses saberes retornem na forma de benefícios para suas comunidades.

A escola é um instrumento de conscientização da comunidade para evitar a perda cultural e lingüística. Neste sentido, realiza o resgate cultural da identidade étnica e da língua indígena por meio do incentivo às práticas tradicionais, às crenças, aos usos e costumes, às festividades de datas significativas, à língua e às tecnologias indígenas,

Magnus Fernando Kranz
DIRETOR
Matr. 12841994

valorizando e difundindo a cultura kaingang.

Para que a escola contribua para a formação de estudantes críticos; para que se construa uma sociedade mais igualitária, mais humana, unindo os professores para garantir a educação diferenciada e os direitos conquistados na Constituição Federal; é necessário que as decisões sejam tomadas em coletivo, sem imposições.

Educação Fundamental:

Desenvolver o aprendizado dos estudantes, entendendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo e a compreensão dos ambientes naturais e social, dos sistemas políticos, das tecnologias, das artes e dos valores em que se fundamentam o povo kaingang e a sociedade regional, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e de habilidades e a formação de atitudes e de valores voltados para a afirmação da identidade kaingang.

Proporcionar aos estudantes a vivência, o conhecimento da cultura e a integração social em seu *emã* (comunidade local).

5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular é definida com todo o *emã* (comunidade local), porque cada *emã* tem seu modo de vida. O currículo é integrado e interdisciplinar, referenciado na realidade da comunidade e nos ciclos de desenvolvimento dos estudantes, partindo de seus valores culturais.

5.1. REGIME ESCOLAR

A escola opta pelo regime de organização por séries anuais (multi-seriada) no ensino fundamental de 9 anos, 1º ao 5º ano, atendendo aos estudantes na faixa etária dos 6 aos 14 anos.

5.2. PLANOS DE ESTUDO

Os PLANOS DE ESTUDO serão analisados e aprovados pela Mantenedora (CRE).

O planejamento prevê projetos, atividades recreativas e pedagógicas, experimentação, observações, relatos, enfim, os processos que se identifiquem como meios para a construção do conhecimento, obedecendo e dando ênfase à cultura e costumes Kaingang.

5.3. PLANOS DE TRABALHO

Partindo do Projeto Político Pedagógico e Plano de Estudo o professor deve elaborar e cumprir o plano de trabalho.

O plano de trabalho é planejado com a participação dos alunos e dos professores em aula. Nas reuniões pedagógicas, as áreas de conhecimento se reúnem para planejar projetos de estudos, em consonância com os planos de trabalho realçando a cultura e os costumes kaingang.

6. OBJETIVOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Proporcionar condições ao educando de aprender, tornando-o um sujeito autônomo, com idéias críticas, participativas, comprometidas com a construção do saber e com o desenvolvimento social e consciente da sua realidade.

7. CALENDÁRIO ESCOLAR

O Calendário Escolar é elaborado pela Direção, professores, pais e alunos em

Magnus Fernando Kranz
DIRETOR
Matr. 12841984

consonância com a Lei Vigente, observando a realidade da comunidade indígena e aprovado pelo Conselho Escolar e pela mantenedora.

8. REUNIÕES PEDAGÓGICAS

As reuniões pedagógicas têm como objetivo a interação entre o corpo diretivo e docente da escola. As reuniões são semanais e podem ser convocadas em outras ocasiões de forma extraordinária sempre que a Direção entender de sua necessidade.

II - GESTÃO DA ESCOLA

1. FUNÇÃO DIRETIVA

A Função Diretiva visa:

- Planejar, coordenar e avaliar as atividades escolares juntamente com a comunidade escolar;
- Proporcionar um ambiente agradável e prazeroso na Escola, para que o processo ensino aprendizagem atinja seus objetivos, dividendo responsabilidades;
- Assegurar a utilização adequada de recursos, estabelecendo critérios de prioridades;
- Envolver alunos, professores, funcionários e comunidade num trabalho conscientizador sobre a questão da indisciplina escolar;

A Função Diretiva é exercida pelo Diretor e pelo Conselho Escolar.

2. CONSELHO ESCOLAR

O Conselho Escolar é constituído pela Direção da Escola e representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, com função deliberativa, consultiva e fiscalizadora, constitui-se no órgão máximo de discussão ao nível da Escola.

Aprova o Calendário Escolar da Escola.

A organização, o funcionamento e as atribuições do Conselho Escolar são estabelecidos de acordo com a legislação vigente, em conformidade com a realidade da comunidade indígena, respeitando-se as suas peculiaridades.

3. DIREÇÃO

A Direção é exercida pelo Diretor.

3.1. DIRETOR

O Diretor planeja, coordena e avalia as atividades técnico-administrativo-Pedagógicas, com toda a comunidade escolar em consonância com o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar.

São atribuições do Diretor:

- Zelar pelo exato cumprimento das disposições legais e do estabelecido neste Regimento;
- Exercer a docência na falta de professor;
- Coordenar a elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da Escola;
- Implantar e manter formas de atuação adequadas para assegurar o cumprimento do que for planejado;
- Tomar decisões em conjunto com os demais segmentos da Escola, com vistas ao processo do desenvolvimento e melhoria curricular;

Magnus Fernando Kranz
DIRETOR
Matr. 12841994

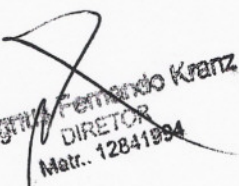
- Delegar atribuições;
- Diligenciar providências disciplinares em caso de transgressões ao Regimento, por parte de professores e funcionários;
- Manter e dinamizar o fluxo de informações entre a Escola e outros órgãos, representando-a e responsabilizando-se por sua organização e funcionamento, perante os órgãos do Poder Público;
- Informar aos elementos da Escola as diretrizes e normas emanadas de Órgãos Superiores do Sistema de Ensino, promovendo reuniões de estudo e provendo a Escola dos devidos instrumentos legais;
- Aplicar recursos financeiros, segundo o plano de aplicação;
- Promover e participar das atividades cívicas, culturais, sociais e desportivas, incentivando o intercâmbio com outras escolas e a integração da Escola com a comunidade;
- Convocar e presidir reuniões;
- Assinar, juntamente com o Secretário, toda documentação relativa à vida escolar dos alunos da Escola;
- Coordenar as atividades dos Serviços e das Instituições da Escola, bem como sua atuação junto à comunidade;
- Dar exercício, na forma da lei, ao pessoal docente e administrativo;
- Integrar a Coordenação Geral do Conselho de Classe;
- Atuar junto ao Círculo de Pais e Mestres, coordenando as tarefas da função adaptativa;
- Visar à escrituração das Instituições e Serviços, as atas de reuniões, os recibos e outros expedientes eventuais do CPM, assinando cheques juntamente com o Presidente do Círculo de Pais e Mestres ou Tesoureiro;
- Decidir sobre casos omissos no Regimento, juntamente com o Conselho Escolar;

4. CORPO DOCENTE

O Corpo Docente é o responsável direto pela execução da função produtiva ou de ensino, devendo toda sua ação convergir para o alcance dos objetivos da organização curricular das séries iniciais, área ou disciplina, bem como os de toda a Escola.

Os docentes se incumbem de:

- Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico, do Regimento Escolar e dos Planos de Estudos do estabelecimento de ensino;
- Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo o Projeto Político Pedagógico e os Planos de Estudos do estabelecimento de ensino;


Magno Fernando Kranz
DIRETOR
Matr. 12841994

- Zelar pela aprendizagem dos alunos;
- Estabelecer estratégias de recuperação durante o ano letivo para os alunos de menor rendimento;
- Ministras sua aula observando os dias letivos e horas (aula) estabelecidas, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento;
- Colaborar com as atividades de articulação da Escola, com as famílias e a comunidade;
- Participar de reuniões;
- Oferecer recuperação paralela aos alunos.

4. CORPO DISCENTE

O Corpo Discente é formado pelos alunos. Os alunos são a razão da existência da escola. Suas obrigações estão relacionadas em acatar o regimento escolar, e zelar pelo patrimônio da escola.

5. OS PAIS E RESPONSÁVEIS

Os Pais e responsáveis são parte integrante da Comunidade Escolar e como tal tem o dever de participar das reuniões na escola convocados pelo Diretor ou pelo Conselho Escolar. Sua ação deve ser participativa, colaborativa e fiscalizadora, acompanhando o processo evolutivo da educação dos filhos.

6. SERVIÇOS GERAIS

Os serviços gerais se referem aos serviços de conservação e limpeza, e serviços de merenda escolar.

6.1. SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA

O Serviço de Conservação e Limpeza está ao encargo de servidores admitidos pelo órgão competente, de acordo com as normas legais vigentes.

Compete ao Serviço de Conservação e Limpeza:

- Participar da elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico e do Regimento da Escola;
- Zelar pela boa aparência da Escola;
- Solicitar, com a devida antecedência, o material necessário à:
- Manutenção da limpeza;
- Executar a limpeza de todas as dependências, móveis, utensílios e equipamentos;
- Responsabilizar-se pela conservação e uso adequado do material de limpeza.


Magnus Fernando Kranz
DIRETOR
Matr. 12841994

6.2.SERVIÇO DE MERENDA ESCOLAR

O Serviço de Merenda Escolar tem como responsável os servidores admitidos pelo órgão competente, de acordo com as normas legais vigentes, contribuindo de forma educativa nos hábitos alimentares.

Compete ao Serviço de Merenda Escolar:

- Participar da elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico e do Regimento da Escola;
- Executar a limpeza de todos os equipamentos e as dependências utilizadas com a devida higiene;
- Solicitar, com a devida antecedência, mantimentos necessários para uma alimentação completa e sadia, procurando elaborar cardápios variados;
- Usar uniforme adequado: avental, touca e outros que se fizerem necessários;
- Responsabilizar-se pela conservação e uso adequado do ambiente de trabalho.
- Manter vigilância, zelando pela conservação do patrimônio escolar.

7. NORMAS DE CONVIVÊNCIA

As Normas de Convivência são elaboradas em conjunto com a comunidade escolar e especificadas no Projeto Político Pedagógico.

Os casos especiais são analisados em conjunto com professores, Direção e Conselho Escolar, que definem as providências cabíveis em consonância com a Lei vigente.


8. PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A avaliação, processo contínuo visa diagnosticar o que e como o aluno vem conseguindo aprender, a qualidade das aprendizagens e da sua produção de conhecimento, bem como detectar suas deficiências e dificuldades. Essa avaliação constante facilita ao professor e ao aluno a tarefa de identificar as deficiências, para corrigi-las a tempo e reencaminhar o processo da prática pedagógica, enquanto se encontra em curso. Considerando o aspecto seqüencial dos conteúdos, é necessária a avaliação permanente para que o aluno, informado de suas lacunas de aprendizagem, tenha a oportunidade de saná-las e, assim, com segurança, de posse de pré-requisitos, avançar para aprendizagens subseqüentes.

A avaliação é de caráter emancipatório e tem como objetivo respeitar os diferentes ritmos e trajetórias dos estudantes em seus processos de aprendizagem.

É feita com profundo conhecimento do aluno, em seu dia-a-dia e em sua família. Também é contínua, diária, com registros escolares que assegurem o trabalho, descrevendo cada área de conhecimento desenvolvido, mantendo o estudante e/ou sua família informada dos procedimentos e do andamento do processo avaliativo.

A expressão dos resultados da avaliação se faz por **parecer descritivo trimestral**, valorizando e respeitando os conhecimentos, e trabalhando as fases de aprendizado dos estudantes, valorizando temas geradores de suas comunidades, tornando a aprendizagem significativa para estudantes e professores.


Magnus Fernando Kranz
DIRETOR
Matr. 1284/1994

8.1. ESTUDOS DE RECUPERAÇÃO

São oferecidos, a todos os estudantes com dificuldades de aprendizagem, estudos de recuperação ao longo do ano letivo, para que tenham bom aproveitamento dos seus estudos.

Estas atividades constam nos Planos de Estudo e são registradas, para acompanhar o desenvolvimento do estudante, no parecer descritivo.

Os estudos de recuperação, realizados através de aulas de reforço no turno inverso, paralelo ao ano letivo, permitem ao educando um aprendizado constante e cumulativo, superando as lacunas deixadas.

8.2. ESTUDOS COMPENSATÓRIOS:

O estudo compensatório de infreqüência é aplicado para recuperação das aprendizagens que a ausência às aulas impediu. É presencial, sendo proporcionado pela escola sob a forma de aulas, a partir das quais são desenvolvidos trabalhos de pesquisa, respeitando o tempo do estudante. É realizado no decorrer do período letivo e necessariamente registrado pela escola, constando no parecer descritivo.

8.3 AVANÇO NAS SÉRIES (NO 1º TRIMESTRE)

A Escola oferece ao aluno que apresenta ritmo de aprendizagem diferente, oportunidade de concluir em menor tempo a série que está cursando, mediante avaliação feita em todas as áreas de conhecimento e consenso entre os titulares das disciplinas, família e Conselho Escolar, documentando em ata este processo.

8.3.1. Independentemente de Escolarização Anterior

É feita uma avaliação pela Escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série adequada.

9. MATRÍCULA

- A Escola realiza as matrículas dos alunos a qualquer tempo.
- Constitui-se documento hábil para sua realização a certidão administrativa expedida pelo órgão oficial de assistência aos povos indígenas, inclusive para alunos transferidos.
- Os estudantes já matriculados têm garantia de rematrícula automática.

9.1. TRANSFERÊNCIA ESCOLAR:

É concedida transferência do estudante mediante solicitação de familiar e responsável. Para este fim é fornecido histórico escolar das temporalidades concluídas com parecer descritivo, explicitando os conceitos trabalhados no currículo ou nas áreas de conhecimento.

Magnus Fernando Kranz
DIRETOR
Matr.. 12841994

- São admitidas transferências no decorrer de todo o ano letivo.
- Para efeito de matrícula por transferência são apresentados o documento de identidade do estudante e seu histórico escolar

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

Este regimento é válido para a **E. E. Indígena E. F. Manoel Soares da etnia Kaingang**, e direciona sua educação a causa indígena, respeitando sua cultura e seus costumes e será avaliado pelo Conselho Estadual de Educação para aprovação.

A comunidade local participou da elaboração deste Regimento Escolar, dando suas contribuições, garantindo assim que o mesmo esteja voltado para os seus valores culturais.


Magnus Fernando Kranz
DIRETOR
Matr... 12841994



**ANEXO 5 – E. E. INDÍGENA E. F. MANOEL SOARES. PLANO DE AÇÃO. ESTRELA
(RS): SETEMBRO DE 2006.**

E.E.INDÍGENA E. F. MANOEL SOARES

BR 386 KM 360 – LINHA GLÓRIA - ESTRELA – RS

FONE: (51) 91057732 ou (51) 92064984

Credenciamento e autorização junto ao Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul pelo Parecer 447/2004 em 7 de julho de 2004.

PLANO DE AÇÃO DA E. E. INDÍGENA
E. F. MANOEL SOARES

“Não vivo no passado, mas o passado vive em mim...” (Prof. Kaingang Zaqueu Claudino).

Estrela, 26 de setembro de 2006.


Magnus Fernando Kranz
DIRETOR
Matr.: 12841994

PLANO DE AÇÃO DA E.E. INDÍGENA.F. MANOEL SOARES

“Na essência do viver em comunidade, buscar a inserção e a integração no mundo”.

- A escola Kaingang é um espaço para a construção de uma educação que proporciona ao estudante Kaingang os conhecimentos importantes para a sua vida em comunidade e uma visão de progresso coletivo e inclusão no mundo em que vive, com dignidade, e para a melhoria do ser humano, onde estão contemplados os direitos das comunidades indígenas, sua cultura, seus saberes e seus conhecimentos pedagógicos.
- Nessa perspectiva, a escola busca o resgate histórico-cultural da comunidade, visando a valorização da cultura e das leis internas da comunidade, para garantir o direito de ser índio e também garantir a manutenção de seus costumes, e de sua inserção no mundo do qual faz parte.

OBJETIVOS DA ESCOLA

Alfabetizar e integrar a criança Indígena na sociedade a qual está inserida conforme o Estatuto da Funai, do MEC e da SEC, proporcionando uma formação humanizadora onde serão respeitadas as individualidades e especificidades da realidade do povo Indígena Kaingang, alicerçado no objetivo da inclusão do educando no mundo de modo que ele não deixe de cultivar suas tradições culturais e também esteja inserido e conheça a realidade do seu país: o Brasil, seu Estado: o Rio Grande do Sul, possibilitando, com o estudo, a sua inserção no mundo sistemático da realidade universal como cidadão, com direitos e deveres, preparando-o de forma a poder viver integrado num mundo, onde a harmonia seja a tônica de sua vivência.

A escola kaingang garante a formação básica do cidadão kaingang mediante uma educação diferenciada e de qualidade, construída em conformidade e a partir da realidade local, para que seus estudantes atuem de forma crítica no contexto da sociedade regional.

Nesta perspectiva, a escola forma sujeitos criativos, pensantes e desinibidos, capazes de buscar o conhecimento através de pesquisas e da continuidade de seus estudos em diversos ramos, tais como agricultura, pedagogia, administração, saúde ou outros, orientados conforme as necessidades do povo kaingang e organizados de forma a que esses saberes retornem na forma de benefícios para suas comunidades.

A escola é um instrumento de conscientização da comunidade para evitar a perda cultural e lingüística. Neste sentido, realiza o resgate cultural da identidade étnica e da língua indígena por meio do incentivo às práticas tradicionais, às crenças, aos usos e costumes, às festividades de datas significativas, à língua e às tecnologias indígenas, valorizando e difundindo a cultura kaingang.

Para que a escola contribua para a formação de estudantes críticos; para que se construa uma sociedade mais igualitária, mais humana, unindo os professores para garantir a educação diferenciada e os direitos conquistados na Constituição Federal; é necessário que as decisões sejam tomadas em coletivo, sem imposições.

Educação Fundamental:

Desenvolver o aprendizado dos estudantes, entendendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo e a compreensão dos ambientes natural e social, dos sistemas


Magnus Fernando Kranz
DIRETOR
Matr. 12841994

políticos, das tecnologias, das artes e dos valores em que se fundamentam o povo kaingang e a sociedade regional, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e de habilidades e a formação de atitudes e de valores voltados para a afirmação da identidade kaingang.

Proporcionar aos estudantes a vivência, o conhecimento da cultura e a integração social em seu *émã* (comunidade local).

CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESCOLA. PROBLEMÁTICA E REALIDADE SOCIOLOGICA, ECONÔMICA E CULTURAL DAS FAMÍLIAS.

A realidade sociológica, cultural e econômica das famílias é de simplicidade e de poucos recursos, vivendo basicamente da produção do seu artesanato, produzido na confecção de cestos e balaios a partir de cipós e de taquaras, colhidos no ambiente natural em torno do Acampamento Indígena.

A sobrevivência familiar está também ligada a ajuda voluntária através de doações de vestuário e alimento por entidades filantrópicas da comunidade do entorno ou de cidades próximas, e do assistencialismo da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e da FUNASA (Fundação Nacional da Saúde) ou do Município sede Estrela – RS.

Entidades do governo Estadual como a EMATER, e ONGS tem prestado ajuda no sentido de oportunizar as famílias o cultivo de plantações de subsistência e da horta coletiva.

No tocante a preservação da cultura e dos costumes a comunidade sente profundamente a perda da identidade Kaingang (língua e costumes), e há uma forte penetração da cultura branca no seu cotidiano devido, principalmente, pela miscigenação com a etnia branca.

As famílias têm total dependência no que se refere a material escolar e alimentação (merenda escolar), para as crianças, tendo em vista as dificuldades econômicas que enfrentam, devido à precariedade em que vivem, e das dificuldades que encontram em colocar a venda seu artesanato, e até pela falta de matéria prima para produzir seu artesanato. Geralmente a merenda escolar é a única refeição que as crianças recebem durante o dia.

METODOLOGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A metodologia de ensino-aprendizagem na escola kaingang prioriza o estudante e seu *émã*, (comunidade local), referenciando-se nos valores da cultura kaingang, o que nos valoriza como seres humanos e como povo indígena.

Os professores e estudantes buscam juntos o conhecimento da realidade da comunidade, onde se inserem os conhecimentos tradicionais, através da Pesquisa Participante e dos Temas Geradores, o *que* torna o aprendizado fácil e atraente.

Essa metodologia de ensino-aprendizagem, a Pesquisa Participante, envolve todo o *émã* (comunidade local), proporcionando espaço onde todos os moradores discutem, refletem e contribuem com o processo de construção da escola kaingang. Ela também possibilita a seleção de temas geradores a partir da realidade da comunidade: temas que são do conhecimento do estudante e que podem ser explorados interdisciplinarmente nas áreas do conhecimento, pois é por meio desses temas que os professores organizam coletivamente os conteúdos a serem trabalhados nessas áreas.

Dessa forma, Pesquisa Participante e Temas Geradores, referenciais da Educação Popular, são ressignificados na escola à luz dos valores da cultura kaingang. É através dos Temas Geradores que a cultura de nosso povo está presente nos trabalhos da escola, confrontando e problematizando

Magnus Fernando Kranz
DIRETOR
Metr. 1284/1994

realidades e buscando soluções coletivas para os problemas da comunidade. E é através da Pesquisa Participante que a realidade da comunidade entra na sala de aula e que se estabelece uma prática com a qual a escola aprende com a comunidade e também a comunidade passa a aprender com a escola, estreitando os vínculos entre escola e comunidade. O material obtido com as pesquisas é registrado e disponibilizado às outras escolas indígenas, quando solicitado.

Nesse sentido, a construção de novos conhecimentos acontece de forma interdisciplinar, referenciada nos saberes tradicionais sobre temas como educação, saúde, agricultura, esporte, lazer, religião, nutrição, medicina, técnicas de produção de artesanato e outros de interesse da comunidade escolar, realizando dessa forma o resgate das raízes culturais kaingang e fixando as diretrizes do ensino intercultural e bilíngüe.

Neste processo, os estudantes desenvolvem o conhecimento sobre as metades tribais e as formas corretas de relação entre *kamé* e *kanhruké*, como também o conhecimento do território kaingang e a consciência do valor da terra e de seus ambientes para a sobrevivência física e cultural da comunidade indígena. Essa metodologia de ensino-aprendizagem embasa-se no respeito à tradição oral das comunidades, valorizando o saber dos mais velhos e incentivando a que eles participem da escola relatando as histórias de seus antepassados - como era viver na terra indígena antigamente - para que, no decorrer do tempo, essas histórias sejam transmitidas de geração para geração, preservando a cultura kaingang.

A escola organiza atividades culturais com a sua comunidade e, na medida do possível, com a participação de outras comunidades, lembrando suas datas significativas, rituais e heróis, incentivando os estudantes a divulgar sua cultura através de apresentações artísticas e de exposições de trabalhos sobre a história kaingang.

Nessa proposta, o estudante é valorizado em todas as suas potencialidades e possibilidades e levado a sentir o gosto pela aprendizagem. O estudante é percebido como sujeito do processo educativo, sendo reconhecidas suas potencialidades de pesquisar, refletir, interferir, contribuir e agir de forma crítica e participativa, alimentando sua autoconfiança e auto-estima e desenvolvendo seu orgulho étnico e o orgulho de sua cultura.

A sistemática do Ensino-aprendizagem é multi-seriado, abrangendo a Pré - Escola e a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Série do Ensino Fundamental no turno manhã/tarde.

Magnus Fernando Kranz
DIRETOR
Matr. 12841994

MAGNUS FERNANDO KRANZ - Diretor
Matrícula -12841994



**ANEXO 6 – E. E. INDÍGENA E. F. MANOEL SOARES. RELAÇÃO DE ALUNOS
MATRICULADOS. ESTRELA (RS): JUNHO DE 2008**

E. E. INDÍGENA E.F. MANOEL SOARES
BR 386 KM 360 – LINHA GLÓRIA - ESTRELA - RS
FONE: 51-91057732 ou 92064984

E-mail magnuskranz@bol.com.br

Credenciamento e autorização junto ao Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul pelo Parecer 447/2004 em 07 de julho de 2004.

ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO

RELAÇÃO ALUNOS MATRICULADOS.

ANO LETIVO 2008

PROFESSOR: Magnus Fernando Kranz – Diretor
PROFESSORA: Marlene Lourdes Schwarzer - Profª. Alfabetizadora

Nº.	NOMES	DATA NASCIMENTO
1º ANO		
01	ALISSON RAFAEL SOARES FONTES	12/10/2000
02	CAROLINE DE MELLO DOS SANTOS	28/03/2002
03	CHARLENE NASCIMENTO DA SILVA – <i>MATRÍCULA 02/06/2008</i>	26/07/2001
04	CLAISON PEDRO SOARES DA SILVA - <i>RETORNO 04/08/2008</i>	24/11/2001
05	DANIEL DOS SANTOS MELLO	19/02/2002
06	DANIELA SOARES	17/10/2001
07	FRANCIELE DOS SANTOS SOARES	08/05/2001
08	GESIEL SALVADOR – <i>MATRÍCULA 02/06/2008</i>	15/06/2001
09	TALES FERREIRA SOARES	01/12/2001
1ª SÉRIE		
01	VANESA SALVADOR – <i>MATRÍCULA 02/06/2008</i>	28/05/1999
2º ANO		
01	FRANCIELE DA SILVA SOARES -- <i>RETORNO 04/08/2008</i>	03/02/2000
2ª SÉRIE		
01	ALESSANDRO JÚNIOR CARVALHO MARQUES	10/10/1999
02	BRUNA CAROLINE FERREIRA SOARES	30/11/1999
03	CHAIANE SOARES LEMES	08/02/2000
04	DAIANE DA SILVA – <i>MATRÍCULA 02/06/2008</i>	16/11/1996
05	ELTON LUIZ NASCIMENTO DA COSTA – <i>MATRÍCULA 12/08/08</i>	23/10/1998
06	JOCILENE NASCIMENTO DA SILVA – <i>MATRÍCULA 02/06/2008</i>	16/08/1999
07	LUAN FELICIANO SOARES	24/09/1997
08	ROBERTA DOS SANTOS (Progressão Continuada)	07/01/2000
09	VANDRESSA SALVADOR – <i>MATRÍCULA 02/06/2008</i>	12/03/1997
3ª SÉRIE		
01	ANGÉLICA DOS SANTOS	12/10/1998
02	CATIELE SOARES DE FERREIRA (Progressão Continuada)	11/12/1996
03	CLAUDIOMARA SOARES	11/06/1999
04	DAVID SCHROEDER SOARES -- <i>TRANSFERIDO 03/03/2008</i>	03/09/1995
05	GEREMIAS SALVADOR – <i>MATRÍCULA 02/06/2008</i>	27/02/1994
06	IVAN DOS SANTOS (Progressão Continuada)	01/03/1997
07	NATAN NASCIMENTO DA COSTA – <i>MATRÍCULA 02/06/2008</i>	12/01/1997
4ª SÉRIE		
01	DYENIFER MONTEIRO	25/08/1995
02	LUANA SILVEIRA DOS SANTOS	11/10/1996
03	LUCAS FELICIANO SOARES	23/03/1996
04	SILVANE SOARES	02/07/1993

Magnus Fernando Kranz
DIRETOR
Matr. 12841994

Prof. Magnus Fernando Kranz - Diretor
Matrícula 12841994 – ID. 1606646/01



**ANEXO 7 – FREITAS, JÚLIA; CRUZ JÚLIO (ORIENT.). PROJETO ESCOLA
KAINGANG BILÍNGÜE. PORTO ALEGRE (RS): ARQUITETURA UFRGS, SD**





Porto Alegre – RS
Av. Praia de Belas nº 2174, Sala 403
Bairro Menino Deus
(51) 3029-0068

Brasília – DF
SRTVS Quadra 701 Bloco O, Sala 504
Ed. Multiempresarial
(61) 3201-1800

www.mrsambiental.com.br